



Anais da Assembléia

Nº 06

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 20 DE FEVEREIRO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Herma's Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.ª LEGISLATURA
ATA DA 1.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 1995
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antônio Annibelli, Augustinho Zuchi, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Florisvaldo Fier, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Joselito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Turek, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Samis da Silva, Toti Colação, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (43). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Basílio Zanusso, Beto Richa, Cezar Silvestri, Edno Guimarães, Élio Rusch, Emerson Merone, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondy Pugliesi, José Marcos Alves e Sérgio Spada (11).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 008/95, do Sr. Ministro Octávio Galloti - Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando que deferiu a liminar requerida nos autos do processo de Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1195-2/600, requerente a Associação dos Magistrados Brasileiros e requerida a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para suspender, "ad referendum" do Plenário

daquela Corte, até a decisão final da Ação, os efeitos da alínea "d", do inciso I, do art. 118 da Constituição do Estado. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 091/95, do Senhor Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando Relatório das Atividades desenvolvidas por aquele Tribunal, durante o exercício de 1994. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 011/95, da Senhora Maria Bernadete Nunes-Farias - Chefe do Grupo Auxiliar Financeiro da Biblioteca Pública do Paraná, encaminhando Balanço Anual, referente ao exercício de 1994. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº DTL/SAT/042/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 106/94, de autoria do ex-Deputado Luiz Henrique Bona Turra, por julgá-lo contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os números DTL/SAT/043, 044, 045, 046, 047, 048, 049, 050 e 051/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

351/94: Do Poder Executivo que, revoga a Lei nº 9661/91 que trata da desapropriação do imóvel que especifica, no Município de Antonina, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.058. **Anote-se - Arquite-se.**

446/94: Do Poder Executivo que, altera dispositivos da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.059. **Anote-se - Arquite-se.**

537/93: De autoria do Deputado Carlos Simões que, concede Título de Cidadão Benemérito ao Senhor Delfino Dalto dos Santos, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.060. **Anote-se - Arquite-se.**

175/94: De autoria do Deputado Algaci Túlio que, concede o Título de Cidadã Benemérita do Estado do Paraná à Excelentíssima Senhora Esther Essenfelder Cunha Mello, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.061. **Anote-se - Arquite-se.**

408/94: De autoria do Deputado Orlando Pessuti que, declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação dos Moradores do Jardim Boa Vista, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.062. **Anote-se - Arquite-se.**

443/94: Do Tribunal de Justiça que, cria

no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, os cargos de provimento em Comissão, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.063. **Anote-se - Arquive-se.**

437/94: Do Tribunal de Justiça que, cria no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, 08 cargos em Comissão de Secretaria de Desembargador, símbolo DAS-4, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.064. **Anote-se - Arquive-se.**

400/94: Do Tribunal de Contas que, fixa a partir de 1º de dezembro de 1994, o vencimento básico mensal do cargo de Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o qual convertido em lei tomou o nº 11.065. **Anote-se - Arquive-se.**

445/94: Do Poder Executivo que, cria e extingue Secretarias de Estado e cargos de provimento em Comissão, bem como adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.066. **Anote-se - Arquive-se.**

Sob o nº DTL/SAT/053/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 442/94, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/052/95, do Senhor Governador do Estado, conforme autorização concedida através do Decreto Legislativo nº 002/95, que viajará em data de 15 de fevereiro de 1995, com destino a Puerto Iguazú, Argentina, atendendo convite, participará de jantar com os Presidentes Carlos Menen e Fernando Henrique Cardoso, ocasião em que serão tratados assuntos ligados ao MERCOSUL. **Ao Conhecimento da Casa.**

OFÍCIO S/N

Curitiba, 07.02.95

Senhor Presidente.

A Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, abaixo assinada, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, comunicar que o Deputado Cezar Silvestri foi eleito Líder do Partido para o biênio de 95/96.

Sem mais para o momento, antecipamos agradecimentos.

(aa) CEZAR SILVESTRI

BETO RICHIA

EDGAR BUENO

OFÍCIO Nº 17/95

Curitiba, 15.02.95

Senhor Presidente.

Na forma do artigo 10 e seguintes do

Regimento Interno desta egrégia Casa de Leis, a Bancada do Partido Progressista, constituída pelos Deputados Estaduais, Edson Lino, Geraldo Cartário, Neivo Beraldin, Augustinho Zucchi, Albanor Gomes, Sérgio Spada, Antônio Annibelli, Duílio Genari, Irondi Pugliesi e Joel Coimbra, tem a grata satisfação de comunicar a Vossa Excelência, que reunida no dia de ontem, decidiu por unanimidade, indicar para Líder da Bancada o Deputado Sérgio Spada, e para vice-Líder os Deputados Joel Coimbra e Duílio Genari.

Sendo o que tínhamos para o momento, colocamo-nos ao Vosso inteiro dispor, e aproveitamos para apresentar nossas saudações legislativas.

(a) SÉRGIO SPADA

OFÍCIO Nº 17/95

Curitiba, 15.02.95

Senhor Presidente.

Na forma do artigo 10 e seguintes do Regimento Interno desta egrégia Casa de Leis, a Bancada do Partido Progressista, constituída pelos Deputados Estaduais Antônio Annibelli, Augustinho Zucchi, Albanor Gomes, Duílio Genari, Edson Lino, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, Neivo Beraldin e Sérgio Spada, abaixo assinados, decidiu no dia de ontem, por unanimidade, indicar para Líder da Bancada o Deputado Estadual Sérgio Spada e para vice-Líder os Deputados Joel Coimbra e Duílio Genari.

Sendo o que tínhamos para o momento, colocamo-nos ao vosso inteiro dispor, e aproveitamos para apresentar nossas saudações legislativas.

(aa) ANTÔNIO ANNIBELLI

AUGUSTINHO ZUCCHI

ALBANOR GOMES

DUILIO GENARI

EDSON LINO

GERALDO CARTÁRIO

IRONDI PUGLIESI

JOEL COIMBRA

NEIVO BERARDIN

SÉRGIO SPADA

OFÍCIO S/N

Curitiba, 16.02.95

Senhor Presidente.

Em cumprimento ao artigo 11, Inciso IV, do Regimento Interno desta egrégia Casa de Leis, estamos encaminhando em anexo, a relação dos Deputados do Partido Progressista - PP, que formarão nas Comissões Permanentes, durante a primeira legislatura.

Sem mais, aproveitamos o ensejo para reiterar os protestos de elevada consideração.

(a) SÉRGIO SPADA

Líder do PP

PARTIDO PROGRESSISTA

CONSTITUIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

01. CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Titulares: Joel Coimbra, Antônio Annibelli e Geraldo Cartário
Suplentes: Duílio Genari, Augustinho Zucchi e Edson Lino
02. COMISSÃO DE FINANÇAS
Titular: Albanor Gomes
Suplente: Sérgio Spada
03. COMISSÃO DE ORÇAMENTO
Titular: Albanor Gomes
Suplente: Sérgio Spada
04. AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Titular: Augustinho Zucchi
Suplente: Albanor Gomes
05. OBRAS PÚBLICAS, TRANSP. E COMUNICAÇÕES
Titular: Geraldo Cartário
Suplente: Sérgio Spada
06. EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Titular: Irondi Pugliesi
Suplente: Antônio Annibelli
07. TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
Titular: Edson Lino
Suplente: Augustinho Zucchi
08. SEGURANÇA PÚBLICA
Titular: Duílio Genari
Suplente: Joel Coimbra
09. SAÚDE PÚBLICA
Titular: Edson Lino
Suplente: Irondi Pugliesi
10. REDAÇÃO
Titular: Joel Coimbra
Suplente: Antônio Annibelli
11. TOMADA DE CONTAS
Titular: Antônio Annibelli
Suplente: Augustinho Zucchi
12. TURISMO
Titular: Sérgio Spada
Suplente: Irondi Pugliesi
13. ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
Titular: Irondi Pugliesi
Suplente: Geraldo Cartário
14. FISCALIZAÇÃO ASSEMBLEIA
Titular: Duílio Genari
Suplente: Geraldo Cartário

Regimento Interno (Artigo 26 e seguintes)
da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

QUOCIENTE PARA COMPOR AS COMISSÕES PERMANENTES TENDO EM VISTA A COMPOSIÇÃO PARTI-

DÁRIA NESTA DATA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PMDB	12	3,33	3
PP	10	2,77	3
PDT	10	2,77	3
PFL	06	1,66	2
PSDB-PPR-PSC	06	1,66	2
PTB	05	1,38	1
PT	05	1,38	1

OUTRAS COMISSÕES COM 7 (SETE) MEMBROS

PMDB	12	1,55	2
PP	10	1,29	1
PDT	10	1,29	1
PFL	06	0,77	1
PSDB-PPR-PSC	06	0,77	1
PTB	05	0,64 ou ?	1
PT	05	0,64 ou ?	1

COMISSÕES ESPECIAIS COM 5 (CINCO) MEMBROS

PMDB	12	1,11	1
PP	10	0,92	1
PDT	10	0,92	1
PFL	06	0,55	1
PSDB-PPR-PSC	06	0,55	1
PTB	05	0,46	0
PT	05	0,46	0

ANIBAL KHURY
Presidente

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 094

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, com base no Regimento Interno desta colenda Casa de Leis, após ouvido o douto Plenário, REQUER sejam convocados os Senhores Secretário da Fazenda e o Presidente do Conglomerado BANESTADO, para prestarem esclarecimentos sobre notícias veiculadas pela imprensa, a respeito da suspensão do programa "Panela Cheia".

Sala das Sessões, em 20.02.95.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

Apoiamento: Ângelo Vanhoni, Orlando Pessutti, Caíto Quintana, Durval Amaral e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a grave crise que assola a agricultura brasileira, principalmente a do Paraná, e a falta de uma política conseqüente por parte do Governo Federal, e considerando que o programa "Panela Cheia" beneficiou milhares de pequenos produtores rurais, através do sistema de equivalência/produto, é extremamente urgente que os Senhores Miguel Salomão e Luiz Antonio Fayet venham a esta Casa de Leis, esclarecer os motivos que levaram ao Governo do Estado, a suspender um programa de tão grande amplitude.

REQUERIMENTO N° 016

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, e com base no artigo 162 da Constituição do Estado e no artigo 26, parágrafo II do Regimento Interno, desta colenda Casa de Leis, REQUER a formação de uma Comissão Parlamentar Especial, para o acompanhamento da Construção da Usina de Salto Caxias, no Rio Iguaçu.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Comissão Parlamentar Especial proposta, já funcionava na legislatura anterior e visa atender princípios Constitucionais defendendo os interesses maiores do Estado do Paraná, da população que será atingida pelo reservatório da Usina, bem como dos municípios lindeiros ao futuro lago.

REQUERIMENTO N° 017

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Divonira Torres Kudri, ocorrido nesta Capital. A falecida era descendente de tradicional família paranaense e deixa viúvo o Jornalista Abdo Aref Kudri, Diretor-Proprietário do Jornal Diário Popular e Presidente do Sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas do Estado do Paraná.

Requerem ainda, que seja dada ciência à família enlutada da decisão desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(aa) ANIBAL KHURY

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 018

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, desta Casa, REQUER, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Dr. José Garcia Molina, empresário londrinense e pioneiro da cidade.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

José Garcia Molina, é sinônimo de Londrina. A história desta grande metrópole não pode ser dissociada deste grande empreendedor que marcou sua vida pelo trabalho, dignidade e respeito ao próximo.

Não só Londrina, mas também o Paraná perde um empreendedor, que com seu trabalho e pujança ajudou o Município e o Estado a ser desbravado pelas ermas trilhas do pioneirismo até os tempos atuais com

sua empresa que tanto orgulho traz aos paranaenses, a Viação Garcia.

REQUERIMENTO N° 095

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Divonira Torres Kudri, ocorrido nesta Capital. A falecida era descendente de tradicional família paranaense e deixa viúvo o Jornalista Abdo Aref Kudri, Diretor-Proprietário do Jornal Diário Popular e Presidente do Sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas do Estado do Paraná.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada da decisão desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.02.94

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 098

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata, dos trabalhos de hoje, da presente Sessão, voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Antonio Kubaski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Pessoa, idônea de nosso relacionamento, deixando parentes e amigos enlutados.

Requer, ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, à família enlutada, à Chácara Santo Antonio - no Município de Guaragi.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 024

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa votos de congratulações pelo 57° aniversário do município de Cornélio Procopio.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência aos ilustríssimos Senhores Márcio Pozzi, Prefeito Municipal e Edson Wagner Azzolini, Presidente da Câmara Municipal daquela localidade.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) EDUARDO LACERDA TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

É com grande satisfação que a população de Cornélio Procopio comemora hoje seus 57 anos de emancipação política.

Nesta significativa data, toda a população procopense é digna de nosso respeito e admiração, pois com muita garra e espírito de luta vem contribuindo para o desenvolvimento cada vez maior do município.

Situada no Norte Pioneiro, conta com

aproximadamente 50.000 habitantes. Possui solo fértil, adequado à produção agrícola e pastoril daquela município.

REQUERIMENTO N° 031

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações aos munícipes, através do seu Prefeito e Presidente da Câmara Municipal de Douradina, pela passagem da data do aniversário de emancipação política daquele pujante município, comemorando no dia 01/02 do corrente ano.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A data a ser comemorada com todas as famílias que moram no referido município é muito importante e enche de orgulho a todos aqueles que ali nasceram e aqueles que a adotaram como terra-mãe.

Mais um ano de vida sempre renova a esperança e a certeza de que o crescimento de uma cidade depende dos seus moradores.

Meus cumprimentos às autoridades constituídas e as lideranças deste município que por fazer parte da nossa microrregião crescem juntos em harmonia propiciando ao homem, ao trabalhador cada vez mais melhores condições de vida.

REQUERIMENTO N° 032

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de congratulações aos munícipes, através do seu Prefeito e Presidente da Câmara Municipal de Tapira, pela passagem da data do aniversário de emancipação política daquele pujante município, no dia 02.02 do corrente ano.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A data a ser comemorada com todas as famílias que moram no referido município é muito importante e enche de orgulho a todos aqueles que ali nasceram e aqueles que a adotaram como terra-mãe.

Mais um ano de vida sempre renova a esperança e a certeza de que o crescimento de uma cidade depende dos seus moradores.

Meus cumprimentos às autoridades constituídas e às lideranças deste município que por fazer parte da nossa microrregião crescem juntos em harmonia propiciando ao homem, ao trabalhador cada vez mais melhores condições de vida.

REQUERIMENTO N° 041

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a consignação em Ata de voto de congratulações à nova Comissão Executiva da Câmara Municipal de Peabiru, composta pelos seguintes Vereadores:

Presidente - Alaerte Rodrigues dos Santos

vice-Presidente - Osmar Pereira

1° Secretário - Wilson Jardim de Carvalho

2° Secretário - Gildo Aparecido de Carvalho

Sala das Sessões, em 20.02.95.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO N° 042

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a consignação em Ata de voto de congratulações à nova Comissão Executiva da Câmara Municipal de Mato Rico, composta pelos seguintes Vereadores:

Presidente - Antônio Smokanytz

vice-Presidente - João Schimra Sobrinho

1° Secretário - Luiz José Hey

2° Secretário - Silvestre Malamim

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO N° 043

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a consignação em Ata, de voto de congratulações ao Senhor João Carlos Klein, Prefeito do Município de Peabiru, por sua recente eleição na Presidência da Comunidade dos Municípios de Campo Mourão - COMCAM.

Sala das Sessões, em 20.02.95.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO N° 047

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a consignação em Ata de Voto de Congratulações à nova Diretoria da Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão, eleita no último dia 16.

Outrossim, Requer, que, seja dado ciência ao novo Presidente João Roberto Breschiliani.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) NELSON TURECK.

REQUERIMENTO N° 048

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a consignação em Ata de Voto de Congratulações à nova Mesa Executiva da Câmara Municipal de Campo Mourão, composta pelos seguintes Vereadores:

Presidente - Waldemar Ibba
Vice-Presidente - Valdemar Zamoro
1º Secretário - Levi Queiroz da Paixão
2º Secretário - Luiz Carlos Kehl

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO N° 97

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário que conste na Ata dos trabalhos de hoje, votos de congratulações, à Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, pela inauguração da nova UTI (Unidade de Terapia Intensiva) e do Centro Cirúrgico.

Após anos de luta, a Santa Casa vem a ter uma UTI e um centro cirúrgico modernos. Isto é resultado do esforço mútuo da Instituição, do seu provedor, Sr. Cláudio Roberto de Barros e de sua Diretoria, do Administrador, Sr. Alfredo Thomé, bem como da população em geral.

Os novos equipamentos da Santa Casa, não virão a beneficiar somente a população pontagrossense, mas sim muitas pessoas de toda a Região dos Campos Gerais que vem até Ponta Grossa em busca do atendimento médico e hospitalar.

Requer, ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência à Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, em nome de seu Provedor e sua Diretoria, do Administrador, acima citados, e também em nome de todos os funcionários e demais pessoas que batalharam para que este ato se tornasse realidade.

Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa.

Av. Dr. Francisco Búrzio - 774 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 100

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário que conste na ata dos trabalhos de hoje, votos de congratulações ao Hospital Bom Jesus de Ponta Grossa pela inauguração do Serviço de Hemodinâmica.

Este serviço irá beneficiar muitos pacientes não somente de Ponta Grossa, mas também de toda a Região dos Campos Gerais, que por ali transitam em busca de ajuda médica.

Requer, ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência ao Hospital Bom Jesus, em nome da superintendente Maria Oliva Hlatchuk, do Diretor Clínico, Dr. Antonio Alcides Klug Jr., bem como aos demais funcionários da Instituição, a Rua Dom Pedro II, 108, Bairro Nova Rússia, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 101

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário seja concedido votos de congratulações a 5ª Brigada de Infantaria Blindada, a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e ao Banco do Brasil S/A, pelo lançamento do Selo Comemorativo aos 50 anos da Tomada de Monte Castelo e da emissão de um Carimbo Comemorativo ao 50º Aniversário da participação da Força Expedicionária Brasileira na II Guerra Mundial.

Estas duas homenagens vem resgatar a memória de 50 anos atrás, daqueles que lutaram bravamente para evitar o caos mundial, perante tanta violência onde muitos vieram a perder a própria vida.

Requer, que, a decisão desta Casa, seja dado ciência a 5ª Brigada de Infantaria Blindada, a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e ao Banco do Brasil, ambos em Ponta Grossa.

Banco do Brasil - Rua Augusto Ribas, 555
Prefeitura Municipal - Av. Visconde de Taunay, 950

Correio - Rua Augusto Ribas, 802

5ª Brigada de Infantaria Blindada - Praça Mal. Floriano Peixoto, 149

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 075

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos, votos de louvor, congratulações e muito aplauso à revista PANORAMA, que comemora 45 anos de vida.

Trata-se de um magnífico veículo de comunicação do nosso Estado, tendo passado e enfrentado décadas de bons serviços à comunidade. Na figura de seu Diretor Presidente, Newton Dalla Bona, cumprimos a Revista Panorama e estendemos estes cumprimentos a toda a sua equipe de trabalho.

Desejamos sucesso e que continue brilhando no cenário paranaense e revelan-

do o jornalismo sério que sempre a caracterizou.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 079

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos, votos de louvor, congratulações e muito aplauso à nova Diretoria a FAMPEPAR - Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas do Estado do Paraná, gestão 1995/97, tendo na Presidência o Empresário e Líder Classista Ercílio Santinoni, homem de história conhecida em defesa das micro e pequenas empresas do nosso Estado.

Este registro se estende a toda a sua diretoria, a quem desejamos sucesso e muita realização.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 088

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, voto de louvor ao Restaurante Madalosso Novo, por ter sido considerado o maior restaurante do Brasil e o segundo maior do mundo de acordo com a revista VEJA do dia 25 de janeiro de 1995 e publicação no GUINNESS BOOK 1995, Livro dos Recordes Pág. 132, e que o mesmo seja comunicado pela ALEP aos Diretores do Restaurante.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) RENATO ADUR

Apoiamento: Edson Silva Lino.

REQUERIMENTO N° 102

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado MOÇÃO DE APLAUSO, à professora Lenita Ruva pelos relevantes serviços prestados em prol da educação, no Município de Irati e Região.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

Foram muitos anos dedicados exclusivamente ao ensino de Irati. O nome da professora Lenita Ruva é sinônimo de integridade, liderança e responsabilidade; trínômio aspirado por muitas, mas reservado a poucas.

No momento em que encerra sua carreira no magistério paranaense, Lenita Ruva recebe recompensa maior que dinheiro - rece-

be a medalha do mérito maior - a certeza do dever cumprido com eficiência e nobreza de caráter.

O ensino de Irati ficará, para sempre, em débito com esta professora dedicada, de virtudes incontestáveis, quando desempenhou suas funções como Regente de Classe, Inspetora de Ensino ou como Chefe do Núcleo Regional de Educação de Irati; cargo exercido durante 11 (onze) anos; momento em que seu campo de atuação, profissional foi ampliado para os Municípios de Teixeira Soares, Imbituva, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul, Mallet e Inácio Martins.

Seus compromissos sempre foram assumidos como quem assume uma missão sagrada; sua vida no magistério teve como características fundamentais o dinamismo, a luta e muito trabalho. Luta em prol de dias melhores para os alunos de Irati e região. Para tanto, sempre envidou esforços para que as escolas oferecessem condições de aprendizagem, propiciando aos professores oportunidades de aperfeiçoamento e atualização.

Por sua competência, pela sua dedicação e dinamismo, pelo progresso do ensino de nossa região é que sentimos o dever do agradecimento a esta grande amiga que conquistou amizades e merece todo respeito da população de oito municípios subordinados ao Núcleo Regional de Educação de Irati, cujas marcas preciosas ficarão para sempre na história das escolas, desde a escolhida localizada no interior até a nossa Faculdade.

Fé em Deus, confiança no ser humano, amor ao trabalho, dinamismo nas ações, integridade de caráter, características próprias da professora Lenita Ruva, servirão de estrutura e de exemplo para a continuidade do trabalho a ser desenvolvido no ensino de Irati e Região.

Todos desejam. Muitos lutam. Poucos vencem. Lenita Ruva é vencedora! Parabéns!

REQUERIMENTO N° 027

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, requerem, após ouvido o Plenário, seja enviada mensagem de felicitação e reconhecimento à Diretoria da TV Tarobá, por ocasião de seu 16° Aniversário e pelos relevantes serviços prestados à população do Paraná.

A TV Tarobá desde a sua fundação tem repetido a saga dos pioneiros do oeste, substituindo o machado - que abriu picadas na mata e transformou a terra para que esta pudesse receber as sementes - pela tecnologia, plantando entre a comunidade os instrumentos da informação para a conquista.

ta da cidadania plena.

Por tudo isso, no 16º Aniversário a TV Tarobá merece o reconhecimento desta Assembleia Legislativa e de toda a população do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.02.95.

(aa) EDGAR BUENO e
CELSO SÂMIS

REQUERIMENTO Nº 004

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o Envio de Correspondência ao Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando alteração do Decreto 3.465, datado de 03/05/94, para que possa abranger seus benefícios à implantação de EMPRESAS LIMPAS em áreas de mananciais. Com tal medida procurar-se-á exercitar a coexistência entre o desenvolvimento econômico e a garantia da qualidade de vida com reflexos na geração de empregos às populações locais e aumento da arrecadação de impostos aos seus respectivos municípios.

São as seguintes sugestões:

Adendo ao artigo 531, parágrafo 4, incluindo-se o item E, conforme segue:

"Artigo 531 - ...

Parágrafo 4 - ...

e) Relocalização, implantação e expansão de Empresas Limpas em áreas de mananciais." Adendo ao artigo 532, parágrafo 1, incluindo-se o item I, conforme segue:

"Artigo 532 - ...

Parágrafo 1 - ...

i) Licença prévia expedida pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná qualificando a empresa como EMPRESA LIMPA, portanto habilitada, na questão ambiental, no programa."

Adendo ao artigo 533, parágrafo único, incluindo-se o item F, conforme segue:

"Artigo 533 - ...

Parágrafo Único: ...

f) 100% do ICMS incremental para os estabelecimentos localizados em áreas de mananciais e enquadrados como EMPRESAS LIMPAS pelo IAP."

Sala das Sessões, em 20.02.95.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Através da presente sugestão ao Poder Executivo, objetivando orientar o empresário paranaense, que possui empresa próxima a área de mananciais, para que através do binômio ecologia/desenvolvimento possam ser levados benefícios aos municípios e suas populações.

Para se alcançar tal finalidade, deve-se ampliar as vantagens do Programa Bom Fiscal (Decreto 3.465/94), expandindo-as as EMPRESAS LIMPAS, que se localizem próximas aos mananciais.

Certos da preocupação com a qualidade de vida e pelo alcance de nossa sugestão, esperamos a aquiescência de nosso pedido.

REQUERIMENTO Nº 019

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER, envio de expediente ao Senhor Governador do Estado - Jaime Lerner, com cópia para o Senhor Secretário de Estado da Justiça e Cidadania - EDSON VIDAL, solicitando a construção da Prisão Provisória do Município de Londrina; para abrigar os presos que estão aguardando decisão, de vez que os condenados estão recolhidos à Penitenciária recentemente construída.

Sala das Sessões, em 20.02.95.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Este pleito se justifica, tendo em vista a desativação (oportuna diga-se de passagem) da antiga cadeia da rua Sergipe. Em razão disto, os presos provisórios, em número crescente, passaram a ser recolhidos nos distritos policiais, que não oferecem segurança nenhuma.

Por isso mesmo as fugas são constantes e a inquietação da população aumenta.

REQUERIMENTO Nº 020

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER, envio de expediente ao Senhor Governador do Estado - Jaime Lerner, com cópia para o Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública - Cândido Martins de Oliveira, solicitando a construção do Centro de Polícia Científica, no Município de Londrina, que abrigará os Institutos Médico Legal e de Criminalística, que atualmente funcionam em instalações precárias.

Sala das Sessões, em 20.02.95.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista, os grandes investimentos realizados pelos governos anteriores, tais como, a construção da Penitenciária de Londrina, a instalação do Projeto Povo, a renovação da frota de veículos, reforma da Sede da 10ª SDP., construção de distritos policiais, (dentre outras), não houve a possibilidade da instalação deste importante órgão que agiliza e colabora na melhoria da Segurança Pública. O Município de Londrina pela sua condição de metrópole não pode mais ficar na dependência, quase que exclusiva, da Capital do Estado.

REQUERIMENTO Nº 021

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER envio de expediente a Diretoria do Museu da Imagem e do Som, da Secretaria da Cultura do Estado do Paraná, Sra. Cloris de Souza Ferreira, propondo a gravação de um depoimento do ex-Deputado Estadual Ivo Tomazoni, sobre a colonização do Sudoeste do Estado.

Sala das Sessões, em 20.02.95.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O ex-Deputado Estadual, que foi Presidente desta colenda Casa de Leis e ex-prefeito de Pato Branco, Senhor Ivo Tomazoni, conhece pormenores, e detalhes importantes da brava insólita e difícil colonização do Sudoeste do Paraná.

É extremamente importante registrar depoimentos verdadeiros, de quem não só conhece como foi parte integrante do movimento colonizador. O ex-Deputado Ivo Tomazoni, juntamente com outras pessoas, vivenciou a luta corajosa, às vezes suicida, de muitos pioneiros sulistas que chegaram ao Paraná para ajudar a escrever a história desse Estado, que naquela época, já prometia se distinguir dos demais, pelo progresso e desenvolvimento.

É imperioso deixar gravado nos Anais da história, o que tem a dizer, pessoas como o competente e honrado ex-Deputado estadual Ivo Tomazoni.

REQUERIMENTO Nº 022

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Douto e Soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Hermas Brandão, Secretário de Estado da Agricultura, solicitando, - Aquisição, pelo Governo, da sobra de safra (estimativa provável, 600.000 sacas) com classificação até tipo 5, pelo preço mínimo; - Implantação, em caráter de urgência, de linha de crédito para manutenção familiar aos produtores necessitados; - prorrogação das dívidas bancárias; - Desburocratização dos financiamentos que ainda estão pendentes junto aos bancos.

Estas solicitações visam amenizar o problema em que se encontram os agricultores da região de Irati, que na sua maioria são pequenos produtores, sendo a cultura do feijão sua principal atividade.

A perda da produção, devido o excesso de chuvas que atingiram todo o nosso Estado, comprometeu seriamente a safra de feijão na região de Irati, em cerca de 70%, sendo que, 5% foi colhido antes do período de chuvas, o restante que ainda não foram colhidos, cerca de 25%, estão sofrendo sérios ataques de pragas e doenças, estando sob os riscos das chuvas, que com certeza

afetará seriamente a qualidade do produto, comprometendo assim, a sua comercialização.

Estes pequenos agricultores recorreram a financiamentos, e em alguns casos utilizaram recursos próprios, isto implica na não vinculação a sistemas de seguro de Produção (PROAGRO).

Os produtores assumiram compromissos com investimentos, como máquinas agrícolas, implementos e insumos, para pagar após a colheita da safra.

Portanto, conclui-se que é drástica a situação dos nossos produtores de feijão, medidas com a maior urgência, devem ser tomadas para evitar sérios problemas sócio-econômicos, afetando ainda mais, o nosso homem do campo.

(Dados fornecidos pela "CARTA DE IRATI")

Sala das Sessões, em 20.02.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 023

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e Soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná, solicitando, - aquisição, pelo Governo, da sobra de safra (estimativa provável, 600.000 sacas) com classificação até tipo 5, pelo preço mínimo; - Implantação, em caráter de urgência, de linha de crédito para manutenção familiar aos produtores necessitados; - Prorrogação das dívidas bancárias; - desburocratização dos financiamentos que ainda estão pendentes junto aos bancos.

Estas solicitações visam amenizar o problema em que se encontram os agricultores da região de Irati, que na sua maioria são pequenos produtores, sendo a cultura do feijão sua principal atividade.

A perda da produção, devido o excesso de chuvas que atingiram todo o nosso Estado, comprometendo seriamente a safra de feijão na região de Irati, em cerca de 70%, sendo que, 5% foi colhido antes do período de chuvas, o restante que ainda não foram colhidos, cerca de 25%, estão sofrendo sérios ataques de pragas e doenças, estando sob os riscos das chuvas, que com certeza afetará seriamente a qualidade do produto, comprometendo assim, a sua comercialização.

Estes pequenos agricultores recorreram a financiamentos, e em alguns casos utilizaram recursos próprios, isto implica na não vinculação a sistemas de seguros de Produção (PROAGRO).

Os produtores assumiram compromissos com investimentos, com máquinas agrícolas, implementos e insumos, para pagar após a

colheita da safra.

Portanto, concluiu-se que é drástica a situação dos nossos produtores de feijão, medidas com a maior urgência, devem ser tomadas para evitar sérios problemas sócio-econômicos, afetando ainda mais, o nosso homem do campo.

(Dados fornecidos pela "Carta de Irati")

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 025

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor Prefeito de Salto do Lontra, Dalvo Koerich, cumprimentando-o, pela passagem do aniversário da cidade, dia 18 de fevereiro de 1995, com votos de congratulação.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O município de Salto do Lontra que comemora seus 30 anos de Emancipação, destaca-se na região Sudoeste pelo grande número de indústrias, sendo sua maior fonte de renda, o setor terciário, além da produção de milho, mandioca, soja, feijão e arroz.

Ao município, nossos cumprimentos.

REQUERIMENTO N° 028

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Superintendente da Rede Ferroviária Federal, Eng°. Tarcísio Henrich, para que não sejam retirados os trilhos da linha férrea que interliga o município de Irati - passando pela localidade de Eng°. Gutierrez; Municípios de Rebouças - Rio Azul - Mallet e União da Vitória.

Sala das Sessões, em 20.02.95.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

Em breve, muitas cidades brasileiras, a começar pelo Paraná, bem como do exterior, poderão contar com o mais novo sistema de transporte coletivo urbano, lançado recentemente em União da Vitória.

O ônibus rodoferroviário foi criado e desenvolvido por empresário paranaense do setor de transporte, que idealizou o projeto baseado na experiência que possui, observando o nosso sistema de transportes.

Uma das facilidades é o fato de a infra-estrutura utilizada pelo transporte ser de fácil adaptação. No caso dos trilhos, é comum a existência dessa condição na maioria das cidades. Portanto, é um investimento que deixará de ser feito, o mesmo acontecendo com as estradas de as-

falto.

Diante do exposto, com o advento do "BISBUS", nada mais racional do que manter os trilhos para aproveitamento da nova tecnologia.

REQUERIMENTO N° 029

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ministro dos Transportes solicitando seja efetuada a duplicação da BR-277, do município de Cascavel a Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 30.02.95

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Mais de 30% da produção do Estado é escoado pela rodovia BR-277 somado ao grande fluxo de ônibus e pequenos veículos que desclocam-se até Foz do Iguaçu, especialmente por razões turísticas e comerciais.

Torna-se imprescindível tal duplicação pois facilitará o tráfego e sobretudo, diminuirá o número de acidentes, que tem tirado a vida ou deixado seqüelas irreversíveis a inúmeras pessoas.

REQUERIMENTO N° 030

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, o envio de Expediente ao Secretário de Estado dos Transportes solicitando a realização da ligação asfáltica do Município de Ramilândia passando por Diamante D'Oeste até São José das Palmeiras, numa extensão de 40 km.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A realização da ligação asfáltica acima referida beneficiará milhares de agricultores que, com seu árduo trabalho, oferecem a toda sociedade, parcela significativa da produção de alimentos do Estado.

Facilita da mesma forma aquela população, no deslocamento até a Sede daqueles municípios quando da necessidade por razões emergenciais ou mesmo comerciais. Facilita igualmente, no deslocamento de estudantes da redondeza até a Sede dos respectivos municípios. Em suma, a efetivação de tal obra contribuirá em muito com o desenvolvimento Sócio-Econômico daquela importante região.

REQUERIMENTO N° 033

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o

envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado da Fazenda, do Planejamento e do Banco Central, solicitando revisão urgente na decisão do fechamento de agências bancárias da Caixa Econômica Federal - CEF, nos municípios do Paraná.

Do aprovado, REQUER, ainda, comunicação aos Prefeitos dos Municípios de Altônia, Alto Piquiri, Pérola, Nova Olímpia e Umuarama.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 034

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Deni Schuartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando determinação da pavimentação asfáltica da estrada que liga o Município de Douradina ao distrito de Jardim Indo-Ivaí, numa extensão de 07 quilômetros.

Do aprovado, requer, ainda, seja comunicado o Senhor Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 20.02.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O trecho em tela é importante para a economia local e da região, tanto para escoamento de safra como para o trânsito das famílias moradoras e que em dias de chuvas, principalmente, tornam difíceis esse acesso.

REQUERIMENTO N° 035

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Cândido Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de um veículo viatura para atender o município de Francisco Alves.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado o Senhor Prefeito do Município e ao Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 20.02.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O setor de segurança no Estado tem apresentado um índice de criminalidade que começa assustar as famílias paranaenses, decorrentes do crescimento vertiginoso do processo de empobrecimento da população.

Com isto o Estado tem sido obrigado a investir na melhor aparelhagem do setor de segurança com mais pessoal, melhor remuneração, viaturas, armamentos, etc.

O município em tela tem necessidade urgente de ser atendido nesta reivindicação.

REQUERIMENTO N° 036

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Deni Schuartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a duplicação da rodovia PR-323 no trecho que liga os Municípios de Umuarama e Cruzeiro do Oeste.

Do aprovado, requer, ainda, seja comunicado os Senhores Prefeitos Municipais e ao Presidente da Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 20.02.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O trecho em tela é importante para toda a região e para o Estado, permitindo maior segurança para quem se utiliza da rodovia e é uma aspiração antiga.

REQUERIMENTO N° 037

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Deni Lineu Schuartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a liberação de recursos financeiros para a recuperação das estradas municipais de Inácio Martins, que devido a ocorrência de chuvas em demasia, nos últimos meses, sofreu enormes estragos em suas estradas, deixando-as, intransitáveis, sendo que, o município de Inácio Martins, encontra-se praticamente isolado, não havendo ligação com os municípios vizinhos.

Sala das Sessões, 20.02.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 038

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Armando Martinho Bardou Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de medicamentos aos Postos de Saúde do Município de Quinta do Sol.

A presente solicitação tem por objetivo, abastecer os Postos de Saúde com medicamentos para serem distribuídos à população carente, que não dispõe de condições financeiras para arcarem com despesas de farmácia.

De nada adianta a consulta médica,

sendo que o medicamento receitado, por mais barato que seja, não será adquirido por essas pessoas extremamente carentes.

Hã, pois, que prestar um bom atendimento, mostrando a doença e fornecendo o remédio para cura.

Sala das Sessões, em 20.02.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 039

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Segismundo Morgenstein, Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a ampliação das dependências da Escola Estadual Trajano Gracia - Ensino de 1° Grau, do Município de Irati.

A presente solicitação, visa aumentar o espaço físico desta escola, para oferecer condições de abrigar a todos os alunos, em todas atividades escolares, pois, a demanda cresce anualmente, e as dependências do prédio são insuficientes.

Sala das Sessões, em 20.02.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 040

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano - Senhor Lubomir Fisciński Dunin, solicitando recursos para ampliação do Posto de Saúde executado no Patrimônio Guarani - Município de Mamborê.

Sala das Sessões, em 20.02.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação da Prefeitura Municipal de Mamborê.

A presente obra já se encontra concluída, porém tem parcelas retidas em Fundo Perdido no Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano.

Assim, esse Parlamentar espera que a justa reivindicação seja atendida, visando a melhoria da qualidade de vida da população de Mamborê.

REQUERIMENTO N° 044

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, seja enviado expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando aquisição de radar para controle de velocidade e bafômetros para o Pelotão de

Trânsito de 11° Batalhão de Polícia Militar do Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 20.02.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação da Câmara Municipal de Campo Mourão e do Conselho de Segurança daquele Município. Em Campo Mourão, somente no ano de 1994 houve cerca de 915 acidentes registrados no CIRETRAN, sendo setecentos e quarenta e cinco veículos, setenta e nove motos, setenta bicicletas e vinte e um pedestres.

Com esse quadro é necessário que a Secretaria de Estado da Segurança Pública viabilize os equipamentos a serem utilizados pelo Pelotão de Trânsito do 11° Batalhão de Polícia Militar de Campo Mourão, visando oferecer segurança aos motoristas, ciclistas e pedestres daquele Município.

REQUERIMENTO N° 045

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a liberação de uma viatura policial para a Polícia Civil do Município de Roncador.

Sala das Sessões, em 20.02.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação do Prefeito do Município de Roncador, na qual solicita liberação de uma viatura policial, com objetivo de atender os casos de emergência daquele Município.

Roncador, pertencente a Região de Campo Mourão, conta com uma população de 20.000 habitantes, dos quais aproximadamente 8.000 da zona urbana, o que aparentemente deixaria aquele município em uma situação de segurança, dados os fatos recentes, ocorreram três assassinatos de forma brutal, sem que a Polícia Civil local tenha as mínimas condições de reação, não possui contingente de pessoal e constam nos registros uma viatura Volkswagen, ano 1981, sem condições de utilização.

REQUERIMENTO N° 046

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após decisão do soberano Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da FUNDEPAR - Fundação Educacional Paraná, Segismundo Morgenstern, solicitando doação de um be-

bedouro refrigerativo para fornecimento de água para os alunos do Colégio Estadual Vinicius de Moraes do Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) NELSON TURECK

Justificativa:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação dos estudantes do Colégio Estadual Vinicius de Moraes. Tal solicitação faz-se necessário, visto que a região de Campo Mourão é extremamente quente no período de verão e a ingestão de água vinda diretamente das torneiras, vem causando a incidência de casos de diarreia e dores estomacais entre os estudantes daquele estabelecimento de ensino, que somam um total de mil e seiscentos alunos.

REQUERIMENTO N° 049

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Hermas Brandão - Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, solicitando a reativação do Programa de Inseminação Artificial - PIA no Município de Mamborê.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) NELSON TURECK

Justificativa:

O presente requerimento visa atender justa reivindicação do Município de Mamborê, que deseja ver a reativação do Programa de Inseminação Artificial - PIA. A Prefeitura Municipal se encontra apta a desenvolver o referido programa, inclusive com acompanhamento técnico de Médico Veterinário.

Assim sendo, esperamos a especial atenção do Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento ao pedido dos agricultores de Mamborê, visando o fortalecimento da agricultura regional.

REQUERIMENTO N° 051

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores à Rua Dezessete, bairro Zumbi dos Palmares, os quais solicitam a troca das lâmpadas dos postes dessa rua que estão queimadas, tornando o local muito perigoso à noite.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 052

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores à Rua Arapongas, proximidades do n° 338, no Jardim Guaraituba, os quais solicitam o desentupimento das valetas lá existentes, bem como o afundamento das mesmas. Em frente ao n° 338, foram colocadas as manilhas, porém como não foi afundada a valeta, vem ocorrendo alagamentos constantes e muitos problemas a todos os moradores da citada rua. Pedem providências, uma vez que a situação vem se agravando a cada dia.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 053

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar os problemas de esgoto à Rua Brasília Cuman - Santa Felicidade. Ocorre que não há boca de lobo, em decorrência disso há constantes entupimentos em frente ao n° 192, sendo que até formou-se um buraco embaixo da calçada, de entrada, danificando-a. Os detritos ficam depositados nesse buraco, causando uma série de transtornos. Os moradores também solicitam da Sanepar um melhor atendimento aos usuários.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 054

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de proceder o desentupimento e assentamento correto nas manilhas da Rua Rio Paraná - Jardim Weisópolis, tendo em vista os constantes alagamentos que vêm ocorrendo em frente ao n° 372 desta rua.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 055

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal da Fazenda Rio Grande, no sentido de implantar anti-pó na Estrada Velha de Rio Negro, uma vez que a mesma encontra-se em péssimas condições. O pedido es-

tã sendo feito pelos moradores do local, uma vez que muitos transtornos estão sendo causados a todos pela falta desse benefício.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 056

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, no sentido de atender os pedidos dos moradores do Jardim Secom - Timbú, os quais solicitam a abertura de uma valeta à Travessa 1, esquina com a Estrada do Butiã. Pedem ainda providência na linha de ônibus Eugênia Maria, sendo que há atraso, passando somente de hora em hora nos pontos, além dos carros quebrarem constantemente. Solicitam que os pedidos sejam atendidos, tendo em vista que muitas pessoas serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 057

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento em um casarão abandonado na Rua Silva Jardim, esquina com a Rua 24 de Maio - Rebouças, o qual vem servindo como esconderijo para desocupados, deixando todos os moradores das proximidades muito apreensivos. Ocorrem lá muitas tentativas de assaltos e os moradores solicitam urgência no atendimento do presente pedido.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 058

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Novo B - Sítio Cercado 6, os quais solicitam a instalação de um aparelho telefônico público em frente à Merceria Nossa Senhora Aparecida, localizada na Rua 32. O pedido está sendo feito devido não haver um telefone no local e como são muitos os moradores que lá residem, não dispõem desse benefício, dificultando sobremaneira a vida de todos, principalmente nos casos de emergência.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 059

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores do Parque Monte Castelo - Colombo, os quais solicitam a instalação de um aparelho telefônico público na Rua das Orquídeas, esquina com a Rua dos Jasmins, em frente a Merceria "Silva".

A população do bairro é grande e não tem nenhum aparelho nas proximidades. Será de grande valia para todos a instalação do mesmo.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 060

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de executar reparos no asfalto do terminal de ônibus, tendo em vista que está cheio de buracos e quando chove ocorre alagamento.

O pedido está sendo feito pelos usuários do Terminal do Cachoeira, os quais passam por sérios transtornos devido este problema.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 061

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema que vem ocorrendo na propriedade localizada à Rua Pedro do Rosário, ao lado do n° 278 - Jardim Guaraituba - Colombo, referente ao esgoto e escoamento da água. Neste local o esgoto é irregular, bem como nas residências vizinhas, causando uma série de transtornos a todos os moradores.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 062

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que

seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores do loteamento localizado no Jardim Tetê, no Parque São Jorge, quanto a abertura da Rua 5, proximidades do nº 82. Pedem eles também abertura de valetas e que o caminhão de lixo venha a passar nessa rua. Com o atendimento desses pedidos, muitas pessoas serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 063

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender os pedidos dos moradores da Rua Getúlio Vargas, proximidade do nº 1035 - Vila Amélia, os quais solicitam que essa Municipalidade procure sanar o problema de falta de água que ocorre durante o dia há dois anos nesse local, principalmente nos lugares mais baixos. Pedem ainda, que o caminhão de lixo passe na Rua Getúlio Vargas, uma vez que não dispõem desse serviço. Afirmam que o IPTU cobrado é muito alto, porém os benefícios básicos não lhes são oferecidos.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 064

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Paranguá, no sentido de atender o pedido pelos proprietários de residências no Balneário Shangrilá, os quais solicitam melhoramentos nas ruas, sendo que as mesmas estão em péssimas condições, cheias de buracos e alagam facilmente quando chove. Afirmam eles que pagam as taxas dos impostos e infelizmente não são beneficiados em nada. Pedem providências urgentes procurando-se evitar que a situação fique mais crítica.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 065

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, quanto a intensificação de policiamento no Bar Chapplin, localizado na Avenida Ken-

nedy, proximidades do nº 3993, sendo que durante a madrugada, mais especificamente à 4hs30min os frequentadores do mesmo promovem algazarras, seguidos de muitos palavrões e até tiros de armas, deixando todos os moradores apreensivos. Muitas vezes a polícia lá compareceu, porém essas ocorrências continuam acontecendo.

Pedem os moradores das proximidades que os problemas sejam resolvidos, antes que algo mais grave venha a ocorrer.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 066

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de tomar providências quanto a um buraco enorme formado com as chuvas na Rua Mato Grosso - Jardim Cecília.

A prefeitura esteve no local, porém foi colocado terra e a situação piorou muito porque como continuou chovendo, formou-se muita lama e os moradores não podem transitar pela rua, sendo que à noite o local fica às escuras, tornando-se muito perigoso.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 067

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores do bairro de Umbará, os quais solicitam a instalação de um aparelho telefônico público na rua Vereador Angelo Burbello, em frente ao nº 153, na Mercearia Burbello.

Sendo um local movimentado, será de grande valia para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 068

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido dos moradores do bairro do Jardim Cecília, os quais solicitam que sejam executados reparos à Rua Espírito Santo, tendo em vista que a mesma encontra-se cheia de buracos e não possui anti-pó. Além dessa rua, todas as outras

encontram-se com o mesmo problema, sendo que algumas até o ônibus deixou de passar, alegam os moradores.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 069

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de tomar providências quanto a reclamação feita pelos proprietários de residências no Balneário de Praia de Leste, os quais já pagaram o financiamento para a implantação de rede de água, porém até a presente data o serviço não foi executado.

Pedem que a SANEPAR reveja os casos em que já foram pagos os financiamentos e implante a rede de água e esgoto. Contacto com Delfina Meneguette pelo telefone 277-4515.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 070

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, no sentido de atender o pedido feito por servidores estaduais, os quais solicitam um melhor atendimento por parte daquele órgão. Alegam eles que falta aparelhagem, médicos e o atendimento encontra-se deficitário.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 071

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de colocar mais um poste de iluminação pública na Avenida da República, proximidades do nº 38, prologamento da Rua Brigadeiro Franco, no bairro do Parolim. O pedido está sendo feito pelos moradores, os quais afirmam que a noite o local fica às escuras, tornando-se muito perigoso.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 072

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de implantar rede de esgoto nos Conjuntos Moradias Orquídea e Moradias Padilha, localizados no bairro do Xaxim.

O pedido está sendo feito pelos moradores da Rua 3, do Moradias Orquídea, os quais afirmam que com a falta desse benefício, todos estão passando por sérios transtornos.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 073

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido dos moradores à Rua Maranhão - Jardim Jalisco, os quais solicitam o fechamento das valetas localizadas próximo ao nº 88, uma vez que as mesmas foram mal fechadas, necessitando refazer o serviço.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 074

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores à Rua Maranhão - Jardim Jalisco - Colombo, os quais solicitam que o carteiro passe nessa rua.

Solicitam que o pedido seja atendido, uma vez que com a falta desse serviço de utilidade pública a vida de todos os moradores têm sido dificultada.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 076

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de tomar providências quanto a um terreno de propriedade da empresa Caravajo, localizada à rua Egito, nº 508 - Alto Cruz III - Colombo. Ocorre que essa empresa coleta lixo das proximidades e deposita-o na Rua Mar-

rocos, em frente ao nº 78 - Rio Verde. Os moradores estão preocupados pois além de sobras de materiais de construção, há lixo hospitalar e a propensão de concentração de doenças é muito grande.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 077

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO, no sentido de atender o pedido feito pela moradora à Rua Astorga nº 605 - Guaraituba, a qual solicita desentupimento das manilhas maiores, uma vez que as mesmas não comportam o esgoto que por elas correm. Com as chuvas, formou-se um buraco no local, impedindo a passagem dos moradores. Pedem providências urgentes tendo em vista que a erosão está aumentando a cada dia.

Sala das Sessões, em 20.02.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 078

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de falta de água na Rua Germano Beckert, proximidade do nº 221 - Bairro Alto, tendo em vista que a mesma só vem por volta de meia-noite e às 8hs acaba, causando uma série de transtornos a todos os moradores da localidade.

Sala das Sessões, em 20.02.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 080

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, no sentido de instruir a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, quanto a implantação de rede de esgoto na Rua Hirland de Godoi, proximidades do nº 17 - Pilarzinho.

O pedido está sendo feito pelos moradores desse local, os quais afirmam que o esgoto corre a céu aberto, o mau cheiro é insuportável, além do perigo de contração de doenças.

Sala das Sessões, em 20.02.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 081

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS, no sentido de atender o pedido dos moradores à Rua Dr. Waldemar da Costa Lima - Conjunto Residencial Graciosa, localizada próxima à Cruz do Atuba, os quais solicitam o asfaltamento da mesma, bem como a rua em que passa o ônibus.

Pedem eles que o pedido seja atendido, uma vez que as ruas estão necessitando urgentemente desse benefício.

Sala das Sessões, em 20.02.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 082

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido feito pelos usuários dos ônibus que têm parada no terminal do Maracanã, localizado em Colombo, os quais solicitam mais organização nas filas, uma vez que a desorganização vem causando transtornos a todos.

Pedem ainda mais carros na linha Santo Antônio - Via Bacacheri. O mesmo trafega superlotado, pondo em risco a vida dos usuários devido ao excesso de passageiros.

Sala das Sessões, em 20.02.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 083

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, no sentido de intensificar o policiamento nas ruas do Conjunto Águila, localizado em Pinhais.

O pedido está sendo feito pelos moradores do local, uma vez que muitos desocupados andam pelas ruas, causando medo na comunidade.

Sala das Sessões, em 20.02.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 084

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, no senti-

do de atender o pedido feito pelos moradores do Centro Cívico, os quais solicitam a instalação de um aparelho telefônico público com uso de cartão para telefonemas interurbanos.

O pedido está sendo feito pelos moradores da Rua Marechal Hermes, porém com o atendimento da solicitação, além deles, muitas pessoas que vêm de outras cidades para resolver assuntos na Prefeitura, Assembleia Legislativa, Palácio do Governo e outros órgãos públicos situados nessa região, serão beneficiados.

Sala das Sessões, em 20.02.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 085

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua 3 - Jardim Parati - Parque São Jorge, os quais solicitam que sejam executados reparos nas ruas da localidade sendo que as mesmas encontram-se em condições críticas.

Pedem ainda que seja dada uma melhor atenção ao terminal de ônibus, uma vez que o mesmo está em péssimas condições de funcionamento, causando muitos transtornos a todos os usuários.

Sala das Sessões, em 20.02.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 086

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de resolver o problema de falta de água à Rua dos Monjoleiros, proximidades do n° 87 - Conjunto Paineiras, no bairro Barreirinha.

O pedido está sendo feito pelos moradores da localidade, os quais reclamam que constantemente falta água e o pouco que vem apresenta um mau odor e suja. Pedem providências o mais breve possível, uma vez que toda a população vem sofrendo com esse problema e encontra-se propensa à contração de doenças.

Sala das Sessões, em 20.02.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 087

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que

seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de falta de água na Rua Deputado Edgar Távora, bem como em toda a região da Barreirinha. A situação é insuportável e os moradores alegam que já estão cansados de reclamar à SANEPAR, porém nada é feito.

Sala das Sessões, em 20.02.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 096

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Secretário dos Transportes, Senhor Deni Schwartz, solicitando que o mesmo autorize o DER a auxiliar os municípios da Região dos Campos Gerais na recuperação de estradas danificadas pela chuva.

Devido ao grande período de chuvas que abalou o Paraná nos últimos meses, muitas estradas ficaram totalmente danificadas. Nos municípios da Região dos Campos Gerais, isto está dificultando o escoamento da safra dos pequenos e médios agricultores.

Esta ajuda aos agricultores é fundamental, para que os mesmos não venham a ter mais prejuízos, além dos já causados pela chuva.

Sala das Sessões, em 20.02.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 099

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Governador do Estado, Senhor Jaime Lerner; ao Secretário de Agricultura, Senhor Hermas Brandão; ao Presidente do BANESTADO, Senhor Luiz Antonio Fayet e ao Presidente do Banco do Brasil, Sr. Alcir A. Calliari, solicitando a execução de estudos para viabilizar o refinanciamento para os financiamentos vencidos e que irão vencer, dos pequenos e médios agricultores do Paraná.

Tal solicitação deve-se ao fato de que a maioria dos agricultores perderam quase toda sua produção devido ao grande período de chuvas que fixou-se sobre nosso Estado.

Muitos agricultores, não terão condições de pagarem os financiamentos realizados, nem de adquirirem sementes para a próxima safra e nem de garantir o sustento de sua própria família.

Esta medida deve ser urgente e eficaz, para que aqueles que são a base do nosso Estado não sejam prejudicados mais uma vez.

Sala das Sessões, em 20.02.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 026

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Carta de Reivindicações dos Pequenos Produtores Rurais da Região Sul do Paraná, anexa ao presente, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado solicitando o atendimento das reivindicações, com a máxima urgência.

Sala das Sessões, em 20.02.95.

(a) PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO

JUSTIFICATIVA:

Em reunião realizada dia 11 do corrente mês, na cidade de São Mateus do Sul, representantes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais e de Associações de Pequenos Produtores Rurais da Região Sul do nosso Estado analisaram a situação da agricultura face as últimas chuvas e constataram a perda de mais de 80% da produção prevista de feijão para a atual safra.

Considerando que são dezenas de milhares de famílias que tem o seu sustento baseado unicamente na produção agrícola de sua pequena propriedade e que os municípios da região tem sua economia sustentada principalmente na agricultura desses produtores, são necessárias providências urgentes que garantam o sustento e a continuidade das atividades produtivas daquelas famílias face a situação calamitosa das mesmas.

"CARTA DE REIVINDICAÇÃO
DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA
REGIÃO SUL DO PARANÁ

Em reunião realizada dia 11 de fevereiro de 1995, na cidade de São Mateus do Sul, nós, representantes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais e de Associações de Pequenos Produtores Rurais dos municípios de Palmeira, São João do Triunfo, São Mateus do Sul, Iratí, Mallet, Rebouças, Rio Azul, Paulo Frontin, General Carneiro, Paula Freitas, União da Vitória, Bituruna, Teixeira Soares, Imbituva, Prudentópolis, Reserva, Telêmaco Borba, Porto Vitória, Lapa, Antonio Olinto, Cruz Machado e Inácio Martins analisamos a atual situação da agricultura face às últimas chuvas e decidimos pela presente carta de reivindicações.

Os municípios citados tem a sua produção agrícola sustentada principalmente nos pequenos produtores e a economia da região gira basicamente em torno da agricultura.

Somos dezenas de milhares de famílias que tem o seu sustento e a sua economia baseada unicamente na produção agrícola da sua pequena propriedade.

As últimas fortes chuvas que ocorreram de forma prolongada trouxeram significativos prejuízos para a agricultura da região, principalmente ao feijão, acarretando uma perda acima de 80% da produção prevista.

Face à situação desesperadora dos pequenos produtores rurais fazemos as seguintes reivindicações, em caráter de emergência:

AO GOVERNO DO ESTADO:

1. Abertura de linha de Crédito para Manutenção Familiar pelo BANESTADO.

Concessão de um salário mínimo por mês para cada família até a nova safra, sem grandes exigências burocráticas, durante o período de dez meses, para pagamento equivalente ao mesmo salário mínimo vigente à época de vencimento do empréstimo.

Prazo de 3 anos incluindo um de carência.

Garantia exigida: penhor de safra. A seleção dos beneficiários poderá ser feita mediante a criação de comissão formada pela EMATER, Prefeitura Municipal e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

A linha de crédito deve entrar em vigência imediatamente e sem maiores exigências burocráticas, pois trata-se de pequenos produtores que normalmente não utilizam crédito rural.

2. Prorrogação das Dividas de Crédito para Investimentos.

Apesar de pequeno o número de pequenos produtores que buscam crédito para investimentos através do Programa Panela Cheia é imprescindível a prorrogação dos pagamentos deste ano para o primeiro ano após o vencimento atual do contrato, nas mesmas taxas.

3. Sementes.

Fornecimento de 100 kg de sementes de feijão e 40 kg de sementes de milho, a serem desenvolvidos, na base de troca, na colheita da próxima safra, para cada produtor.

4. Abertura de Linha de Crédito pelo BANESTADO.

Para os pequenos produtores que financiaram máquinas, implementos e insumos diretamente com empresas particulares poderão quitar suas dívidas vencidas e a vencer, sendo que tal empréstimo será pago na próxima safra.

5. Encaminhar AO GOVERNO FEDERAL os seguintes pedidos

a. abertura de Linha de Crédito para Manutenção Familiar pelo Banco do Brasil S.A. nos mesmos moldes do reivindicado ao Governo do Estado.

b. aquisição do feijão "chuvado", com classificação inferior ao tipo 5, pelo preço mínimo, que devido à baixa qualidade não encontra comprador.

c. prorrogação do FINAME RURAL para as parcelas que vencem este ano para o ano seguinte ao vencimento atual do contrato, com as mesmas taxas.

d. abertura de Linha de Crédito no Banco do Brasil S.A., para os pequenos produtores que financiaram máquinas, implementos e insumos diretamente com empresas particulares, poderem quitar suas dívidas vencidas a vencer, sendo que tal empréstimo será pago na próxima safra.

O atendimento das reivindicações acima deve ser feito no prazo máximo de trinta (30) dias, em caráter de emergência, face à situação calamitosa das famílias já há várias décadas prejudicadas pelo caráter excludente e concentrador da propriedade da terra, da política agrícola implementada por sucessivos governos e a iminência de fatos desesperadores por parte dos pequenos produtores rurais.

São Mateus do Sul, 11.02.95.

(aa) NELSON DIAS DA SILVA

STR São João Triunfo

ELISEU ZANOTESZEK

STR Paulo Frontin

JOANES MARKOVICZ

STR Irati

NELSON PLASSE

STR Cruz Machado

CRISPIN ARASZESKI

STR São Mateus do Sul

JOSÉ PRZYBYSEWSKI

STR Palmeira

BENEDITO PINTO

STR Lapa"

REQUERIMENTO N° 050

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inserção nos Anais desta Casa, dos Artigos: "A Reforma o Estado" e "Estabilidade sem Medo", escritos pelo Ministro de Estado da Administração, Doutor Luiz Carlos Bresser Pereira.

Sala das Sessões, em 15.02.95.

(a) NELSON TURECK

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 001/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Araruna, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de São Vicente, com as seguintes

medidas e confrontações: "Descendo o córrego Pauzinho até encontrar o Rio Goio-Erê, por este abaixo até o seu afluente Ailema, por este acima em linha reta até a BR-487. Estrada boiadeira, seguindo em linha reta até o Rio Claro, por este acima até a sua nascente e daí em linha reta até a cabeceira do Córrego Pauzinho."

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) TOTI COLAÇO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 001/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Mestres e Alunos de Informática - AMAI, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Esta entidade destaca-se pela prestação de serviços na área de desenvolvimento educacional e tecnológico, visando aprimorar sistematicamente o ensino e atividade da informática.

Assim sendo, esta entidade merece fruir das prerrogativas legais decorrentes da declaração de utilidade pública.

PROJETO DE LEI N° 002/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica revogada a alínea "a", do art. 4°, da Lei n° 10.704, de 10 de janeiro de 1994.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a revogação da alínea "a", do art. 4° da Lei n° 10.704, a qual requer comprovação de escolaridade de 2° grau para o cargo de Suplente de Delegado, considerando-se que a complexidade desta função não chega a exigir tal nível de formação escolar, tratando-se inclusive de um cargo de confiança.

LEI Nº 10.704

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

SÚMULA: Cria, na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com lotação no Departamento de Polícia Civil, 150 cargos em comissão de Suplente de Delegados, símbolo 9-C e adota outras providências.

Art. 1º - Ficam criados na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com lotação no Departamento de Polícia Civil, 150 (cento e cinquenta) cargos em comissão, com a denominação de Suplente de Delegados e simbologia 9-C, os quais serão providos na forma do disposto no parágrafo único, do Art. 1º da Lei nº 7.880, de 20 de junho de 1984.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3º - Aos futuros exercentes dos cargos ora criados será ministrado curso básico pela Escola de Polícia Civil do Estado do Paraná.

Art. 4º - São requisitos necessários para ingresso no cargo de Assistente de Segurança:

- a) Comprovação de escolaridade mínima de 2º grau completo ou equivalente;
- b) Submeter-se a testes psicotécnicos.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 10 de janeiro de 1994.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado
JOSÉ MOACIR FAVETTI
Secretário de Estado
da Segurança Pública

PROJETO DE LEI Nº 003/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 10.018 de 02 de julho de 1992.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A Lei que pretende revogar, contraria a Lei Complementar nº 56 de 18 de fevereiro de 1991, principalmente em seus artigos

1º e 7º.

A Lei que criou o Município de Rami-lândia, obedeceu os trâmites legais processuais, bem como atendeu requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 56, já citada.

Consultado através de plebiscito o povo decidiu, outorgando poderes aos seus representantes, nesta Casa de Leis, pela criação do município nos limites e confrontações constantes da Resolução nº 144/90.

Por outro lado, a Lei nº 10.018 de 12 de julho de 1992, contraria o artigo 7º da Lei Complementar nº 56, pois alterou a área territorial no ano de eleição municipal.

É imperativo, e de justiça, que esta Assembléia Legislativa resgate os limites e confrontações originais do município em questão, visto tais considerações arroladas no presente.

Há que se respeitar a vontade popular!

Esperamos contar com a aprovação dos Nobres Pares, para a aprovação do presente.

PROJETO DE LEI Nº 004/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os órgãos de Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado, farão publicar, no Diário Oficial do Estado, até o dia 15 do mês subsequente, a relação das compras efetuadas, bem como das obras e serviços contratados e respectivos aditamentos, celebrados no mês, com valor superior a 7.800 (sete mil e oitocentas) Unidades Fiscais do Estado do Paraná.

§ 1º - A relação das compras deverá enumerar as quantidades e especificações sucintas com os preços unitários e totais dos materiais adquiridos.

§ 2º - A relação dos serviços e obras deverá conter os preços unitários, quantidades e preços totais, sua especificação sucinta, período de vigência do contrato e os critérios de reajuste.

Art. 2º - Serão publicados, de forma resumida, no Diário Oficial do Estado, até o dia 15 do mês subsequente, as relações de pagamentos, desapropriações amigáveis ou judiciais, de compras e alienações de imóveis, ocorridos no mês, com valor superior a 7.800 (sete mil e oitocentas) Unidades Fiscais do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A relação das compras e alienação de imóveis a que se refere o "caput", será acompanhada das características dos bens e dos respectivos preços.

Art. 3º - Os órgãos do Poder Executivo e as entidades da Administração Indireta, inclusive Fundacional, encaminharão à Assembleia Legislativa:

I - Os editais completos das licitações de obras, serviços, compras, alienações, concessões e locações, até 48 (quarenta e oito) horas após sua instauração;

II - A relação dos qualificados e dos convidados nos casos de tomada de preços e convite.

Parágrafo Único - Por edital completo entende-se o conjunto de peças fornecidas aos licitantes.

Art. 4º - Os órgãos e entidades referidos no artigo anterior encaminharão à Assembleia Legislativa, até o dia 15 do mês subsequente, cópias dos contratos e do decisório da Comissão Julgadora, ou, na ausência destes, de outro instrumento equivalente, de compras, obras e serviços celebrado no mês, com valor superior a 7.800 (sete mil e oitocentas) Unidades Fiscais do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Os contratos de valores inferiores ao especificado no "caput", ficarão classificados e ordenados na sede do órgão contratante, de modo a permitir fácil consulta ao público.

Art. 5º - A Assembleia Legislativa manterá os documentos a que se referem os artigos terceiro e quarto classificados e ordenados, de modo a permitir fácil consulta ao público, podendo, se julgar conveniente, solicitar outros elementos e informações.

Art. 6º - Qualquer cidadão, partido político, associação ou entidade poderá encaminhar à Assembleia Legislativa denúncias sobre irregularidades para a devida apuração.

Art. 7º - O Poder Executivo expedirá instruções aos representantes da Fazenda do Estado nas empresas referidas no artigo segundo, inciso II, do Decreto-Lei Complementar 7, de 06.11.69, para concretização das providências necessárias à efetivação das medidas de que trata esta lei.

Art. 8º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações próprias do orçamento.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa obrigar a publicação sistemática dos preços totais

e unitários das compras, desapropriações, serviços e obras contratadas pelo Poder Público.

Através desta medida pretende-se contribuir para a melhor transparência às ações que envolvam dispêndio de recursos, tanto por parte do Legislativo como do Executivo.

Temos conhecimento que tal iniciativa, embora inibidora de procedimentos inescrupulosos, ainda está bem longe de banir a prática da corrupção na Administração Pública. Contudo, entendemos ter colaborado para que a verdadeira conscientização da visão pública se estenda com responsabilidade e obediência aos princípios constitucionais da Legalidade e Transparência dos atos administrativos estatais.

PROJETO DE LEI Nº 005/95

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam criadas as ZONAS DE PERIGO AMBIENTAL - ZPA, assim considerados os locais onde existam a possibilidade de ocorrência de acidentes que possam causar dano ambiental de tal magnitude que poderá comprometer uma população ou um ecossistema.

Parágrafo Único - O local de cruzamento de rodovia com rios de utilização para abastecimento público fica desde já declarado como ZONA DE PERIGO AMBIENTAL - ZPA.

Art. 2º - Caberá ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, com colaboração da Defesa Civil, proceder a análise e declarar um local como ZONA DE PERIGO AMBIENTAL - ZPA, onde constará a delimitação da área, o grau de possibilidade do risco, os efeitos que este risco possa causar, as condições de seu controle e os setores responsáveis pela prevenção e execução do plano de ação, quando da ocorrência do perigo.

§ 1º - O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, poderá definir parâmetros mínimos para a criação de ZONAS DE PERIGO AMBIENTAL - ZPA.

§ 2º - As Comunidades organizadas, as Organizações não-Governamentais - ONG'S, o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, e a Defesa Civil, podem sugerir a criação de Zonas de Perigo Ambiental - ZPA.

§ 3º - O Instituto Ambiental do Paraná - IAP fica responsável pela integração, contatos e reuniões com os órgãos Federais envolvidos quando as ZPA's abrangerem estradas ou áreas federais.

Art. 3º - As ZONAS DE PERIGO AMBIENTAL - ZPA's deverão ter na área abrangida pelos quilômetros anterior e posterior ao

local de perigo:

- a) a devida sinalização, planejada de forma que colabore para prevenir a possibilidade do perigo ambiental em potencial;
- b) as obras mínimas que colaborem para que os riscos de acidentes ambientais sejam minorados, tais como, amuradas de contenção, iluminação noturna, redutores de velocidade, sonorizadores, pintura de faixas no leito das estradas e rodovias, etc.;
- c) placas, no tamanho apropriado, identificando o local, o perigo ambiental em potencial e a orientação do procedimento para avisar as autoridades responsáveis pelo atendimento em caso da ocorrência do perigo ambiental;
- d) postos telefônicos, como equipamento mínimo que facilite o aviso das ocorrências;
- e) posto com equipes de segurança e patrulha para supervisão e orientação da população, quando possível e necessário;
- f) outros recursos necessários.

Art. 4º - O Instituto Ambiental do Paraná - IAP ficará encarregado da orientação aos demais órgãos federais, estaduais ou municipais dos procedimentos sob suas responsabilidades para com as ZONAS DE PERIGO AMBIENTAL - ZPA's.

Parágrafo Único - O Instituto Ambiental do Paraná - IAP poderá formar Comissões de Controle de ZONAS DE PERIGO AMBIENTAL por município, congregando representante do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, DEFESA CIVIL, PREFEITURA, COMUNIDADE ENVOLVIDA E DE ÓRGÃOS FEDERAIS.

Art. 5º - A DEFESA CIVIL competirá elaborar e executar.

- a) os planos de prevenção dos perigos potenciais de cada ZONA DE PERIGO AMBIENTAL;
- b) os planos de ação para o caso de ocorrência dos perigos reais;
- c) realizar os devidos treinamentos necessários à consolidação e possíveis alterações dos planos de prevenção e dos planos de ação previsto nas alíneas "a" e "b", deste artigo;
- d) colaborar e oferecer sugestões ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP referente as alíneas previstas no artigo terceiro, que colaborem na redução dos perigos ambientais potenciais evidenciados em cada ZONA DE PERIGO AMBIENTAL.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A preocupação básica da criação de Zonas de Perigo Ambiental, que doravante chamaremos de ZPA's, é a de que necessitemos proteger, principalmente, o fornecimento de água às nossas comunidades.

A situação potencial de perigo que queremos evidenciar é que os rios, que fornecem esta água às nossas comunidades, têm em pelo menos um de seus trechos cortado por rodovias ou ferrovias, quer seja municipal, estadual ou federal, o que representa um risco potencial de exatamente neste trecho ocorrer um acidente em que devido ao tombamento ou despejo de agentes químicos ou outro agente poluidor que pela sua ação possa comprometer os reservatórios de abastecimento público, que são o destino das águas.

Portanto, temos que fornecer ao Instituto Ambiental do Paraná, IAP e a Defesa Civil orientações e condições para que possam analisar estas ZPA's, ver da necessidade de declaração como tal.

Após isto, ou até no próprio decreto definirá os responsáveis pelos procedimentos de sinalização, obras e implantação dos demais meios que possam caracterizar e proteger estas ZPA's de forma que os que ali passarem o façam com o cuidado necessário para que não haja possibilidade de que ocorra um acidente ambiental.

Imaginemos que por uma situação qualquer uma cidade de 100.000 (cem mil) habitantes e que tenha apenas um reservatório de abastecimento público. E que este reservatório é abastecido por um rio cruzado por uma rodovia e que por não ter as orientações e sinalizações necessárias, um motorista imprudente cause acidente que faça que sua carga tóxica caia neste rio e contamine o reservatório. Primeiro, ele sabe que causou um acidente ambiental? ele sabe que aquele rio abastece água para 100.000 (cem mil) pessoas? Como e a quem ele avisará? e através de que meio?

Pior, é se realmente o reservatório é atingido pelo agente tóxico e o contamina. E sua recuperação, para estar em condições de utilização de suas águas, levará 30 dias.

Como iremos abastecer esta cidade de 100.000 habitantes de água por 30 dias? Com que recursos? Com que meios? Que plano existe para tal situação?

Prevenir, garantir, evitar, estar preparado, estas são as medidas necessárias. Este é o objetivo.

PROJETO DE LEI Nº 006/95
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O Estado destinará, deduzir os prêmios e as despesas operacionais,

cinquenta por cento do produto da arrecadação de concursos de prognósticos de números aos municípios, para Programas de Assistência Social e de apoio ao Esporte Amador.

Art. 2º - Os critérios de proporcionalidade para distribuição dos recursos referidos no artigo anterior serão os seguintes:

§ 1º - A distribuição aos Municípios dar-se-á na proporção do índice de sua população comparada com a população do Estado do Paraná.

§ 2º - A aplicação pelos Municípios dos recursos previstos no artigo 1º, em Programas de Assistência Social e ao Esporte Amador, obedecerá Lei Municipal específica, cuja cópia deverá ser remetida ao Tribunal de Contas do Paraná.

§ 3º - A nenhum Município será destinado índice superior a 10% (dez por cento) do total dos recursos objetos desta lei.

Art. 3º - A empresa ou órgão responsável pela administração dos concursos de prognósticos de números do Paraná deverá apresentar, através de publicação no Diário Oficial do Estado, até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente, o produto desta arrecadação do mês anterior.

Art. 4º - A Secretaria de Estado da Fazenda fará publicar anualmente, no Diário Oficial do Paraná, os índices de participação dos Municípios no resultado dos concursos de prognósticos de números.

Art. 5º - O fornecimento dos números referentes a população dos Municípios do Paraná à SEFA, será efetuado pelo FIBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ou órgão estadual competente.

Art. 6º - Competirá ao Tribunal de Contas do Paraná a verificação da correta aplicação pelos Municípios dos recursos desta Lei.

O Tribunal de Contas poderá emitir normativa orientadora da forma de comprovação de aplicação destes recursos.

Art. 7º - Caberá ao BANESTADO (Banco do Estado do Paraná S.A.), o repasse automático dos recursos aos Municípios obedecendo os índices determinados pela SEFA.

§ 1º - Aberta a conta corrente para recebimento destes recursos, esta deverá ser informada a SEFA.

§ 2º - A liberação dos recursos aos Municípios deverá ser mensal e não poderá exceder a 02 dias úteis da data prevista da publicação do produto arrecadado.

§ 3º - Ocorrendo atraso no repasse se-

rã cobrado multa de 10% (dez por cento) sobre o valor devido além de correção diária pela taxa oficial da inflação.

A multa e correção incidirá também sobre a empresa ou órgão responsável pelos concursos de prognósticos de números, caso esta seja a responsável pelo atraso.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor até 60 dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.95.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A Ação Social e o apoio ao Esporte Amador devem ser descentralizadas o mais possível. Nos nossos Municípios é que a vida se desenvolve, devendo aí estar os recursos e a decisão de melhor utilizá-los. A presente Lei regulamenta o artigo 175 da Constituição, vem a dar aos Municípios o direito de receber os recursos que lhe são devidos. Objetiva a mesma o disciplinamento dos critérios de distribuição e nos demonstra, que o mais justo é o percentual de representação da população dos Municípios em relação a do Estado, pois é este povo que adquire estes prognósticos e também é carente da Ação Social da Prefeitura. Limitar em até 10% (dez por cento) o máximo que um só Município possa receber, tenta evitar a concentração da arrecadação em poucos e densamente populosos Municípios.

Evitar a demora do repasse destes recursos, bem como da informação do resultado dos prognósticos, demonstra a condição de eficácia do Sistema e sua transparência.

Deixar aos Municípios a definição do quanto aplicar em cada área específica é acreditar nos Municípios e no bom senso de seus parlamentares, frente a necessidade da sua população.

A supervisão do Tribunal de Contas garantirá a correta aplicação dos recursos.

PROJETO DE LEI Nº 007

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituída, no âmbito do Governo do Estado do Paraná, para todos os servidores públicos civis, em atividade ou aposentados, a Cédula de Identidade Funcional.

Art. 2º - A Cédula de Identidade Funcional conterá, pelo menos, os seguintes elementos:

I - nome do servidor;

II - Secretaria de Estado, órgão ou unidade a que serve ou esteja vinculado;

III - número do R.G. e C.I.C;

- IV - filiação;
- V - data de nascimento;
- VI - número de registro e/ou carteira profissional;
- VII - assinatura da autoridade emittente.

Art. 3º - A Cédula de Identidade Funcional será emitida pela Secretaria de Estado onde o servidor se encontra lotado.

Art. 4º - A Cédula de Identidade Funcional observará modelo único e uniforme, seguindo os padrões da Carteira de Identidade (R.G.), ficando assegurada a sua validade dentro do território paranaense, em quaisquer circunstâncias, para efeito de identificação e exercício de direitos de seu portador.

Art. 5º - A Cédula de Identidade Funcional será sempre confeccionada em duas cores predominantes, quais sejam, verde e branco, sendo a primeira para os servidores com idade até 65 (sessenta e cinco) anos, e a segunda, quando os servidores superarem esta idade.

Art. 6º - Quando ocorrer demissão, exoneração, dispensa ou afastamento prolongado do servidor, competirá ao chefe imediato o recebimento de sua Cédula de Identidade Funcional.

§ 1º - No caso de abandonado de cargo, o chefe imediato do servidor comunicará, por ofício, o ato ao órgão de pessoal e cadastro respectivo, para registro em seu prontuário do porte indevido da Cédula de Identidade Funcional.

§ 2º - Ao receber a Cédula de Identidade Funcional, em devolução, o chefe imediato do servidor providenciará, ato contínuo, a sua inutilização, mediante um corte transversal, encaminhando-a ao órgão de pessoal, para arquivo no prontuário do servidor.

Art. 7º - As Secretarias de Estado, para uso restrito e exclusivo de servidores lotados nos Gabinetes dos Secretários, poderão adotar a Cédula de Identidade Funcional, ou carteira de modelo especial, contanto que os elementos e o controle estabelecidos nesta lei sejam observados.

Art. 8º - As Fundações mantidas pelo Estado, as empresas sob seu controle majoritário, bem como outros órgãos a ele vinculados, adotarão as regras desta Lei, visando beneficiar seus empregados.

Art. 9º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei num prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 10 - As despesas para o cumprimento da presente Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias das Secretarias de Estado.

Art. 11 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) NEIVO BERALDIN

PROJETO DE LEI Nº 008/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam criados os Centros de Convivência de Mulheres, que constituem-se de casas destinadas a acolher mulheres vítimas de violência ou cuja integridade física corra riscos em decorrência de agressões ou ameaça por parte de seus maridos ou companheiros.

Parágrafo Único - Nos Centros de que trata esta lei será garantido a infra-estrutura necessária para acolher também os filhos menores de 14 (quatorze) anos.

Art. 2º - Os Centros de Convivência de Mulheres deverão possibilitar às mulheres:

I - localização de sua problemática no interior do contexto social e de sua realidade familiar;

II - a escolha do que for mais adequado em sua situação, objetivando proporcionar uma vida melhor para si e sua família.

Art. 3º - São consideradas elegíveis para ingressar nos Centros as mulheres, sós ou acompanhadas de seus filhos menores de 14 (quatorze) anos, vítimas de violência que:

I - estejam correndo risco de vida ou sob ameaça de agressões físicas;

II - declarem não dispor de outro local onde possam abrigar-se;

III - não apresentem problema de saúde que impeçam a convivência em grupo.

Parágrafo Único - As mulheres consideradas não elegíveis em face do não preenchimento do requisito previsto no inciso III deste artigo serão encaminhadas, pelo setor de triagem dos Centros, à instituição específica de saúde, a fim de receber o devido acompanhamento médico, levando-se em consideração a situação da vítima de violência.

Art. 4º - O encaminhamento aos Centros de Convivência de Mulheres será feito:

I - pelas Delegacias de Polícia ou Distrito, no ato do registro de queixa policial;

II - por órgão público;

III - por procura direta da mulher.

Parágrafo Único - Nos casos dos inci-

sos I e II, as mulheres deverão se fazer acompanhar de competente relatório.

Art. 5º - Os Centros de Convivência de Mulheres de que trata esta lei contarão, além de outros definidos em sua regulamentação, de serviços de Psicologia e Assistência Social, aos quais caberão proceder a triagem e acompanhamento dos casos e aconselhar a liberação ou não das mulheres acolhidas.

Art. 6º - Os Centros de Convivência de Mulheres devem prestar os seguintes serviços:

I - Assistência social e psicológica, visando a reintegração sócio-psicológica das mulheres;

II - apoio jurídico para acompanhamento e defesa processual;

III - saúde;

IV - oferta e disponibilidade de empregos;

V - garantia de segurança de vida para as mulheres sob ameaça;

VI - apoio à locação de imóveis;

VII - apoio e assistência aos filhos menores de 14 (quatorze) anos.

Art. 7º - Os Centros de Convivência de Mulheres ficarão sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, sendo fiscalizados por entidades e movimentos de mulheres.

§ 1º - Será instalado, prioritariamente, um Centro de Convivência de Mulheres em cada região administrativa do Estado.

§ 2º - A instalação dos Centros de Convivência de Mulheres em número mínimo que atenda o disposto no parágrafo anterior se dará no prazo de um ano a contar da publicação desta lei.

Art. 8º - Os Centros de Convivência de Mulheres serão administrados por conselhos diretivos compostos por:

I - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família;

II - 03 (três) representantes dos movimentos de mulheres, por estes indicados.

Art. 9º - As mulheres que buscarem apoio dos Centros de que trata esta lei serão encaminhadas a fim de proceder o registro de notícias crimes junto as Delegacias da Mulher.

Art. 10 - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios com projetos correlatos a nível municipal e federal.

Art. 11 - Os recursos para implantação dos Centros de Convivência de Mulheres serão assegurados no orçamento para o exer-

cício de 1996.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

A violência contra a mulher está entre as faces mais terríveis de nossa sociedade.

O direito à vida sem violência física e emocional (ou sem temor a ela) é um direito humano básico. A violência contra a mulher é crime.

Um crime que não se restringe a determinadas classes sociais ou culturais, tão pouco a segmentos de baixo nível cultural. Trata-se de um crime que existe em toda a sociedade, por mais que não apareçam nas estatísticas ou que as "aparências" sejam mantidas.

A violência contra a mulher afeta seriamente as crianças. A convivência com a violência gera a "imagem" de normalidade, permitindo a reprodução por gerações dos elementos sociais, econômicos e ideológicos desta situação.

A violência contra a mulher advém da estrutura patriarcal de nossa sociedade, das estruturas econômicas e da reprodução ideológica e educacional, que constroem a imagem da mulher como ser inferior.

A violência contra a mulher possui um grande cúmplice: o silêncio. Os homens que se omitem e as mulheres que temem pela carga que a sociedade lhes imporá a partir da denúncia.

Somos de fato uma sociedade hipócrita.

A violência contra a mulher é um crime, um grande problema social.

A violência contra a mulher não é de forma alguma uma questão privada.

Cabe a sociedade e também ao Estado a responsabilidade na luta pela superação deste problema.

O que propomos neste momento é um serviço prestado pelo município, respaldado na Constituição Federal, na Constituição do Estado do Paraná e na Lei Orgânica do Município de Curitiba. Um serviço que serve de apoio as vítimas da violência contra a mulher e também de denúncia permanente.

Com este espírito que propomos a criação dos Centros de Convivência de Mulheres.

O QUE É E QUAL É A FUNÇÃO DE UM CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE MULHERES

Os Centros de Convivência de Mulheres são casas destinadas a acolher mulheres vítimas de violência doméstica possibilitando um espaço onde possam se recompor físico, psico e socialmente. Assim os

Centros de Convivência de Mulheres devem garantir:

1. Apoio psicológico e de assistência social: as mulheres vítimas de violência sofrem um preconceito social muito grande e com a saída de casa, o que provoca um desequilíbrio muito grande na vida da mulher. Nesse sentido é necessário apoio para que a mulher encontre um novo equilíbrio e possa se reintegrar socialmente superando os preconceitos.

2. Apoio jurídico e de acompanhamento e defesa de seus processos no Poder Judiciário: a situação de separação demanda uma série de ações jurídicas desde a separação de casal e posse dos filhos até a punição do culpado (quando for o caso).

3. O serviço de oferta de emprego e de locação de imóveis são necessários, pois normalmente a mulher quando é obrigada a se retirar de casa, precisa necessariamente recompor sua vida. Os preconceitos que se abatem às mulheres com filhos, separada de seus maridos e a partir de uma certa idade, torna extremamente difícil tanto um emprego como a locação de um imóvel.

4. Serviço para a devida acomodação dos filhos: quando a mulher se vê obrigada a abandonar o lar e levar consigo seus filhos, é necessário garantir aos filhos boas condições, pois estes já enfrentam uma situação difícil e sem ter garantidas algumas condições mínimas de apoio psicológico, médico e pedagógico. Também é importante resguardar a mulher atendida pelo Centro de Convivência de Mulheres, de várias responsabilidades maternas para que possa se recuperar devidamente de sua condição de vítima de violência.

5. Serviço de saúde, pois além de possíveis danos físicos provocados pela violência é necessário serviço de assistência médica nas questões relativas à mulher.

A TRIAGEM

A triagem será feita pelo próprio serviço psicológico e de assistência social do Centro de Convivência de Mulheres que desenvolverá toda uma metodologia própria para este fim, podendo assim estabelecer o tipo de cuidados necessários e definir o tempo de permanência das mulheres acolhidas.

Estes serviços também deverão ser prestados às mulheres vítimas de violência, internadas em casas de saúde ou para doentes mentais, com os mesmos propósitos mesmo não estando acolhidas pelo Centro de Convivência de Mulheres.

A PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES

Os movimentos organizados de mulheres tem desempenhado um papel importante e ao mesmo tempo desenvolvido um saber acerca das mulheres vítimas da violência e do trato da questão, que os credencia perfeitamente ao papel de fiscalizadores tanto

quanto de participantes do Conselho Diretivo do Centro de Convivência de Mulheres.

OS CENTROS DE CONVIVÊNCIA NO BRASIL E NO MUNDO

A primeira experiência surgiu na Inglaterra em 1971, expandindo-se posteriormente para o Canadá, EUA, França, Espanha, Alemanha, Dinamarca e Austrália. Pelos dados de 1980 constatamos a existência de 71 Centros de Convivências de Mulheres no Canadá, 79 nos EUA e 200 na Escócia, Inglaterra e País de Gales.

O primeiro Centro de Convivência de Mulheres instalado no Brasil ocorreu em 10 de novembro de 1986 na cidade de São Paulo.

PROJETO DE LEI Nº 009/95 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Município de São Vicente, desmembrado do Município de Araruna, com as divisas que especifica:

"Descendo o córrego Pauzinho até encontrar o Rio Goioerê, por este abaixo até o seu afluente Ailema, por este acima em linha reta até a BR-487. Estrada boiadeira, seguindo em linha reta até o Rio Claro, por este acima até a sua nascente e daí em linha reta até a cabeceira do córrego Pauzinho".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.95
(a) TOTI COLAÇO

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ

MEMORIAL DESCRITIVO

SÚMULA: Memorial descritivo do Distrito de São Vicente.

Limites e Confrontações:

Com as seguintes divisas: descendo o córrego Pauzinho até encontrar o Rio Goioerê por este abaixo até o seu afluente Ailema, por este acima em linha reta até a BR-487. Estrada boiadeira, seguindo em linha reta até o Rio Claro, por este acima até a sua nascente e daí em linha reta até a cabeceira do córrego Pauzinho.

Araruna, 12 de dezembro de 1994.

(aa) VIRGOLINO FRANCISCO VIANA
LUÍS BATISTA DE OLIVEIRA
ROMILDO JOAQUIM DE SOUZA
OSMAR ESTELAI
ELISEO BASUCO

NATANAEL FARIAS
Vereadores

ARARUNA-PR, em 02.12.94

Exmo. Sr.
TOTI COLAÇO
DD. Deputado Estadual
Curitiba/PR

Senhor Deputado.

A propósito do Ofício nº 1836/94, referente a pretensa emancipação do Distrito de São Vicente, informo a V. Exa. que os Vereadores infra-assinados são favoráveis a emancipação.

Sendo o que se me oferece, subscrevo-me.

Atenciosamente,

(aa) VIRGOLINO FRANCISCO VIANA

Vereador

ROMILDO JOAQUIM DE SOUZA

Presidente

JOÃO FELIPE ROSOLÉM

vice-Presidente

DAVID CARLOS DO NASCIMENTO

Secretário

NATANAEL FARIAS

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento
Econômico e Social

ESTIMATIVA POPULACIONAL DA SEDE URBANA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA

Curitiba, 09.02.95

Em atenção ao Ofício nº 1852/95, de 1º do mês em curso, temos a informar o seguinte:

A população estimada pelo IPARDES para a sede urbana do Distrito de Araruna, para 1995, é da ordem de 5.413 habitantes, e o número estimado de domicílio é de 1.424 casas.

A estimativa populacional baseou-se na tendência observada entre os anos censitários de 1980 e de 1991, e a estimativa de domicílios levou em consideração o número médio de moradores por domicílio na sede urbana do Distrito de Araruna em 1991, registrado pelo Censo Demográfico.

Em anexo, segue tabela contendo demais informações.

Atenciosamente,

(a) MARIA LUIZA M. S. MARQUES DIAS

Diretora do Centro de Pesquisa

A S. Exa. o Sr.
TOTI COLAÇO
Deputado Estadual
Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná
Nesta Capital

PROJETO DE LEI Nº 010/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Professor José Pochapski, ex-Prefeito do Município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

José Pochapski, nascido em Barra Bonita, Prudentópolis (PR), é filho de Conrado e Rosa Pochapski. Chegou em Campo Mourão nos idos dos anos 50, juntamente com seus pais, onde iniciou seus estudos no Instituto Santa Cruz, se formando anos mais tarde na Universidade Católica do Paraná.

Sempre participativo na comunidade, desenvolveu diversas atividades entre elas se destacam a de Professor de Matemática e Ciências no Colégio Estadual e Mini-Ginásio, Inspetor de Ensino, Secretário e Diretor da Faculdade de Ciências e Letras, Primeiro Diretor do Colégio Unidade Pólo e Colégio Agrícola, Diretor do Departamento de Educação e Cultura e Diretor Executivo da Fundação Educacional de Campo Mourão - FUCAM. Exerceu também a Coordenadoria dos trabalhos de criação do Colégio Agrícola, Reconhecimento da Faculdade, criação de cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, Presidente da Associação dos Professores do Paraná - APP - Região de Campo Mourão, Coordenador pelo Departamento de Educação e Cultura de Campo Mourão na criação do C.T.G. - Índio Bandeira e Casa da Cultura, Idealizador e Coordenador da FUCAM - Fundação Educacional de Campo Mourão, Presidente da Comissão do MOBIL e Presidente da APP do Instituto Santa Cruz.

Por sua liderança, foi escolhido para disputar a Prefeitura Municipal de Campo Mourão, numa eleição na qual seus adversários tiveram até o apoio do então Presidente da República, João Figueiredo. Eleito, tomou posse em 1º de fevereiro de 1983, prometendo reorganizar o Município, sua gestão foi marcada com obras na área de saúde e educação, suas grandes prioridades, na qual considera até hoje. Construiu a Perimetral Presidente Tancredo Neves, ampliou o número de salas de aula e construiu Postos de Saúde nos principais bairros de Campo Mourão. Na área da cultura, conseguiu elevar a cidade juntamente com os outros pólos, trazendo espetáculos culturais de renome. No esporte, viabilizou a sediação dos Jogos Abertos do Paraná, num espetáculo de abertura jamais vis-

to em toda história dos Jogos Abertos, também viabilizou a construção de Ginásios, nos principais bairros da cidade. Homem simples e honesto, José Pochapski, fez do seu Gabinete uma verdadeira Casa do Povo, ali recebia diariamente lideranças comunitárias, Vereadores de situação e de oposição e até mesmo o mais simples cidadão que recorria a ele pedindo auxílio.

É por estes e outros motivos que me levaram a apresentar o presente plano de lei, na qual peço o devido apoio dos nobres Pares, como forma de prestar uma justa homenagem ao ex-Prefeito de Campo Mourão, José Pochapski.

PROJETO DE LEI Nº 011/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao empresário Dilmar Daleffe.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Empresário e homem público, Dilmar Daleffe, nasceu em Treviso - Município de Urussanga-SC, no dia 18 de agosto de 1946. Filho de Deonísio e Amábele Legnani Daleffe, 04 filhos e 02 netos.

Chegou em Campo Mourão no dia 24 de junho de 1955, se estabelecendo no ramo de automotivos desde o ano de 1962. Seu espírito de liderança o motivou em pleno apogeu da ditadura militar a fundar a União Mourãoense dos Estudantes Secundaristas - UMES, entidade então máxima de coordenação e representação dos estudantes de Campo Mourão, sendo eleito seu primeiro presidente.

Em 1983 à 1985, foi vice-Presidente da ACICAM - Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão, sendo eleito mais tarde Presidente. Sua gestão até hoje é considerada uma das melhores que a ACICAM já teve, desenvolvendo um excelente trabalho envolvendo a comunidade e a classe empresarial. Em 1987, foi eleito Presidente do COIND - Conselho Consultivo da Política Industrial e Comercial do Paraná - Micro Região 12. Em 1992, foi eleito para presidir a CACIRCAM - Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais da Região de Campo Mourão, sendo reeleito em 1994. No mesmo ano, foi eleito membro do Conselho Diretor da FACIAP - Federação das Associações Comerciais e Industriais e Agrícolas do Paraná.

Em 1988, foi eleito Presidente da Associação Beneficente Hospitalar Santa Casa

de Misericórdia de Campo Mourão, onde permanece até hoje. Graças ao seu empenho a Santa Casa de Misericórdia dia-a-dia sai do papel, tornando realidade o sonho do povo daquela região.

Cidadão de rara nobreza, que devota respeito mesmo aos poucos adversários, que a si próprios escolheram esta posição.

Sua personalidade é por demais conhecida e enaltecida nos meios políticos, sociais, esportivos e empresariais, e sua vida, um exemplo de trabalho, de dedicação e de amor a nossa terra.

Dilmar Daleffe, sempre humilde, venceu todos os obstáculos que a vida lhe impôs, com trabalho, firmeza e dedicação, sem nunca utilizar atalhos para alcançar as metas que perseguia e persegue.

Assim sendo, peço o apoio dos nobres Pares à matéria em tela, como forma de reconhecer o trabalho de um homem à comunidade do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 012/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a AMECAM - Associação dos Meninos de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A AMECAM - Associação dos Meninos de Campo Mourão, entidade civil, sem fins lucrativos, foi fundada em 10 de dezembro de 1991, com a finalidade educativa e assistência social.

Sua clientela são os menores carentes e abandonados, prioritariamente, menores de seis a dezesseis anos, sem residência fixa não possuam vínculo com a família ou com instituições públicas ou privadas.

Cientes dos trabalhos desenvolvidos pela AMECAM, trazemos à apreciação do soberano plenário desta Casa Legislativa, o pedido de declaração de Utilidade Pública da referida instituição, possibilitando a obtenção de recursos junto ao Governo Estadual e Federal.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares, para aprovação da matéria em epígrafe.

PROJETO DE LEI Nº 013/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica assegurada à servidora

pública que seja mãe, esposa ou companheira, tutora, curadora ou que detenha a guarda e responsabilidade de pessoa portadora de deficiência, a dispensa de parte de trabalho, sem prejuízo de remuneração, respeitando 20 horas semanais, no mínimo.

§ 1º - Compreende-se como pessoa portadora de deficiência aquela que, de qualquer idade, sofre de debilidade ou incapacidade física, mental ou sensorial, comprovada por perícia médica realizada pelo órgão estadual competente.

§ 2º - Fica a cargo do instituto de Previdência do Estado elaborar avaliação e plano de tratamento, especificando a carga horária necessária e fiscalizando o efetivo tratamento.

Art. 2º - As disposições desta lei aplicam-se ao servidor público.

I - Viúvo, separado judicialmente ou divorciado que tenha sob sua guarda, tutela ou curatela pessoa portadora de deficiência.

II - Que tenha esposa ou companheira portadora de deficiência.

Art. 3º - A dispensa prevista em lei aplica-se aos servidores e funcionários da administração direta e indireta e dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Art. 4º - A dispensa de parte da jornada de trabalho de que trata esta lei perdurará enquanto comprovadamente, necessário a tratamento clínico ou terapêutico da pessoa portadora de deficiência, sendo esta submetida anualmente a avaliação pelo órgão estadual competente.

Art. 5º - Decreto do Chefe do Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 dias.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Objetivando assegurar à pessoa portadora de deficiência plenas condições de tratamento clínico e terapêutico, proporcionando, assim, seu bem-estar social, familiar, social e econômico o que significa, em última instância, respeito ao direito de habilitação e integração social, apresenta-se à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o projeto de lei que concede dispensa de parte de jornada de trabalho à servidora pública que seja mãe, esposa ou companheira, tutora ou responsável por pessoa portadora de deficiência, estendendo-se ao servidor público, nos casos que arrola.

Tal se deve ao fato de os tratamentos clínicos ou terapêuticos de que necessitam, em geral, as pessoas portadoras de deficiência, serem usualmente longos e exigirem empenho e solidariedade dos familiares.

A Assembléia Geral da ONU aprovou a Resolução XXX/3.447 - Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, de 09.12.75 - estabelecendo no item B que "as pessoas deficientes têm direito de ter suas necessidades especiais levadas em consideração em todos os estágios de planejamento econômico e social".

Prevê a Constituição da República Federativa do Brasil competir à União, Estados e Municípios, legislar corretamente sobre a proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência (artigo 24, inciso XIV).

Por seu turno, a Lei Federal nº 7.853/89 estabelece em seu artigo 2º que "ao Poder Público e a seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das Leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômica".

Dai decorre, desde já, a necessidade de regulamentação especial quanto aos servidores públicos estaduais que estejam nas condições previstas no projeto de lei ora apresentado. Não se trata de concessão de dispensa pura e simples, mas de um horário de trabalho que permite acompanhar o tratamento da pessoa portadora de deficiência.

A Constituição Estadual, em seu artigo 216, estabelece ser "dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao deficiente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O vizinho Estado de Santa Catarina, foi sensível à questão em tela, eis que já conta com a Lei nº 6.634, de 30.09.85, na qual concede licença de parte da jornada de trabalho à servidora pública que seja mãe, tutora, curadora ou responsável por pessoa portadora de deficiência.

O Município de Curitiba fez igualmente através da Lei 7.303, de 13.03.89, por assegurar esse direito aos servidores públicos municipais.

O Estado do Paraná, assim, passará a uma postura moderna e de respeito ao indi-

víduo portador de deficiência e, como empregador, será exemplo à iniciativa privada.

Diante do exposto, apresenta-se o presente projeto, que é de evidente alcance social.

PROJETO DE LEI N° 014/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - A rodovia 482, ligando Pato Branco a Francisco Beltrão, passa a denominar-se "Rodovia Deputado Sebastião Rodrigues Júnior".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoio: José Tavares, Orlando Pessuti, e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Natural de Chiador, Minas Gerais, Sebastião Rodrigues Júnior nasceu em 10 de junho de 1937, em Juiz de Fora, fez os estudos primários e no Rio de Janeiro a Faculdade de Direito, diplomando-se em Ciências Jurídicas e Sociais.

Ingressando no Banco do Brasil, veio para o Sudoeste como Gerente de Agência, onde, devido a sua especial atenção aos agricultores, comerciantes e outras categorias com as quais mantinha relacionamento, teve seu nome lançado na carreira política.

Em 1972, foi eleito Deputado Estadual, participando ativamente de diversas comissões da Casa de Leis Paranaense.

Posteriormente, exerceu também mandatos de Deputado Federal, sempre honrando os votos recebidos e a representatividade que lhe foi concedida pelo povo do Paraná.

PROJETO DE LEI N° 015/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Aurora, com sede e foro no município de Nova Aurora.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.95

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Aurora, é uma sociedade civil de caráter assistencial, sem fins lucrativos, tendo por finalidade oferecer atendimento a excepcionais. A documentação

que instrui o presente Plano de Lei atende os requisitos da Lei regulamentadora da matéria, motivo que nos leva a solicitar o apoio dos nobres Pares desta Casa à sua aprovação.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Joselito Canto.

O SR. JOSELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, imprensa escrita, falada e televisionada, cabe-nos a satisfação, como primeiro representante do Partido Social Cristão, subirmos à tribuna desta Casa para, inicialmente, dizermos que o PSC, este pequeno partido, começa a partir deste ano, o seu "debut" na vida política desta Casa. Sou o primeiro representante do PSC e na condição de Deputado eleito pela grande maioria dos eleitores da região de Ponta Grossa, queremos primeiro aqui, representar os interesses do Paraná e os interesses também daquilo que determina o nosso partido e é para isso que o PSC, Senhor Presidente, Senhores Deputados, pretende nesta Casa: trabalhar com muita seriedade, com muita determinação e, principalmente, voltado aos interesses do nosso Paraná e da nossa região.

Também quero manifestar aqui que o Partido Social Cristão apoia plenamente o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Governador do Estado, Jaime Lerner, e que a princípio, pelo que consta e pelo que se ouve em todo o Paraná, já vem recebendo um grande aplauso por parte da comunidade. O PSC apoia o governo do Estado e parabeniza já o governador pelas suas atitudes que são rápidas e que certamente trarão grandes benefícios ao Paraná.

Também na condição de parlamentar, gostaríamos de solicitar ao nosso governador que tem criado já inúmeros projetos na área de educação e o mesmo também, já nos próximos dias, nos dê alguma luz no fundo do túnel, no caso, principalmente, dos professores. Os professores do Paraná que foram os grandes baluartes e gigantes na campanha do atual governador, já começam a se manifestar inquietos, mas temos a certeza de que o governador do Estado, já na sequência, dará aos professores realmente aquilo que eles merecem, ou seja, melhorias, principalmente no que se refere ao seu salário que realmente é muito pouco. Ganham mal os servidores do Estado e também os professores.

Gostaríamos também de destacar a nossa atuação nesta Casa, que não fugirá também do compromisso real do Deputado de fiscalizar, criar leis e fazer com que o Paraná tenha aqui um grande representante desse Partido, mas também, comunico ao Presidente e aos demais Deputados, que assumi um compromisso público na minha cidade e assumi um compromisso na minha região, de

que faria, o dia-a-dia da minha vida pública, transparente. Tudo aquilo que eu fizer aqui dentro, será de público e será transparentemente transmitido à população. E é para isso que eu fiz um compromisso muito grande e social, porque acredito que os salários que nós ganhamos, também deve se prestar ao social. Cada um tem um jeito de pensar. Eu penso que o salário deve ser aplicado também já nas obras sociais, coisa que já estou fazendo e no final de cada mês, farei prestação de contas de acordo com aquilo que prometi em campanha, de acordo com aquilo que eu prometi antes da eleição, porque o homem público deve cumprir tudo aquilo que prometeu em campanha, porque senão, passa o tempo, ele não cumpre e ele não volta realmente para aquele lugar que antes ele tinha ido. Portando, Senhores Deputados, Senhor Presidente, o nosso compromisso primeiro é fazer com que o Paraná tenha aqui um Deputado que realmente cumpra a sua função de criar leis, fiscalizar e trabalhar junto com a Assembleia e com o Paraná, mas também terá um Deputado social e quero aqui me associar aos demais Deputados sociais desse Paraná que já têm feito tantas obras sociais. E aqui, meu Carlos Alborghetti, meu Carlos Simões vem mais um - Joselito, para também trabalhar pelo social do Paraná e pela região dos Campos Gerais. Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. O Jornal "Folha de Londrina" de sexta-feira, dia 17, traz uma matéria a respeito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Tal matéria diz respeito, especificamente, a promoções de funcionários daquele Tribunal, e, principalmente, à promoção de parentes de Conselheiros que lá, hoje, exercem o cargo. Diz a matéria que:

As vagas abertas no ano passado com a aposentadoria de oito consultores técnicos do TC foram preenchidas por filhos, irmãos e amigos dos conselheiros Nestor Baptista, presidente do Tribunal, Quielse Crisóstomo da Silva, vice-presidente do órgão. Rafael Iatauro e Cândido Martins de Oliveira, hoje secretário da Segurança Pública.

As promoções dos parentes foram aprovadas em plenário por todos os conselheiros, numa decisão caracterizada como prática de nepotismo. O presidente do tribunal garantiu um cargo para a filha Evandra Baptista, nomeada através da Portaria 25/95, e outro para o irmão Dalto Afonso Baptista, nomeado pela Portaria 05/95. O conselheiro Quielse Crisóstomo da Silva

também não poupou esforços para promover os filhos Fábio Bordini Crisóstomo (Portaria 45/95) e Kielse Bordini Crisóstomo (Portaria 30/95) a consultor técnico.

Outras duas vagas de consultor técnico foram preenchidas por Giovana Maria de Me-deiros Iatauro (Portaria 48/95), filha do conselheiro Rafael Iatauro, e Suzana Martins de Oliveira Belich, filha do ex-conselheiro e atual secretário da Segurança Pública, Cândido Martins de Oliveira.

Senhores Deputados, aqueles que estavam aqui na Legislatura passada, sofreram, na pele, as consequências da ação danosa de alguns Conselheiros conforme divulgado na Imprensa. Os jornais diziam que havia chantagem de alguns Conselheiros em cima de prefeitos de cidades do interior, aonde dizia: "ou apóie tal candidato a Deputado ou não aprovaremos as suas contas." Nós queremos dizer que sofreram consequências desse tipo de prática por parte do Tribunal de Contas. Logo após as eleições este Poder Legislativo aprovou um requerimento de minha autoria no dia 15 de agosto de 94, no qual solicitava: nome, função, cargo e salário de cada um dos servidores do Tribunal de Contas. Senhor Presidente, que ora preside a Sessão, aproveito o uso da Tribuna para pedir à Mesa Executiva desta Casa que processe por crime de responsabilidade o Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que até a presente data não remeteu ainda a resposta a este Poder Requerimento de minha autoria, aprovado por unanimidade dos Senhores Deputados no dia 15.08.94, Ofício DA-CEA-SC/2026/94. Necessário que a Mesa Executiva desta Casa tome providências no sentido de que dê conhecimento aos Senhores Parlamentares: quantos funcionários tem o Tribunal de Contas, o que fazem, onde estão lotados e qual a remuneração de cada um deles. Também aprovado no ano passado Requerimento de nossa autoria e enviado ao Presidente do Tribunal de Contas pelo 1º Secretário, Deputado Anibal Khury o Ofício 2026/94, no dia 15.08.94, no qual este Parlamento solicitava informações do Tribunal de Contas do Estado no seguinte teor: Quantas viagens a serviço fizeram os Conselheiros daquele Tribunal no ano de 93? Se todas as viagens foram pagas pelo Tribunal de Contas? E após terem sido compradas as passagens, se o Conselheiro desistisse da viagem, se afirmativo quais os Conselheiros que assim agiram? E se caso isto ocorreu, o Conselheiro não viajar, o Tribunal requiritava de volta esse dinheiro ou ficava a passagem em aberto para outro Conselheiro viajar?

Esse Expediente, Senhor Presidente, foi enviado ao Tribunal de Contas no dia 15.08.94., e o Presidente daquele Tribunal também já incorreu em crime de responsabi-

lidade ao não responder a este Poder Legislativo as informações por nós solicitadas. Se não tivermos em mãos esse tipo de informação como é possível nós Deputados acreditarmos no Tribunal de Contas do Estado do Paraná como órgão auxiliar deste Parlamento para fiscalização das contas do Governo do Estado? Como podemos acreditar num Tribunal de Contas que não nos envia respostas, que desrespeita o Poder ao qual ele está subjugado, que desrespeita um pedido do Poder Legislativo do Estado do Paraná?

Solicito, Senhor Presidente, que seja feita essa abordagem...

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Esta Presidência informa que seu tempo está esgotado.

O SR. DR. ROSINHA - Se a Bancada do Partido ao qual pertenco permitir o uso do Horário da Liderança e em seguida concederei o aparte ao Deputado que solicitou.

(ASSENTIMENTO)

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - (Aparte) -

Quería agradecer o nobre Deputado Florisvaldo Fier e gostaria na verdade, à guisa do pronunciamento que V.Exa. está fazendo, esclarecê-lo que todas as promoções que o Tribunal de Contas fez, as fez através de concurso público. A gestão do Tribunal de Contas no período, especialmente do Conselheiro Nestor Baptista, tem se pautado pela modernização dos procedimentos daquela Casa e mais do que isto na sua descentralização com a geração e promoção de cursos, seminários, discussões e esclarecimentos que estão sendo feitos em todo o Estado do Paraná e o processo de admissão do pessoal do Tribunal é um processo límpido, claro e transparente e todas aquelas promoções, inclusive estas que o senhor acabou de pronunciar são, na verdade, fruto de concurso público, seguindo rigidamente o que determina a lei.

Por isso queria dizer a V.Exa., embora através de uma matéria jornalística, presente como denúncia este fato, na verdade é um fato rigorosamente legal e que obviamente foi procedido de toda a formalidade jurídica necessária à promoção dos recursos humanos que dispõe o Tribunal. Aliás, o nosso Tribunal de Contas tem sido apontado como o melhor Tribunal de Contas do País, referência que é do Banco Mundial, para proceder inclusive auditoria nos programas que o banco faz no nosso Estado e também tem prestado assessoria a outros Tribunais de Contas do País. Por isso, nós como paranaenses e Deputados, é claro, temos a responsabilidade de zelar pelo bom nome do nosso Tribunal de Contas, porque ali certamente não é o lugar aonde tem

apaniguados, ou pessoas que são nomeadas por critérios políticos. Na verdade os critérios são técnicos, e se eles têm parentesco com conselheiros é rigorosa e absolutamente normal porque eles foram na verdade submetidos a concursos públicos. Muito obrigado.

O SR. Angelo Vanhoni - Vossa Excelência me concede um aparte?

(ASSENTIMENTO)

Peço desculpas, estou também recém chegado à Assembléia Legislativa oriundo da Câmara dos Vereadores.

Acho que o Deputado Romanelli está meio equivocado, o Deputado Romanelli esquece a essência do Tribunal de Contas, o Deputado Romanelli está sobre uma cortina muito grande de fumaça perante os olhos e não consegue perceber a essência. Me lembra o mito da caverna de Platão, aonde as pessoas pensavam que a realidade eram as sombras projetadas por uma luz de uma vela.

Deputado Florisvaldo Fier, Tribunal de Contas que é para fiscalizar os atos do Poder Executivo, que é para fiscalizar os atos de toda a administração pública do Estado do Paraná; ele pela sua própria essência ele nega-se a si mesmo. Primeiro lugar Deputado Romanelli o Tribunal de Contas não tem poder vinculante do ponto de vista Judiciário. Segundo lugar, a natureza da constituição do Tribunal de Contas é eivada de vícios que a sociedade poderia muito bem repudiá-lo com a maior tranqüilidade. Como que um Tribunal vai constituir um corpo de conselho para analisar as contas do Poder Executivo e do Poder Legislativo, sendo que quem determina a nomeação dos conselheiros é o Poder Legislativo e o Poder Executivo. Se não há vício nessa composição, no caráter, na natureza da composição do Tribunal de Contas eu não sei mais onde há vícios. É como na linguagem popular se a gente dissesse: "Olha, está tendo problema no galinheiro do Zequinha, eu tenho aqui uma raposa para cuidar dos ovos." Deputado Romanelli, posso até acreditar que o Tribunal de Contas hoje, os seus atos administrativos estão sem suspeita do ponto de vista do seu procedimento técnico; mas a natureza, a essência do Tribunal de Contas, Vossa Excelência como um democrata e que quer o aperfeiçoamento do regime democrático, da possibilidade que a população tenha o maior controle sobre as verbas públicas, Vossa Excelência há de concordar comigo. Muito obrigado Deputado Florisvaldo Fier.

O DR. ROSINHA - Agradeço a intervenção do Deputado Angelo Vanhoni e a intervenção do porta-voz do Presidente do Tribunal de Contas, Deputado Romanelli, porque, De-

putado Romanelli a descentralização a modernização e a transparência propalado por Vossa Excelência não tem se dado uma vez com os Requerimentos de pedido de informação aprovado por esta Casa já há seis meses atrás, não foram respondidos pelo Tribunal. Não há explicação, a não ser a única e simples que é um desrespeito daquele Tribunal de Contas que deveria prestar todas as contas a nós, é um desrespeito a esse Poder Legislativo não enviando as respostas desse pedido, que não é mais de um Parlamentar, é um pedido de informação desta Casa, foi aprovado por unanimidade dos Srs. Deputados que estavam aqui na Legislatura passada, e devem explicação sim. E quanto a tamanha democracia e transparência daquele concurso, ou daqueles concursos públicos, eu tenho minhas dúvidas a respeito dessas transparências dos concursos públicos, basta ler a lista dos classificados, se tem 50 vagas são 50 vagas nas quais raramente não tem parentes de alguém do Tribunal de Contas, mas as outras que vêm a seguir a lista é enorme de parentescos, e sempre o concurso é chamado as primeiras 50 vagas e logo a seguir abre-se mais vagas e a validade do mesmo concurso na prova de classificatória.

Portanto, tudo isto e se quiserem fazer com que a gente creia nesta transparência, nesta modernização, nesta moralização, por favor respondam, cumpram os parâmetros legais já estabelecidos constitucionalmente e legalmente em nosso País e enviem a resposta a estes Pedidos de Informação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Ainda no Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Augustinho Zuchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCHI - Sr. Presidente, Srs. Deputados:-

Inicialmente gostaria de me congratular com os companheiros Deputados, e dizer da satisfação, da honra imensa de estar aqui neste Parlamento, representando as aspirações da população.

O que me faz usar desta Tribuna, pela primeira vez, é justamente essa responsabilidade que o povo nos delegou, através das urnas. Recebi aqui e com muita preocupação o recorte do jornal publicado no dia 19 de fevereiro de 95, o jornal a Folha de Londrina, repassado pelo coordenador do Bloco Agropecuário, Deputado Orlando Pesutti, aonde, nesse recorte são colocadas considerações com relação ao Programa Panela Cheia. Não fosse pela região que represento, que é o nosso Sudoeste, e também pelo fato de ter ajudado a elaborar, de forma humilde, este Programa, eu imagino que no dia 10 de fevereiro quando os agri-

cultores da nossa região, juntamente com agricultores do Oeste de Santa Catarina, com a solidariedade do nosso vizinho Estado do Rio Grande do Sul, numa mobilização memorável, em Pato Branco, onde participava o nosso Deputado Nereu Moura, que aqui está, eram colocadas ali as questões básicas da nossa Agricultura. Lamento profundamente que a nossa Agricultura esteja em frangalhos hoje. Não fosse pela pequena frustração de safra que tivemos no Estado com relação ao feijão, passamos pela indexação dos financiamentos pela TR, e o mais absurdo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que esta indexação não acompanhou os preços mínimos pagos aos nossos produtores. Veio a resposta imediata agora, os nossos agricultores estão colhendo a sua safra de milho agora e vendendo a um preço bem inferior ao preço estabelecido, ao preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal, cujo preço não é inserido ou complementado pela TR assim como é feito nos financiamentos.

Ora, o Panela Cheia, e é evidente que nós tivemos a mudança de Governo, mas podemos vir até a ter um Programa com outro nome, mas eu acho absolutamente correto de que permaneça o princípio do Panela Cheia, de que o nosso produtor pague o seu financiamento agrícola pela moeda que ele conhece e pela moeda que ele colhe na sua propriedade, que é o milho. Se o preço do milho, pelo fato de estarmos importando o milho a um preço inferior ao preço que poderia ser pago pelo nosso produtor, que é o preço mínimo, nós poderíamos fazer com que, através desse programa, que é a equivalência produto, os nossos produtores fossem corrigidos de uma distorção que é gravíssima da Política Agrícola Nacional que não oferece ao nosso agricultor a segurança para que produza, utilizando-se da mais nobre profissão do universo, que é a nossa agricultura, e a de mais alto risco.

Ora, se neste momento os nossos agricultores não têm essa segurança, a equalização dos seus financiamentos através da equivalência ao produto, é ponto importante e fundamental, as Lideranças rurais do país inteiro, pedem um fim a extinção da TR. Porque seríamos nós aqui no Paraná que seríamos favoráveis a TR e, além disso, compactuar de que os financiamentos dos pequenos produtores, para investimentos e custeio fossem indexados por um valor que não fosse o valor básico da produção, a diferença é de que nós precisamos manter no financiamento agrícola aos pequenos, médios produtores a equalização através da equivalência produto, se não, absolutamente os cerca de 30 mil contratos feitos pelo BANESTADO, aí sim, os agricultores terão dificuldades de pagar, se não for le-

vade em conta o preço pago pelo mercado ao produtor básico, que é o milho, milho de semente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Seu tempo já está esgotado e a Presidência lhe concede alguns instantes para que encerre o seu pronunciamento.

O SR. AUGUSTINHO ZUCHI - Concluindo. Gostaria de nas próximas oportunidades voltar a essa Tribuna e eu farei nos próximos dias.

Com os dados, com relação a esse programa que revolucionou a forma de financiamento dos pequenos produtores basicamente.

Convido os nossos companheiros Deputados, na atual dificuldade porque passa nossa agricultura, para que somem esforços no sentido de nós juntos com o novo Governo do Estado, com o Governador Jaime Lerner, acharmos alternativas que possam ainda mais viabilizar os pequenos produtores.

Para concluir, Presidente, quantos agricultores há dez anos não faziam a sua reforma do parque de máquinas, não adquiriam máquinas novas e aqueles agricultores que não tinham a condição do seu financiamento.

Então, gostaria de expressar aqui a minha preocupação e gostaria que isso fosse extensivo aos demais Parlamentares que representam a população do Estado do Paraná nessa Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

O Paraná na tarde de hoje conhece, através da primeira Sessão de trabalhos, a nova composição desta Casa.

Queria inicialmente saudar, indistintamente a todos os 53 companheiros que conosco, nesses próximos quatro anos, haverão de dividir a responsabilidade do Governo do Estado, com a participação deste Poder nas boas, nas ruins e principalmente naqueles acertos que nós procuraremos fazer com a Administração Estadual na pessoa do Senhor Governador.

Esta Mesa Executiva que aqui se assenta na tarde de hoje, nas pessoas do Deputado Anibal Khury, desse que vos fala, do Deputado Neivo Beraldin, do Deputado Luiz Carlos Martins, do nosso 2º Secretário, do 3º e do 4º Secretário. Haverão no desenvolver dos trabalhos Legislativos, corresponder ou procurar corresponder nesses próximos dois anos, aquela confiança em nós depositada por quase a totalidade des-

ta Casa.

Em meu nome particular quero agradecer aqueles quarenta e oito companheiros que honraram com o seu voto a minha pessoa para o cargo de 1º Vice-Presidente desta Casa.

Queria também desejar aos novos Deputados que hoje iniciam a sua passagem por esta Casa de que a história deste Poder mostrou, realmente, que aqueles que trabalham pelos interesses maiores deste Estado, que representaram as suas cidades dentro dos parâmetros que realmente esta representação exige foram aqui reconduzidos por inúmeras vezes. Aqui temos nesta Casa não só o Anibal nem tão somente o Basílio Zanusso e nem outros grandes companheiros que dão a mostra de como é e deve ser exercido o mandato de Deputado Estadual. Cada um defendendo, posicionando, assistindo, discutindo, apresentando projetos e, principalmente, engrandecendo o Poder Legislativo. E neste engrandecimento é que nós, neste instante, queremos reverenciar o ex-presidente que saiu, Orlando Pessuti, que juntamente com o ex-Governador Mário deu ao Paraná aquele primeiro passo do MERCOSUL fazendo com aquela estrada que era traçada inicialmente pela área do litoral do Rio Grande, de Santa Catarina e do próprio Paraná fosse ela desviada para o interior desses três Estados e saindo de União da Vitória e passando pela nossa região dos Campos Gerais e Ponta Grossa.

Foi o Pessuti, foi o nosso companheiro Algaci Túlio, foi o Toti Colaço, foi o Djalma, foram, enfim, todos aqueles que conosco, no Conselho Parlamentar do Sul e principalmente nas reuniões do MERCOSUL, houveram por bem, ainda junto com Nereu Moura, posicionar a posição do Paraná nos reclamos dos interesses da sua família.

E agora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, para satisfação nossa, S.Exa. o Senhor Governador Jaime Lerner, com a presença dos três presidentes e mais o nosso Fernando Henrique Cardoso, na última semana assinava que o nosso Paraná, mais precisamente Foz do Iguaçu, terá representação aduaneira do MERCOSUL. Foi ele, o Governador Jaime Lerner, seguindo o exemplo, porque é somente somando num sentido partidário, onde o interesse da família do Paraná, onde o PT, PMDB, PSC, PDT, nosso PFL, PTB, PSDB, ou qualquer outra sigla partidária tem que esquecer um pouquinho aquilo que realmente até a doutrina partidária às vezes faz com que a gente não fale a expressão da verdade, tolhido, às vezes, por sentimentos outros que não são os seus, mas o sentimento paranista.

Acredito e tenho a certeza de que na instalação da aduana do MERCOSUL em solo paranaense terá nesta Casa a aprovação unânime dos cinquenta e quatro Senhores

Deputados.

Consulto o meu líder, Algaci Túlio e o Rossoni, se eu posso me estender um pouco mais além.

(Assentimento).

Queria, Senhores Deputados, dizer que Jaime Lerner, juntamente com o nosso companheiro, amigo do Paraná, Paulo Afonso, Governador de Santa Catarina, e ainda o Antonio Brito, somando os esforços nossos dos Estados do Sul, conjuntamente com os outros Governadores de Províncias dos Países que formam o bloco do MERCOSUL honram, dando o aval ao Paraná, para que fosse ele a sede da aduana do Mercosul. Tenho a certeza, Senhores Deputados, que o Paraná será beneficiado como todo o Paraná será beneficiado como todo o Brasil, que a nossa região, principalmente o sul do Brasil, haverá de dar a mão como sempre deu ao norte e aos outros quadrantes dessa Nação, fazendo com que os seus produtos sejam escoados, sejam eles comercializados, sejam eles estocados aqui no sul e tenham o trajeto da comercialização com nossos países co-irmãos. O Brasil, - e nós somos testemunha nos encontros que participamos - não quer o lucro a si próprio. Queremos a parceria da lucratividade. Sabemos perfeitamente bem de que alguns produtos irão inserir na nossa economia interna e haverá ainda de causar alguns problemas relacionados a alguns fatos que advirão. Sabemos também de que alguns outros produtos industrializados, principalmente das auto peças, haverão de por nós, no dia de amanhã, serem integrados naquilo que nós realmente queremos: um ganho a todos os irmãos. Se o Brasil vai bem, se a Argentina for bem, se todos os países co-irmãos, Uruguai, Paraguai forem bem, não acontecerá o que está vivendo hoje a economia do México que precisa de uma parte do mundo para a sua recuperação, principalmente, da América do Norte. Lá em cima, os Estados Unidos vendo o exemplo da Europa, do Comércio Comum Europeu que não planta um pé de soja, mas que manda no preço da soja do mundo com aquela parceria do Comércio Comum Europeu fundou o Naf fazendo com que o próprio México, o próprio Canadá e os próprios Estados Unidos se agrupassem naquilo que realmente era interesse de um só que era o sustento econômico daquela parte daquele quadrante do mundo e nós, quando estamos iniciando efetivamente o Mercosul, após 1º de janeiro de 95 e temos nas mãos de S.Exa. o governador Jaime Lerner, realmente aquela condição iniciada por este Poder, por delegação dos Senhores, naquela Comissão que fazíamos parte. Queremos neste instante dizer que haveremos de continuar no Mercosul, haveremos de continuar fazendo parte do Conselho Parlamentar do Sul, que soma também Mato Grosso do Sul,

para continuarmos defendendo o interesse que não é nosso, do Brasil, mas dos nossos irmãos que fazem parte dessa parceria. Junto a isso, preciso que os Senhores Deputados e principalmente aqueles que já foram prefeitos, nós temos nesta Casa um Bloco Municipalista, nós temos nesta Casa um Bloco onde os interesses de cada município estão presentes e representados naquelas pessoas que já passaram como prefeitos e mesmo aqueles que não passaram, que venham conosco somar aquele Bloco Municipalista que foi na legislatura passada, comandado pelo Toti Colaço, tão bem comandado que, junto com a Associação dos Municípios do Paraná sempre esteve presente, defendendo o municipalismo, fazendo com que a saúde, que somente foi transferida no papel e não em verba, fazendo com que a educação que foi transferida tão somente na conversa e não no dinheiro dado à educação e à escolaridade de 1º grau, é o Bloco Municipalista que briga com a Associação dos Municípios do Paraná, de perto, para que a assistência seja perene, permanente e, acima de tudo, entendida pelo governo maior deste Brasil. Tenho a certeza que agora, Fernando Henrique Cardoso, quando lá esteve em Pernambuco, numa sala de aula do 1º grau, quando aqui se encontrava em Campo Mourão em uma mesma sala de aula de 1º grau, ele pôde sentir, professor que é, humano, uma pessoa sensível, que realmente o 1º grau só foi passado no papel e os municípios de todo o Estado, principalmente do nosso Paraná não receberam aquilo que era devido à educação e à escolaridade de nossas crianças. Por isso nesse Estado e na minha querida Ponta Grossa, apesar dos esforços da Prefeitura, da Secretaria Railda Shiffer, apesar dos esforços do Núcleo da Secretaria de Educação do Governo passado, infelizmente hoje testemunhamos - através da Imprensa, ao Paraná, que na nossa "Princesa dos Campos" dezenas, centenas e até milhares de crianças, para vergonha nossa, vão ficar sem escolaridade do primeiro grau. Culpa única e exclusiva, Sr. Presidente, da falta de sensibilidade do governo passado federal, que não atendeu aos reclamos dados incessantemente, pelo ex-Governador, tanto Requião quanto Mário Pereira e agora a bomba estourando nas mãos de Jaime Lerner. Lá está a Secretaria de Educação do Paraná representada pelo núcleo de Ponta Grossa, que não tem como fazer, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para o assentamento daquelas crianças. E tenho a certeza que em cada domicílio seu, como naquele que o Augustinho Zuchi tão brilhantemente defendeu a Panela Cheia que foi um dos grandes Programas do Governo passado que deverá continuar nesse, com o aprimoramento e, acima de tudo, ainda, com alguma formação melhor

para que possamos atender os reclamos da agricultura do Paraná. Agricultura essa que hoje ainda temos um alento na mão, que o Ministro é paranaense, porque realmente haverá de encontrar a solução a tudo aquilo que reclamamos ao homem do campo.

Mas voltando à educação, Srs. Deputados. Nós precisamos do Bloco Municipalista nesta Casa, forte! Precisamos bater junto ao Governo Federal para que ele seja sensibilizado naquilo que é mais caro a todos nós, aquilo que deu a primeira formação aos inúmeros doutores que aqui se assentam. E mesmo aqueles que tão somente fizeram o 1º, o 2º e não conseguiram se formar. Mas se não fosse aquela primeira professora nossa que nos ensinou o b a ba, que nos ensinou os primeiros números, que nos deu a condição de ser o que nós somos. Precisamos bater firmes na educação que hoje está falida.

O Sr. Plauto Miró - Me Concede um aparte? (Assentimento).

Srs. Deputados, é com enorme interesse que ouço seu pronunciamento, quando V. Exa. fala do MERCOSUL, uma luta sua que acompanho pela Imprensa, pelo seu trabalho, pelas suas viagens. Não só sua como de outros Deputados que compõem essa Comissão. Mas quando V. Exa. fala na questão da agricultura, no nosso Ministro José Eduardo de Andrade Vieira, que vem, e eu sendo produtor tenho escutado e acompanhado a reivindicação do campo, a reivindicação daquele que produz para este país consumir e para este país exportar. Na luta pedimos pelo término da TR.

Todos os pedidos caem nas mãos do Ministro da Agricultura, só que a decisão está nas mãos do Ministro José Serra, a determinação final do término da TR. Sabemos que o Ministro da Agricultura tem lutado, tem brigado para que a TR venha por água abaixo e acabe-se com o indexador das cédulas rurais, dos investimentos do campo. E tenho certeza que com o nosso apoio, o nosso trabalho o Ministro da Agricultura vai conseguir junto com o Ministro José Serra, dar fim a esse mal que está puxando para baixo o campo do Estado do Paraná e os produtores de todo o Brasil. Continue nesse seu trabalho, continue nessa luta, nesse seu interesse pelo MERCOSUL defendendo os produtores da nossa região, os industriais da nossa região e o nosso Paraná que nós conseguiremos alcançar o objetivo que nos colocou aqui, que é o bem de todos os paranaenses e o bem de todos os brasileiros. Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Agradeço o aparte do Deputado Plauto Miró Guimarães e queria encerrar conclamando uma vez mais. Aqueles Deputados que tiveram interesse

municipalista ali se encontra na Galeria, à direita, o Dr. Nildo, que irá assessorar novamente a nós no MERCOSUL e no Bloco Municipalista, junto com outros grandes companheiros, técnicos de renome e de conhecimentos internacionais, desta Casa que haverão de dar os subsídios para que nós no dia de amanhã possamos encontrar a saída para os reclamos e os desafios do dia de hoje.

Muito obrigado, Senhor Presidente, obrigado Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o jovem Deputado Eduardo Trevisan.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Senhor Presidente, Anibal Khury, membros da Mesa, caríssimos colegas Deputados, é com imensa alegria que subo pela primeira vez a esta Tribuna no meu "avant premier" de participação nesta Casa e subo aqui para fazer uma apresentação da minha pessoa, do meu passado e daquilo que pretendo trazer a esta Casa.

Meu nome completo é Eduardo Lacerda Trevisan, tenho como profissão advogado, com escritório estabelecido na minha Cidade natal de Cornélio Procopio e iniciei a minha carreira política como Prefeito naquela cidade, eleito nas eleições de 1988. Fui Prefeito em 89, 90, 91 e 92. Ao encerrar o mandato retornei a minha atividade profissional e fui convidado pelo meu Partido, o PTB, para que me lançasse candidato a Deputado Estadual nestas eleições. Aceitei o convite, as urnas me foram favoráveis, o povo entendeu que o meu nome era o nome que correspondia a muitas das suas expectativas e aqui estou eu me sentindo quase que como um pequeno David perante tantos Golias, gigantes da política do Estado do Paraná, como o nosso Presidente, Anibal Khury, a história viva e presente da política paranaense nos últimos quarenta anos e muitos outros Deputados pelos quais tenho muito respeito e muito orgulho de estar ao lado de todos vocês. Eu trago a esta Casa a minha experiência de ex-Prefeito; convivi com muitos problemas na minha comunidade e realmente chego aqui preocupado com muitas questões. Acho que o Governo, e tenho certeza que o Governo que se inicia do Governador Jaime Lerner é um Governo de mudanças, de transformações e um Governo que pretende marcar época na história do Estado do Paraná e entendo que a nossa tarefa como Deputados é a de colaborar não só com pedidos para as nossas regiões, e esta também é uma tarefa importante dos Deputados, mas também fazer com que esta Casa, com que esta Assembléia seja um caldeirão de idéias. Que aqui se fomenta, se iniciam as

idéias que realmente contribuam para o Governo encontrar soluções para os problemas que nós vivemos. O Deputado Zuk aqui disse que existe um bloco Municipalista e a ficha de inscrição está ali na Mesa e eu já coloco o meu nome como um dos que vão integrar este Bloco porque realmente quero fazer valer a experiência de ter sido Prefeito de uma cidade aqui nesta Casa de Leis.

Alguns problemas que eu acho que vamos ter que enfrentar com muita coragem nesses próximos quatro anos. O primeiro deles o problema da educação aqui no Estado do Paraná. O Estado mantém um número muito grande de professores e ele se relaciona com esses professores de várias formas. Há professores que pertencem ao Quadro Próprio e são estatutários. Há professores que são contratados pelo regime da CLT. Há professores contratados temporariamente e isto enseja uma série de distorções. Professores que pertencem ao Quadro Permanente do Magistério Estadual, regidos pelo Estatuto do Magistério Estadual, recebem um salário "x" e eles vão fazer parte do Quadro do Magistério até a sua aposentadoria. Em contrapartida, professores que são contratados temporariamente e regidos pela CLT para exercer as suas atividades pelo período de um ano ganham mais o que aqueles que pertencem ao quadro próprio.

Essa é uma das questões que o Estado tem que enfrentar de forma definitiva, tem que se uniformizar as maneiras pelas quais o Estado se relaciona com os seus professores. Temos que acabar com estas distorções e isto tem que ser feito de forma corajosa. A educação do Paraná que já vem vivendo há muitos anos uma questão de crise problemática ela não vai ser solucionada com medidas tímidas.

Tem que ser medidas de coragem, medidas que realmente tragam mudanças e transformações. O Governo do Estado lançou há alguns dias atrás o vale-saber, são cem mil bolsas de estudos a serem distribuídas entre os Professores do Estado do Paraná para que eles participem de cursos de formação e aperfeiçoamento. Isso me preocupa porque a sistemática anterior eu entendo que é melhor, apesar de eu apoiar o Governo, fazer parte da bancada situacionista, eu quero também colocar a ele algumas preocupações que eu trago lá do interior, das pequenas cidades, pequenas vilas e pequenos distritos, preocupações essas que os Professores me passam. Essas bolsas, me preocupa a maneira como elas vão chegar no interior, porque o professor da Capital, Curitiba, Londrina, Cascavel, ele tem ali a sua disposição um conjunto de instituições que podem fornecer esses cursos de aperfeiçoamento. Agora, e o Professor lá de Nova América da Colina, Nova Santa Bár-

bara, pequenas cidades lá da minha região do norte do Paraná. Como é que ele vai fazer com essas bolsas, como é que ele vai se deslocar? Anteriormente, eu entendo que deve continuar essa sistemática também, o Estado fornecia cursos lá na base, mandava os treinadores, reunia os professores em certos núcleos, reunia os professores da região e fazia-se os treinamentos. Por isso, eu transmito ao Governo do Estado a minha preocupação com relação a essas vales-bolsas de estudo. E por fim tudo isso objetiva fazer com que nós resolvamos de vez, possamos solucionar de vez o problema de qualidade de ensino no nosso Estado. Nós já estamos cansados de saber que o nosso problema atual é mais de espaço físico, não é mais de falta de sala de aula; 99,9% das nossas crianças têm acesso à sala de aula, sala de aula existe para todos, o nosso problema agora é com relação a qualidade de ensino, nós temos que dar um salto em qualidade, investir em ensino básico, e isso tem que ser feito com coragem.

Outra sugestão que eu vou fazer ao Governo do Estado. Existe o que se chama de ciclo básico, a criança nas nossas primeiras e segundas séries não repetem de ano, para diminuir a repetência que traz como consequência a evasão escolar. Esse ciclo básico deve ser estendido até a 4.^a série, nos quatro primeiros anos da escola básica primária a criança não repete, isso vai fazer com que a criança se estimule mais a permanecer na sala e vai diminuir um dos maiores problemas do nosso ensino público, a evasão escolar.

Eu acompanhei aqui os discursos do Zuk, e eu acho que a nossa Assembléia vai ter um papel fundamental na discussão do problema do MERCOSUL. O Paraná é um Estado estratégico, o Paraná é um dos que mais vai sofrer com essa questão porque o Brasil ele ganha de todos os outros Estados no MERCOSUL, ele ganha em agregado, em agroindústria; mas ele perde no produto primário. O produto que nós produzimos aqui no valor de oito, nove ou dez reais a saca; eles nos entregam a quatro, cinco ou seis. É o problema que nós vamos enfrentar, e se nós não estivermos atentos a essa questão nós corremos o risco de penalizarmos e sacrificarmos ainda mais o nosso produtor rural. As vilas rurais que foram lançadas pelo atual Governo, a idéia é ótima, excelente. Algumas preocupações que os Prefeitos têm me trazido: o problema da água e a falta de dinheiro que as prefeituras têm para comprar a área de terra aonde vai ser implantado em parceria pelo Governo do Estado e as Prefeituras, e as Prefeituras têm que entrar com o terreno, as pequenas cidades, onde o problema do bôia-fria é maior, não têm dinheiro para

comprar a área. E depois da área implantada o problema da falta de água, porque um poço artesiano ele atende a uma grande horta, quantos poços artesianos vão ter que ser implantados aí para que se atenda realmente a esse desejo de que cada agricultor possa ter uma pequena horta, uma criação de porcos e gado?

Outra questão que trago a esta Casa é o problema das casas de misericórdia do Estado do Paraná, como de resto do Brasil. A Casa de Misericórdia de Cornélio Procopio vem vivendo um problema já há dez anos, vivendo de empréstimos, de financiamentos, e até hoje não se resolveu. O problema está na cara que é um problema de estrutura, o problema é do estilo, tem que se mudar. Acho também que nesta Casa tem que ser discutido com coragem os problemas das Casas de Misericórdia.

E por fim a questão que trago é a questão da ação social e assistência social. Aprendi quando fui prefeito que o Estado ele pode atuar de duas maneiras na tentativa de solução dos problemas da comunidade: uma forma é assistencialista, é dando cesta básica, é dando remédio, isso resolve o problema da população de hoje para amanhã, resolve temporariamente, esporadicamente, mas não soluciona o seu problema de forma permanente. O Estado tem que mudar o seu estilo de atuar e tem que passar de assistencialista a um Estado que pratica ação social. Ao invés de dar a comida pronta que resolve o problema na hora do jantar, à noite, ele tem que criar programas de ação social, de mobilização que permitam a essas pessoas não receberem de graça a sua cesta básica, mas que elas encontrem meios de, pelo seu próprio trabalho e esforço alcancarem os meios para comprar o seu alimento. A pessoa muitas vezes não percebe, mas às vezes é humilhante, é aviltante ela receber a comida de graça, ela ficaria muito mais feliz se pudesse comprar.

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) - O tempo de V.Exa. esgotou concedo um minuto para concluir.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Para encerrar e agradecer, Presidente.

Gostaria de agradecer a atenção de todos os Deputados a benevolência do Sr. Presidente. Esta minha primeira participação, ela na verdade é para mostrar algumas das minhas preocupações e dizer da alegria que vou ter em conviver com os Srs. nestes próximos 4 anos, sei que será uma convivência profícua e produtiva, independente dos vários Partidos. Que nós façamos desta convivência um momento importante na vida política desse nosso Estado e que possamos contribuir para que o Estado do Paraná se

desenvolva e progrida cada vez mais.

Muito obrigado pela atenção, desculpa pelo prolongamento.

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Edgard Bueno.

O SR. EDGARD BUENO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Iniciamente quero fazer um agradecimento ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti por ter cedido seu espaço para que eu pudesse estreitar nesta Tribuna.

Srs. Deputados, venho para esta Casa, no meu primeiro mandato público, dizer que tenho a esperança que aqui, junto com os Srs., nós possamos transformar a esperança daqueles que acreditaram, que votaram, e que através do nosso mandato nós haveremos de dar as respostas positivas para que esta mesma população, que hoje muitas vezes desacreditada dos políticos, possa resgatar novamente aquilo que é mais sagrado, a confiança e a tranquilidade de que mandou para ser seu representante pessoas interessadas em melhorar a qualidade de vida do cidadão paranaense e também brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que me traz a esta Tribuna é a preocupação da maioria dos brasileiros com a nossa Agricultura, mas principalmente com os pequenos agricultores. Tenho mantido reuniões permanentes com os sindicatos rurais do Oeste do Paraná, com as cooperativas do Oeste, com a COPAVEL, que é a principal líder do Oeste do Paraná e também com a FAEP. Todos expressam a mesma preocupação, não só com a TR que tem corroído o bolso do pequeno agricultor, mas principalmente com o sistema de comercialização que o Governo implantou para nossos agricultores.

Não é possível que hoje, o nosso agricultor, que tem como preço garantido de comercialização 6,20 pela saca do milho e tem pelo mercado apenas 3,8, 4 reais por saca. Sou a favor da livre iniciativa, da livre comercialização, mas é impossível que os nossos pequenos agricultores possam competir com os mercados do Paraguai e da Argentina, que em muitos setores são subsidiados na área agrícola.

Nós precisamos de mecanismos para proteger esses que lutam o ano inteiro embaixo do sol e da chuva, para dali, da terra tirar o sustento das suas famílias, e na hora de comercializar, sem sequer ter para quem vender os seus produtos, ainda é corroído pela TR, é corroído pelas importações que hoje trazem o preço para o nosso país abaixo do custo de produção.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, deixo aqui esta preocupação e o desejo de que todos os Parlamentares se preocupem neste sentido, para que possam fazer uma corrente positiva, uma corrente de inten-

ções para resgatarmos esta parte da sociedade que está sendo relegada a segundo plano. Nós haveremos de resgatar a dignidade do agricultor e lhe custa muito mais barato para o Estado se permanecer produzindo no campo e não vir engrossar as periferias da cidade.

Por isso, quero aqui trazer um pedido de apoio e de manifestação da maioria dos Parlamentares para que nós possamos com ações positivas fazer com que o nosso agricultor, para que nós possamos tirar dos ombros do nosso agricultor o peso da TR e para facilitar principalmente aqueles que moram lá no fundo, lá no interior que não tem sequer estrada para tirar seus produtos, que ele possa ter então condições de fazer a sua comercialização e levar o fruto do seu produto para o sustento da sua família.

Muito obrigado, Presidente.

Muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Pequeno Expediente, esta Presidência, em caráter semi-oficial anuncia a composição das Comissões e dará prazo de cinco Sessões para que os Senhores Deputados e as Lideranças aprovem ou contestem a composição das Comissões que a Presidência está anunciando.

QUOCIENTE PARA COMPOR AS COMISSÕES PERMANENTES TENDO EM VISTA A COMPOSIÇÃO PARTIDÁRIA NESTA DATA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA:

PMDB	12	3,33	3
PP	10	2,77	3
PDT	10	2,77	3
PFL	06	1,66	2
PSDB-PPR-PSC	06	1,66	2
PTB	05	1,38	1
PT	05	1,38	1

OUTRAS COMISSÕES COM 7 (SETE) MEMBROS:

PMDB	12	1,55	2
PP	10	1,29	1
PDT	10	1,29	1
PFL	06	0,77	1
PSDB-PPR-PSC	06	0,77	1
PTB	05	0,64 ou ?	1

PT 05 0,64 ou ? 1

Se esta decisão for confirmada, as demais Comissões serão sorteadas entre o PTB e o PP.

COMISSÕES ESPECIAIS COM 5 (CINCO) MEMBROS:

PMDB	12	1,11	1
PP	10	0,92	1
PDT	10	0,92	1
PFL	06	0,55	1
PSDB-PPR-PSC	06	0,55	1
PTB	05	0,46	0
PT	05	0,46	0

Senhores Deputados e as Lideranças terão cinco Sessões para contestarem ou aprovarem a Comissão anunciada pela Presidência, ela não está assinada, portanto, ela não tem caráter oficial.

ANIBAL KHURY
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há alguma dúvida?

O DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra pela ordem do Deputado Rosinha.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, o artigo 10 do Regimento Interno, reza o seguinte: Os Deputados são agrupados por Representações Partidárias ou de Blocos Parlamentares cabendo-lhes escolher o Líder quando a representação for igual ou superior a dois Deputados.

Artigo 13 - As representações de dois ou mais partidos tendo liberação das respectivas Bancadas poderão constituir blocos parlamentares sob liderança comum.

Consulto a Mesa: o PSDB, PPR, PSC constituíram legalmente bloco comum dos três partidos? Foi comunicado à Mesa com assinaturas, de acordo com que manda o Artigo 10, § 2º: a escolha do líder será comunicado à Mesa no início de cada legislatura, após a criação do bloco parlamentar, em documento subscrito pela maioria dos integrantes da representação.

A consulta é: PSDB, PPR, PSC encaminham ofício à Mesa indicando líder único, de acordo com os dispostos no Regimento Interno da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tive comunicação verbal que este bloco está constituído. Entretanto, Senhor Deputado, eu estou dando prazo de cinco sessões para que os Senhores Deputados apresentem as suas sugestões e se esta coligação, o bloco não apresentar oficialmente o requerimento contendo a assinatura de todos os membros desta coligação, evidentemente, ela não será reconhecida.

O SR. DR.ROSINHA - Obrigado pelo esclarecimento.

Eu só faço uma solicitação a Vossa Excelência que, assim que esses três partidos comunicarem à Mesa, dê informação ao plenário na sessão seguinte ou na mesma sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Oficiado à Presidência, o 1º Secretário fará a leitura.

Encareço aos Senhores Deputados que examinem e estudem bem o problema porque a decisão após cinco sessões será definitiva.

No Grande Expediente concedo a palavra ao nosso querido ex-Presidente, Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, não fosse, talvez a indicação do Senador José Eduardo para o Ministério da Agricultura e do Deputado Hermas Brandão para a Secretaria da Agricultura, talvez nada tivéssemos a comemorar em termos de Estado do Paraná no setor agrícola.

Este ano de 1995 começou com muitos acontecimentos desfavoráveis ao setor produtivo do Paraná, seja à agricultura, seja à pecuária.

Lembro aos nobres companheiros que já no início do ano chuvas em todas as regiões produtivas do nosso Estado fizeram com que produção já assegurada fosse eliminada em função dos altos níveis de chuvas que ocorreram neste Estado. Produtos já em fase de colheita se perderam. Alguns municípios perderam praticamente 100% da produção de feijão. O algodão que, todos sabemos, é uma cultura que não se dá muito bem quando a chuva é intensa se prejudicou porque as suas flores que se transformariam em maçãs para depois termos o algodão se perderam com a chuva. Enfim, a chuva atrapalhou.

Depois, veio a história de que a Comunidade Européia estaria vetando os frangos do Paraná porque havia a incidência da doença de Newcastle no Estado do Paraná, em nossa avicultura.

Talvez a maioria dos Senhores Deputados e a maioria daqueles que aqui estão não saibam, mas a doença de Newcastle,

sobrevive, ela existe de forma latente nas aves, não só no frango, não só na galinha, mas em todos os palmípedes. Existe de uma forma latente sem causar qualquer tipo de problema. E, se a doença existisse, também não teria problema ao ser humano, já que não se trata de uma zoonose que se transmitiria ao ser humano.

Além disso já temos o problema da suinocultura paranaense que perde para a de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, porque não estamos conseguindo exportar os nossos produtos para os Estados integrantes, para os países integrantes do MERCOSUL. Problemas com as chuvas, com os frangos, com os suínos e se tudo isso não bastasse, nesse último final de semana, ao ler o jornal Folha de Londrina, mais uma notícia nos assombrou, porque ali, o Presidente do BANESTADO afirma que mandou suspender o programa "Panela cheia". Na minha opinião pessoal e conhecedor das questões do setor agropecuário do Paraná e pela afirmação de nobres parlamentares que já compareceram à tribuna no dia de hoje, tenho a certeza que este foi um dos programas de maior envergadura, de maior sensibilidade que se idealizou no Estado do Paraná em favor da agropecuária paranaense, em favor, principalmente, dos pequenos produtores rurais do nosso Estado. Um programa que foi idealizado não apenas no governo passado, de Roberto Requião e Mário Pereira, mas um programa que vem sendo idealizado, vem sendo reivindicado há muitos anos e nós que aqui estamos há 12 anos e vinte dias na Assembléia Legislativa, seja na Comissão de Agricultura, seja no Bloco Parlamentar Agropecuário, onde, pela vontade dos companheiros sempre estivemos na coordenação dos trabalhos deste Bloco, sempre se reivindicou não só nos últimos 4 anos do governo Requião e Mário Pereira, mas desde os primeiros dias do governo Richa, em todos os momentos do governo Álvaro dias, que no Paraná se estabelecesse um critério de financiamento, onde o produto milho fosse o referencial de pagamento, onde esse financiamento buscasse como moeda, um produto conhecido de todos os produtores e que tem, de certa forma, no mercado brasileiro, uma estabilidade maior de preço do que tem a soja ou do que tem outros produtos que têm seus preços definidos não pelo mercado interno, mas pelo mercado externo, como é o caso da soja, cujo preço depende da Bolsa de Chicago.

Esse programa portanto, implantado no governo Roberto Requião e Mário Pereira, é um programa que não pertence a esse governo, porque como membro da Comissão de Agricultura e coordenação do Bloco Agropecuário, por mais de uma vez, reunido com as lideranças agropecuárias do Paraná, seja aqui na Assembléia, na Ocepar, no Faep,

na Petaep ou na Secretaria da Agricultura, seja em Brasília, seja no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso do Sul, onde sempre estivemos discutindo assuntos da agropecuária. O assunto da equivalência-produto, sempre foi colocado como uma necessidade para que nós tivéssemos a garantia da permanência do agricultor no meio rural e tivéssemos para com essas pessoas, o respeito que elas merecem. A notícia nos traz como opinião de nosso amigo Presidente do BANEESTADO, que o programa é importante, mas foi elaborado de forma irresponsável, que o programa vem ser um programa eleitoreiro. Eu não posso concordar, em hipótese alguma, com meu amigo, companheiro de duas campanhas eleitorais, Luiz Antonio Fayet, com quem dobrei nas eleições de 86 e 90 na cidade de Ivaiporã, eu não posso concordar com essas afirmações. Não é eleitoreiro, porque é fruto da reivindicação dos agricultores do nosso Estado e do Brasil, não é eleitoreiro, porque é um programa que foi discutido, que foi trabalhado não só dentro do Estado do Paraná, não só no Palácio Iguazu. Aqui mesmo na Assembléia nós temos no Deputado Augustinho Zuchi um daqueles que, integrando a equipe da Secretaria da Agricultura sentou junto com o ex-Secretário Osmar e demais pessoas ligadas ao setor para elaborar esse Programa. Esta Assembléia mesmo, com a participação de muitos parlamentares que aqui estão, como é o caso do Edson Silva Lino, do Toti Colaço, como é o caso do Ovídio Constantino que aqui não está porque não se candidatou a esta Assembléia, mas nós aqui, nesta Casa, por diversos meses discutimos na Comissão de Agricultura, no Bloco Agropecuário Parlamentar discutimos, votamos, aprovamos e foi sancionado pelo Governador Requião a Lei Agrícola do Estado do Paraná. E nesta Lei lá está escrito também que o Governo deveria buscar, por todos os meios, implantar programas de financiamento com equivalência produto. Este Programa foi bom não só para os pequenos agricultores do Paraná, foi bom também para o setor agroindustrial do nosso Estado. E instalado aqui no Paraná na Cidade Industrial pôde comercializar diversos, centenas, milhares de tratores, por exemplo, e mais implementos, gerando com isso não só emprego, gerando com isso produção para o nosso Estado. Gerando com isso ICMS para o nosso Estado que está a permitir, agora, o atendimento da nossa gente.

Portanto, ao ler neste final de semana, a suspensão do Programa Panela Cheia, isso nos deixou preocupados. Estávamos já um tanto eufóricos porque, no dia anterior, no jornal também "Folha de Londrina", liamos os doze pontos que serão levados adiante pela Secretaria da Agri-

cultura. E já tínhamos, inclusive, na última sexta-feira, agendado com o Secretário Hermas Brandão, uma reunião onde os Srs. Deputados que têm desejo de integrar o Bloco Agropecuário desta Casa, seriam e são convidados - neste momento - a participar conosco desta reunião com o Secretário Hermas na próxima quarta-feira às 11 horas da manhã, quando vamos discutir as questões da TR, quando vamos discutir com ele qual o apoio, qual o posicionamento que ele quer ter de nós os Parlamentares ligados e vinculados com a agropecuária no encaminhamento, vamos dizer assim, na implementação desses doze pontos que ele defende para o setor agropecuário do Estado.

Se a notícia do sábado era uma notícia que nos agradava, a notícia do domingo nos entristeceu. Porque mais uma vez coloca-se a agricultura num plano inferior. Coloca-se na agricultura a questão dos juros, da correção monetária, da variação cambial, esquecendo-se que o argumento maior da criação do "Panela Cheia" foi de, justamente, tirar do ombro dos agricultores o peso das políticas econômicas que sempre foram elaboradas sem que o setor agropecuário tivesse conhecimento, mas que sempre foram colocadas em cima do setor agropecuário penalizando a produção do nosso Estado e deste País. Portanto, companheiro Romanelli, somos favoráveis sim que se convoque o Secretário da Fazenda e o Presidente do BANEESTADO. Sei que há um entendimento com V. Exa. e o Líder do Governo, nesta Casa, para que este requerimento seja votado na próxima semana para que possamos dar tempo, para que possamos ter os esclarecimentos que queremos. Mas é necessário sim, que tenhamos esclarecimentos mais aprofundados acerca da suspensão deste que, sem sombra de dúvida, é, na minha avaliação, o Programa mais importante que o Governo Requião e Mário Pereira implementaram no Estado ouvindo os clamores das Lideranças políticas desta Assembléia, das Lideranças do setor produtivo e ouvindo os reclamos da modernidade que se pretende implantar em favor do meio rural para que ele sobreviva e continue produzindo.

O Sr. Toti Colaço - Me concede um aparte?
(Assentimento)

Queria, nesta oportunidade, me associar à sua preocupação no que diz respeito à nossa agricultura. Conforme já foi exposto nesta tarde por outros Parlamentares a preocupação com os nossos agricultores, principalmente com relação a chuva, a cheia que prejudicou violentamente toda a agricultura do Estado do Paraná e eu destacaria a região centro-sul do nosso Estado que é a região de Irati, basicamente toda ela formada de pequenas propriedades, aonde a produção de feijão foi totalmente

comprometida pelas chuvas. Não bastasse hoje a preocupação dos nossos agricultores, meu eminente Deputado Orlando Pessuti, com relação ao Pro-Agro, aonde se levanta novamente, está se levantando através das cooperativas, através dos Sindicatos, das associações dos Pequenos Produtores, trazendo à tona a discussão do Pro-Agro, tão discutido, tão já há muito tempo falado dentro do nosso Estado, mas que na verdade de pouco resolveu durante todo este tempo no que diz respeito aos prejuízos dos nossos agricultores, esta notícia que V.Exa. nos coloca, além destes problemas e destas preocupações que vive principalmente o pequeno agricultor do nosso Estado, esta notícia estampada nos jornais, principalmente nestes últimos dias do cancelamento do programa "Panela Cheia".

Gostaria neste instante, além de me associar as suas palavras, de também fazer um apelo de imediato, de pronto, às Lideranças, ou a Liderança do Governo nesta Casa. O "Panela Cheia" ele veio para atender o pequeno agricultor. Ele não veio para beneficiar o latifundiário. Ele veio exclusivamente para atender o mini-agricultor do nosso Estado. Um programa que deu certo, que veio realmente preencher uma lacuna, inclusive até dar um atendimento aos clamores desta Casa, conforme V. Exa. acabou de colocar, aonde está inserido na lei agrícola, aprovado por nós, contemplando o equivalente ao produto dos financiamentos agrícolas.

Por isso, Sr. ilustre Deputado Orlando Pessuti, os meus cumprimentos pelo assunto levantado nesta tarde e automaticamente deixo aqui também o registro da minha grande preocupação.

E para finalizar quero dizer a todos os companheiros Deputados desta Casa que amanhã estaremos tratando do assunto do Bloco Municipalista, o qual até o presente momento sou o Coordenador. Amanhã trataremos deste assunto.

Meus cumprimentos mais uma vez a Vossa Excelência e que as autoridades, principalmente o atual Governo, Governador Jaime Lerner, que o Presidente do Banco do Estado, que é um homem público, um homem que viveu a vida pública permanentemente, intensamente, que viveu inclusive como Diretor do Banco do Brasil, sabe que este programa "Panela Cheia" foi adaptado e copiado até pelo Banco do Brasil, que funciona até hoje, não possa ser paralisado e penalizado desta forma.

Associo-me e estarei presente com Vossa Excelência nessa audiência com o Secretário da Agricultura.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço ao Deputado Toti pelo aparte que esclarece pontos importantes do trabalho que esta

Assembléia sempre vem fazendo em favor do setor agropecuário, e é importante também que os Senhores Deputados se associem a essa iniciativa, não só do Bloco Agropecuário, mas do Bloco Municipalista, porque os assuntos e as causas que temos defendido nesses dois segmentos são da maior importância.

Concedo aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado Orlando Pessuti, Vossa Excelência trata de um assunto que tenho certeza gerou uma preocupação enorme a todos aqueles que leram a matéria da intenção de se paralisar o programa "Panela Cheia".

A importância dos demais assuntos citados por Vossa Excelência merecem nossa preocupação, mas muitos deles alheios a nossa vontade do Paraná e até mesmo de governantes nacionais, mas o "Panela Cheia" não, Senhor Presidente.

Recordo, Deputado Orlando Pessuti, que nem Deputado era ainda, que nas lides que se tinha de defesa de agricultura o grande sonho de sindicalistas, de homens ligados a agricultura era a existência de um programa que pudesse ter crédito a pequena propriedade com o valor do pagamento correspondente a própria produção. O "Panela Cheia" atingiu esse objetivo. E quero aqui prestar o meu testemunho com relação a uma região que represento nesta Casa, o Sudoeste, formado de pequenas propriedades, não, não quero, Deputado Pessuti, fazer sensacionalismo, mas tenho certeza absoluta que a diminuição da evasão do pequeno proprietário da terra deve-se muito ao programa "Panela Cheia", porque é o pequeno proprietário que pode chegar na porta do banco, financiar a sua safra e saber com o valor/produto, quanto ele paga depois.

A grande maioria dos financiamentos, a totalidade, porque o programa nasceu para o pequeno proprietário, passou a ter um instrumento de crédito fácil saindo do juro bancário, e isso fixou o pequeno proprietário na terra. E Vossa Excelência levantou um dado que é importante, que essa Assembléia lembre dele. Quando foi colocado o trator agrícola dentro do financiamento do "Panela Cheia" - isso foi no ano passado, Vossa Excelência lembra - na realização da EXPOSUL é que iniciou os financiamentos, pois daquela época até o final do ano, em questão de dois ou três meses, o Paraná vendeu, financiou mais tratores do que todo o financiamento do ano no Rio Grande do Sul, mostrando que a renovação do parque de máquinas da nossa propriedade necessita de um instrumento que dê garantia ao agricultor.

Somo-me à preocupação de Vossa Exce-

lência - e quero acreditar que essa matéria seja um equívoco - porque não acredito que um Partido, uma coligação de Partido saída de uma eleição, comemorando a vitória, seja capaz de extinguir com um dos programas que mais repercussão teve, e que mais solidariedade tem na pequena agricultura.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Caíto, e Vossa Excelência nos traz a discussão de um fato muito importante, quando Vossa Excelência diz: "a questão do suíno no MERCOSUL, a questão do frango na Comunidade Européia", são coisas que não estão muitas vezes presas às nossas vontades provincianas, às nossas vontades aqui do Estado do Paraná.

Mas o "Panela Cheia" não, o "Panela Cheia" é uma coisa nossa, é um coisa do nosso banco. É evidente que o "Panela Cheia" não foi um programa feito para dar lucro ao banco, também não foi feito para quebrar o banco. Para isso, quando se idealizou o "Panela Cheia", todos sabemos que existia uma contrapartida, uma garantia do Tesouro Estadual e do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná, que antes funcionava junto ao BADEP, e que por vontade do Governo e desta Assembleia, se transferiu também para o BANESTADO.

Quer dizer, o que precisa ser feito - e isso iremos recomendar ao nosso amigo e companheiro Luiz Antônio Fayet - são ajustes financeiros dentro do próprio Governo: do BANESTADO com o Tesouro, do BANESTADO com o Fundo do Desenvolvimento Econômico, e nunca do BANESTADO em cima dos agricultores, porque todos já fomos às ruas, às praças públicas para defender o agricultor contra a ganância de todos aqueles que queriam tirar as suas propriedades. E por isso, quando criou-se o "Panela Cheia", nós comemoramos. Foi por isso que a lei agrícola que escrevemos, lá consta o crédito/equivalência. E é por isso que comemorei também no programa de governo do Jaime Lerner, ele dizendo que ia fazer a reforma agrária, que ia implantar o crédito fundiário, que é uma das coisas que tem que se implantar sim, o crédito fundiário com vistas ao assentamento de produtores rurais, por que na cidade se financia casa, se financia indústria, porque não se pode financiar a aquisição de um imóvel rural? Porque se financia casa através do "Programa da Família", da COHAPAR, ou através dos programas de habitação da Caixa Econômica, e por que no meio rural não se financia a casa do produtor rural?

Tudo isso nós colocamos, Edson, na Lei Agrícola do Estado, que você ajudou a escrever. Tudo isso está lá e começou a nos-

sa Lei Agrícola a ser implementada quando o "Panela Cheia" e o "Bom Emprego Rural" foram idealizados e implementados pelo BANESTADO.

Por isso, quero recomendar aos Senhores Parlamentares que nos ajudem, vamos ajustar esta audiência com o Secretário Hermas, com o Presidente do BANESTADO, Luiz Antônio Fayet, para que a gente possa ter uma revisão deste posicionamento de suspender este Programa, que tenho certeza que é um Programa que alegrou os nossos agricultores e que permitiu a eles o incremento da sua produção.

Concedo o aparte ao Deputado Nelson Tureck.

O Sr. Nelson Tureck - Deputado, eu gostaria de dizer o seguinte: nós, Deputados, temos que realmente nos preocupar com o agricultor e principalmente com o pequeno agricultor que vive lá no interior. Esse herói que planta, que fica ali e que praticamente sustenta todos os municípios. E dizer uma coisa, ao longo destes anos - só para dar um exemplo - que na política, a maioria das vezes vemos o blá, blá, blá, e o que é que ocorreu? São exemplos em todo o interior do Paraná, temos o exemplo do Município de Barbosa Ferraz, o exemplo do Município de Boa Esperança. Barbosa Ferraz, 66.000 habitantes; Boa Esperança, 26.000 habitantes; Luisiânia, 18.000 habitantes; hoje Barbosa tem 18.000 habitantes! Acabou a pequena propriedade! Não existe mais! Em Boa Esperança não existe mais o pequeno agricultor! E vemos que realmente há urgência.

E dizer, Deputado, que quando Hermas Brandão, Secretário da Agricultura e também o Presidente do BANESTADO, Luiz Antônio Fayet, eles têm razão, temos que reformular, temos que analisar o "Panela Cheia". Sabe porquê, Deputado Pessuti? Vou te dizer: lá no Município de Roncador, esse negócio da vaca leiteira, disseram que era bom. Faltou assistência, pegaram e jogaram a vaca para o pequeno agricultor, sem dar assistência, meu Deus do céu!

Cancelamos um financiamento, Deputado Pessuti, de oito agricultores, do Município de Roncador. Vaca de leite que era para dar 14 litros de leite, dando 2 litros de leite porque não iam dar assistência para ele! Para pagar em milho.

Em Santa Catarina custa 90 sacas de milho. A vaca Jersey, sabe quanto o agricultor está pagando lá? 213 sacas de milho! Pergunto: como é que vai pagar? Até para devolver foi difícil, porque a Secretaria da Agricultura não quis aceitar. Então, gente, é preciso ser realmente sincero, honesto, verdadeiro com este agricultor.

Outra coisa: nós vemos lá exemplo que

temos, aconteceu o seguinte: o agricultor fez o financiamento do trator, mas você sabe quanto o agricultor está devendo quando for pagar a primeira prestação? Está devendo três tratores! Três! Como é que vai pagar?

Quero dizer mais o seguinte: fui Prefeito e quero dizer uma coisa. Temos o programa da CODAPAR, através da EMATER, aonde diziam que ajudavam o pequeno agricultor. Deputado Pessuti, vou dar um exemplo aqui agora: a EMATER fazia o projeto para ajudar o pequeno agricultor, aí ele ia na EMATER, voltava, ia no Prefeito, voltava, Secretaria da Agricultura, aí quando recebia para fazer um açude ou uma microbacia o Governo e ajudava em 30% e 70% ele tinha que pagar. Agora tem uma, você analisando, não ajudava nada! Sabe por quê? Porque você pegando um trator de esteira ou uma pá carregadeira, particular, o custo ficava em 50%. E é isso que vemos hoje, e falo como testemunha e defensor do interior do Estado do Paraná, que é a região Centro-Oeste, nosso agricultor está falido, todos. É preciso que nós, na Assembleia, o povo do Paraná, o Brasil inteiro sair às ruas para que os Deputados Federais, lá em Brasília, e o Presidente, realmente tomem uma posição e venham defender a agricultura brasileira, porque é ela que nos sustenta! A partir do momento em que os Governos incentivaram a Agricultura e este País cresceu! E hoje nós vemos uma recessão! É por isso que iremos, junto com o Deputado Pessuti, na reunião com o Secretário da Agricultura, Hermas Brandão, também com o Presidente Fayet, para discutirmos este assunto, e dizer no programa de Jaime Lerner o pequeno agricultor vai ser o homem mais bem tratado, porque temos um programa e já o recebemos, onde o agricultor terá todas as coisas, não financiamento desse jeito que não pode pagar, eu sei que teve financiamentos que eram bons, mas outros, amigo Pessuti, lá do interior, trago isso e falo em nome do pequeno agricultor, que podemos visitar por propriedade e eles vão justificar que realmente faltou apoio para eles, e nós estamos aqui como representantes do povo do Paraná, junto com esse grande Governador que é o Governador da estratégia da esperança, o Governador da simplicidade, o Governador, que para preparar o futuro, ele está hoje preparando o presente, e é uma responsabilidade de todos nós, tenho certeza que alguma coisa tem que ser feito, amigo Pessuti, e tenho certeza que o Hermas Brandão, junto com Fayet, eles estão engajados no programa do Governo de Jaime Lerner, que o nosso agricultor, aquelas pessoas que saíram do interior, que estão em Curitiba, aqueles parentes que foram para o Rio Grande, que

foram para São Paulo, Santa Catarina, em busca de novos horizontes. Com o programa do Senhor Jaime, tenho certeza o nosso interior vai voltar realmente ser o interior forte.

Obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Concedo aparte ao Deputado Nelson Justus.

O SR. NELSON JUSTUS - Muito obrigado Pessuti, estou realmente ouvindo com muita atenção, e parabeno inicialmente, por você continuar sempre alerta a todas as notícias a tudo que se passa em nosso Estado, especificamente na agricultura.

Realmente nunca fiz parte do bloco da agricultura, do bloco agropecuário dessa Casa, mas tenho procurado fazer parte do bloco do bom senso, e acho que isso que devemos primar aqui nesse momento.

Por essa razão Pessuti, é que acho e concordo perfeitamente, muito do que você disse aí no seu pronunciamento. Logo no início vem dar um voto de extrema confiança, ao Secretário Hermas Brandão, e ao Ministro Zé Eduardo.

Feliz do Estado que tem dois homens ligados à agricultura deste porte como Deputado Hermas Brandão e o Zé Eduardo, por essa razão é que quero crer que é muito importante sim, que esta Casa grite, no momento que se lê alguma coisa quando se estirpa um programa dessa natureza.

É evidente também que temos que ouvir o Presidente do BANESTADO. E eu na gestão passada quando conclamava por inúmeras vezes a presença de Secretário do outro partido aqui, não vou mudar minha maneira de agir, nessa gestão, não, desde que não haja a politicagem, e não vejo com toda franqueza Deputado Pessuti, nada de politiquês nesse convite, ao Presidente Fayet ao vir a esta Casa, principalmente por se tratar de um homem extremamente experiente, e que deve ter suas razões para estirpar um programa que no primeiro momento, até muito bom que verifiquemos, se essa panela cheia, já não andava meio vazia no final do Governo já não se tinha mais financiamento, e já se tinha detectado que alguma coisa não andava bem com essa panela.

Agora, não é o Nelson Justus, não é o Pessuti, que vai ter que responder e esclarecer aos reclamos de todos aqueles que lêem estampado uma notícia como essa no jornal. Como disse eu, temos todo trânsito aberto para ouvirmos. O Secretário Hermas Brandão e o Ministro Zé Eduardo. Feliz do Estado que tem dois homens ligados à agricultura, e eu tenho certeza que as coisas vão andar melhor do que andavam antigamente. Agora concordo perfeitamente com V. Exa. quando convoca nesta oportu-

nidade ou daqui a alguns dias, que o Presidente do BANESTADO, que o Secretário da Agricultura venham aqui esclarecer o porque exterminar, ampliar ou modificar programa como este. Razões tenho certeza de que devam existir e de sobra.

Não acredito e V. Exa. que conhece tão bem o companheiro de outras jornadas como o Fayet, homem inteligente que não sofreria, em hipótese alguma, qualquer tipo de constrangimento ao ocupar uma tribuna como esta para esclarecer que razões existem ou existiam para uma declaração como esta.

Parabenizo V. Exa., concordo, mas faço um alerta: olha, a panela cheia não andava tão cheia assim no final do Governo. Num primeiro momento foi uma consagração esse programa, mas ao final do Governo essa panela cheia andou meio vazia, por esta razão é que devemos ouvir quem de direito e V. Exa. está exercendo as legítimas funções de um representante no Legislativo ao convidar aqui a quem de direito que venha dar as suas explicações.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço ao Deputado Nelson Justus, ao Deputado Nelson Turek e peço ao Deputado Trevisan que me desculpe pela não possibilidade do aparte. O Presidente Zuk já me alerta que já cumprimos os nossos trinta minutos e mais alguns tantos que já nos foram concedidos.

Mas gostaríamos de dizer que, realmente, aguardamos que dessas conversas que iremos ter com o Presidente Fayet, com o Secretário Deputado Hermas Brandão a quem deveremos recorrer neste momento haveremos de encontrar os esclarecimentos necessários e os caminhos que queremos para o setor agrícola do Paraná, principalmente para esse programa o "Panela Cheia". Concorro com o Nelson Turek que diz que tem problemas. A questão do gado leiteiro sim porque eu mesmo fiz uma reunião com mais de cinquenta pessoas na Cidade de Barbosa Ferraz, com diretores do Crédito Rural do BANESTADO tentando ajustar o programa leiteiro aos critérios do "Panela Cheia", dentro da filosofia verdadeira do "Panela Cheia". Porque o problema que está acontecendo com o panela cheia das vacas leiteiras, poderemos chamar de balde cheio, de latão cheio, já que é leite, porque lá também em vez de se respeitar a equivalência produto-leite, estão querendo fazer prevalecer a equivalência monetária, cobrando-se juros, correções e outras tantas coisas que não deveriam ser cobradas num programa de caráter social como é o Programa "Panela Cheia".

Quero, realmente, acreditar que haveremos de encontrar os caminhos porque a agricultura do Estado que já sofre com as ingerências nacionais, com as ingerências

interestaduais, não poderá ela sofrer por ações próprias e particularizadas de nós os paranaenses. Temos que colher deste momento, como disse o Deputado Nelson Justus, quando temos um Ministro da Agricultura lá em Brasília e quando temos um Secretário da Agricultura neste Estado que pertence a esta Casa e que tem conhecimento e sensibilidade para o setor.

Vamos nos unir. Vamos nos somar ao Bloco Agropecuário e vamos buscar os esclarecimentos que são necessários para que possamos dar, realmente, seqüência ao discurso de todos nós, pelo menos na sua maioria, de que nas nossas ações parlamentares faríamos do setor agropecuário e da agricultura prioridade em nossas ações.

Muito obrigado a todos e muito agradecido ao Presidente Zuk pela compreensão e pela concessão do tempo a mais que nos permitiu nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Terminado o horário destinado ao Grande Expediente, passaremos ao Horário das Lideranças.

Já usaram do Horário das Lideranças o Partido Democrático Trabalhista e o Partido dos Trabalhadores.

PTB. (Declina).

PFL. (Declina).

PSDB. (Declina).

PP. (Declina).

PSC. (Declina).

PPR. (Declina).

Liderança do Governo. (Declina).

PMDB. Com a palavra ao Deputado Renato Adur.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Deputado Renato Adur do PMDB.

O SR. RENATO ADUR - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No último dia 15 a Bancada do PMDB se reuniu e em consenso escolhemos o novo Líder da Bancada para 95. Como sempre o PMDB, um Partido sempre atuante, dinâmico e questionador por natureza, tivemos dois nomes dentro da nossa Bancada que postulavam a liderança e ao final das reuniões, saímos novamente unidos, coesos com a unidade em torno do nome do nosso companheiro Caíto Quintana. É o nosso Líder a quem queremos pleno êxito e comunicar oficialmente a esta Casa e queremos agradecer aos companheiros, aos colegas, aos Deputados que colaboraram conosco no período em que exercemos a liderança do PMDB por dois anos nesta Casa de Leis. Quero agradecer meus colegas de trabalho, atuais e ex-Deputados que já não estão mais nessa Casa, aos funcionários da nossa liderança do PMDB, ao nosso ex-Presidente Deputado Or-

lando Pessuti, ao 1º Secretário, Deputado Anibal Khury e a todos os colegas que sempre nos ajudaram. Estaremos aqui por mais este ano, apoiando a nossa liderança, o Deputado Caio Quintana, juntamente com nossos colegas do PMDB.

Mas, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, observávamos atentamente o pronunciamento do Deputado Zuk de Ponta Grossa, quando ele questionava o Ministério da Educação na questão da dificuldade do repasse das verbas de educação para o Estado do Paraná e enfatizava a questão peculiar do Município de Ponta Grossa. Quero aqui me solidarizar com o Deputado Zuk, mas acho importante também que a gente coloque algumas questões que devem ser colocadas em relação à educação no Estado do Paraná. Foi testemunha nossa o companheiro Zuk das dificuldades dos repasses de verbas para o Estado do Paraná.

Sabemos a situação de Ponta Grossa em que houve uma dificuldade muito grande também da municipalização da educação e a Prefeitura de Ponta Grossa hoje, uma das maiores arrecadações do Estado do Paraná tem, constitucionalmente como todos os municípios do Estado, que aplicar 25% da sua receita com a educação e o Município de Ponta Grossa, segundo me consta, não aplica 15%, porque ele não aceitou a municipalização da educação e tem na área do 1º grau, do 1º ciclo, ou seja, de 1ª a 4ª séries, apenas 1.200 alunos em toda a sua rede escolar. Acho que Louisiânia, do Deputado Nelson Tureck tem isso ou até mais alunos e não se compara a arrecadação de Louisiânia com o município de Ponta Grossa, sem citar outros municípios que sabemos. Portanto, Ponta Grossa sofreu problemas na questão da educação. O ônus ficou com o Estado, na questão da 1ª a 4ª. De 5ª a 8ª, pela Constituição, é responsabilidade do governo do Estado do Paraná. O segundo grau, de igual forma, é do Estado do Paraná e o 3º grau, ou seja, grau superior, é responsabilidade do governo federal.

Sabemos que o governo federal repassou muito pouco ao Estado do Paraná, mas temos que considerar que no governo passado, foram reformados praticamente 98% das escolas desse Estado. Foram ampliadas em mais de 4.000 salas de aula a rede física escolar do Estado do Paraná. Foi criado também o sistema de aprendizado por antenas parabólicas, integrado com a TV Educativa, num projeto de 1º mundo para aperfeiçoamento da classe dos docentes do Estado do Paraná. Enfim, vemos agora, que o próprio governo Jaime Lerner, vem somar-se a esse projeto trazendo mais bolsas de estudo para os professores do Estado do Paraná. É louvável a atitude. Mas há que se reconhecer de que o trabalho investido em termos

de educação no Paraná foi louvável.

Lamentamos a questão de Ponta Grossa e me solidarizo - mais uma vez - com o Deputado Zuk. Porque eu acompanhei, Deputado inúmeras vezes, as dificuldades que o então Secretário Elias Abrahão encontrava no diálogo, no entrosamento para que houvesse este acerto no município de Ponta Grossa. Questionamos também a questão da municipalização da educação, porque os recursos são pequenos. Mas a comunidade, o estudante ele tem o seu trabalho dentro do seu município. E o prefeito bem intencionado, na maioria das vezes, faz um sacrifício a mais. Ao invés de 25, aplicar 27, 28 ou até 35% como ocorre no nosso município de Pitanga e como ocorre no município de São Mateus do Sul. Aonde os prefeitos aplicam quase 35%. Araucária, o ex-Prefeito Zezé está aqui conosco, é Deputado Estadual hoje do PP, eu sei quanto ele aplicou no setor educacional no seu município.

Portanto, a vontade política do Prefeito também é fundamental. Portanto, gostaria inclusive de questionar também o próprio Prefeito de Ponta Grossa nesta omissão, Deputado Zuk. Não podemos, de repente, culpar um governo todo, mesmo o governo federal, quando o Prefeito se omite da questão básica, fundamental que é a educação do jovem, da criança, do filho do operário que, muitas vezes, não tem condição de dar até o próprio sustento ao filho e que na escola ele encontra uma merenda, encontra um aconchego maior, um carinho. Porque o pai sai de madrugada para o trabalho. Na escola ele encontra ali um novo caminho e a luz da sua vida.

Temos que responsabilizar também esta questão de Ponta Grossa. Só queria fazer esse alerta e que nós nos mobilizássemos para que este Projeto inicial de educação seja agora redobrado pelo novo governo. Vamos nos somar, vamos apoiar as iniciativas desta natureza porque é isto que o nosso Paraná precisa. A população precisa do apoio dos governos para que melhoremos a questão educacional no Estado do Paraná. Bem falou o Deputado Pessuti na questão da agricultura. Temos tantos setores, mas a educação é fundamental. Aproveitando agora, também, a carona do Governo Federal que está falando, o próprio Presidente foi a uma lousa e escreveu, com suas próprias letras, a sua prioridade no setor de educação. Vamos aproveitar essa boa vontade que não encontramos no Governo Federal passado e fazer, efetivamente, prevalecer a questão educacional em nosso Estado.

O Sr. Joselito Canto - Me concede um aparte? (Assentimento)

Agradeço ao aparte concedido. Mas gostaria de questioná-lo. Quando se fala em Ponta Grossa, por mais ruim que seja ou

que vem de interesse para Ponta Grossa, nós gostaríamos de saber porque estamos aqui para representar esta cidade que nos deu 17 mil votos.

Gostaria de perguntar ao Deputado Adur, baseado em que dados e se há documentos de que Ponta Grossa não aplicou realmente o que deveria aplicar e realmente não quis fazer a municipalização do ensino. A princípio muito se falou sobre isto, mas em determinados momentos se viu falar em Ponta Grossa que não estaria acontecendo isto. Não estou aqui defendendo o Prefeito Municipal. Pelo contrário. Estou querendo dados porque acho que se o Prefeito Municipal deixou de aplicar na educação um ponto principal neste país ele deve ser chamado principalmente prestar contas a população de Ponta Grossa. Por que é que não o fez? E nós queremos levar esta mensagem à população principalmente através do nosso programa de rádio onde possamos cobrar publicamente o Prefeito que realmente cumpra pelo menos aquilo que se propôs em campanha que era de trabalhar pela educação.

Então gostaria que o nobre Deputado Adur nos fornecesse os dados para que a gente pudesse na sequência fazer a cobrança e exigir que não mais fatos como este aconteçam em Ponta Grossa. Muito Obrigado.

O SR. RENATO ADUR - Deputado Joselito, um simples Requerimento de Vossa Excelência ao Secretário de Educação lhe dará perfeitamente o número de alunos que existe na rede municipal de ensino de primeira a quarta série em Ponta Grossa e lhe dará também o número de alunos da primeira a quarta série que são monitorados e sustentados pelo Governo atual do Estado do Paraná, que aliás é um ônus para o próprio Governo do Estado, está sendo um ônus ao Governo do Estado e esses alunos deveriam dentro do processo de municipalização que é questionado, mas é um processo que hoje atende a praticamente a 95% das Prefeituras do Estado do Paraná.

Vossa Excelência obterá perfeitamente todos esses dados com um simples requerimento através desta Casa ou diretamente ao nosso Diretor Geral o ex-Deputado Paulo Maia na Secretaria da Educação.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Liderança do Governo com a palavra. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero que as minhas primeiras palavras na Sessão de hoje sejam de boas vindas aos novos companheiros que formam mais esta Legislatura da Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná.

Iniciamos um novo período. Iniciamos um novo ciclo de política e de administração no Estado do Paraná. Cada Governo que passou pelo Palácio Iguazu teve uma forma de atuação. Cada Presidente que assumiu a direção desta Casa também teve o seu modo, a sua maneira de dirigir esta Casa. Cada Presidente que passou pela Presidência da República também agiu da maneira que era o seu proceder.

Desta forma pode-se até entender que no início de uma nova administração estadual, até algumas coisas que ainda não estejam devidamente colocadas em seus lugares. Que até mesmo alguma ação do Governo do Estado ainda não esteja atingindo aquela agilidade que todos nós Parlamentares e a comunidade paranaense aguardavam.

Mas é muito natural isto, porque quando muda um Governo e ele apenas substitui o titular, mas ele vem de uma sequência partidária, de uma sequência de composição, Deputado Caíto Quintana, Deputado Tavares, Deputado Pessuti, companheiros já de três Legislaturas, não de conviver comigo de que até a coisa é natural, porque é uma sequência. Vejam a Prefeitura de Curitiba. Saímos eu e Jaime Lerner, assumiu Rafael Greca de Macedo. Uma continuidade do trabalho feito pelo Prefeito Jaime Lerner, pelo ex-Prefeito Jaime Lerner. Saiu José Richa entrou Álvaro Dias, com algumas alterações é claro, mas se fez uma sequência de política administrativa. Saiu Álvaro entrou Requião, a sequência continuou. Claro que agora viria uma mudança.

Mas também não é uma mudança do vinho para o leite. Nada disto. Nem tanto o céu, nem tanto o inferno. Tudo evidentemente é o começo de uma administração.

Acho que o Governador Jaime Lerner começou bem graças a Deus a sua administração, mesmo sendo vítima das enchentes que atingiram boa parte do Estado do Paraná, e que atingiu principalmente a nossa agricultura. O Governador foi rápido nas respostas, imediatamente determinou a sua Casa Militar, à Defesa Civil, a preventiva ação nos Municípios por onde passaria, onde passa o Rio Iguazu para evitar que lá tivéssemos problemas sérios.

Um belo trabalho foi feito, até passando por desconhecido de muita gente, não teve a devida conotação, a devida informação sobre isso. Mas foi feito, e hoje o pessoal de União da Vitória, de Porto Amazonas, dessas cidades, não tiveram esses problemas que tiveram em outras enchentes que atingiram a capital do Estado e a região metropolitana.

O Governador foi aos Estados Unidos imediatamente em busca de auxílio financeiro, de uma antecipação financeira para começar essas obras, que importante canal

extravasar que já começou a sua construção independente de ter voltado de lá com dinheiro ou sem dinheiro, voltou com a promessa de que o Banco Mundial vai ajudar. Deus queira que ajude, porque as obras já começaram na semana passada, e os senhores puderam acompanhar pelos jornais e pela televisão já as máquinas trabalhando neste canal extravasar, que vai evitar as inundações em São José dos Pinhais, em Pinhais, Piraquara e na região baixa da Capital do Estado do Paraná. Consequentemente evitará também as enchentes lá em Porto Amazonas, em São Mateus, União da Vitória e por onde, toda a região aonde passa o Rio Iguaçu.

O Senhor Governador apesar de estar ainda preocupado na administração interna do seu Governo, no ajeitamento da máquina, no ajeitamento desta máquina administrativa com os seus secretários, já deu resposta a alguns compromissos de campanha, como por exemplo as vilas rurais já implantadas na Cidade de Apucarana, e que na semana passada já se iniciaram os trabalhos de terraplanagem. Sua Excelência, o Governador, também deu sequência já a questão da área da educação, que por coincidência também é uma das molas propulsoras do Presidente da República Fernando Henrique, que esteve em Campo Mourão falando sobre educação, e que há uma coincidência muito grande nas duas propostas, tanto do Jaime Lerner como do Fernando Henrique.

E aqui mesmo no Parque Barigüi nós tivemos dois mil diretores de escolas do Estado que ficaram satisfeitos com a proposta inicial colocada pelo Governador, que é o projeto vale-saber. Além disso deu também já o lançamento de um projeto na área da saúde, que é para se evitar esse desgaste, essa despesa que tem as ambulâncias, e os Srs. Deputados sabem quanto custa isso, as ambulâncias saírem de suas cidades para vir aqui tentar uma vaga em Hospital em Curitiba, no Hospital Evangélico, Hospital Erasto Gaertner e tantos outros, já lançando uma consulta para evidentemente aqueles casos mais urgentes. De forma de que o Governador do Estado está trabalhando com muita atividade.

Ainda no final de semana estivemos em Foz do Iguaçu acompanhando o encontro dos dois Presidentes, da Argentina e do Brasil, e depois do encontro de Governadores, e que foi ele comandado pelo Governador Jaime Lerner levando propostas em relação ao Mercosul. Eu entendo que foi por demais proveitosa essa presença, e nós acompanhamos lá em Foz do Iguaçu dois dias de debates. Acho que avançamos bastante em relação ao MERCOSUL, esse MERCOSUL que essa Assembléia começou um debate e tem discutido essa ação através do Conselho Parlamentar do Sul, do qual era até então

Presidente o Deputado Orlando Pessuti. So-mo-me perfeitamente, não me constranjo de forma alguma na questão da notícia da suspensão do programa "Panela Cheia". Essa notícia, tenho certeza, pegou a todos nós de surpresa, provavelmente até mesmo as pessoas mais próximas do Governador Jaime Lerner.

Por que sua Excelência, o Governador, sempre disse nas propostas de campanha: "Aquilo que for bom do atual Governo, se eu for eleito vou dar continuidade." E dentre um desses assuntos estava o Panela Cheia. É claro que mudou a Presidência de um Banco, há um pensamento diferente, quem sabe apenas uma mudança de nomenclatura, do nome do Programa...

Deputado Pessuti, Deputado Caíto, eu vejo aqui na matéria, eu não tive contato com o Presidente do Banestado, mas diz ele que: - "os produtores paranaenses que financiaram compra de tratores, através do Panela Cheia, poderão ter a dívida renegociada." Isso ele teria dito para dirigentes de sindicatos rurais reunidos numa assembléia da FAEP, aqui em Curitiba. Depois, mais à frente ele fala que: - "enquanto o Programa fica suspenso o produtor poderá contar com programas de fomento que o Banco pretende implementar."

Portanto como eu disse há pouco, nem tanto ao céu nem tanto ao inferno, a coisa é claro que nos preocupa, Deputado Orlando Pessuti, especialmente Vossa Excelência que é do Bloco Agropecuário, enfim a todos nós.

Tenho a impressão que as informações que serão necessárias a este assunto, do Panela Cheia, nós traremos aqui na Sessão de amanhã, nós poderemos, nos próximos dias, porque a intenção da Liderança do Governo é trazer a esta Casa, independente da convocação deste ou daquele Secretário, trazê-los para que venham a esta Casa, fazer uma apresentação a todos os Parlamentares, e até mesmo, por que não, fazer-lhes uma sabatina, o que pretendem fazer nas suas Pastas, quais são os programas, como vão se desenvolver estes programas? Enfim, porque é uma obrigação de um Secretário, que é o homem de confiança do Governador, e precisa nos orientar, passar a nós, Parlamentares, temos a obrigação de sair daqui e voltarmos para nossas regiões e levar as informações do que pretende fazer o Governador do Estado do Paraná.

Por isso tenho certeza que traremos aqui, amanhã, algumas informações mais completas, além disso já há uma audiência marcada com o Secretário da Agricultura, nosso amigo Hermas Brandão, para que dê os devidos esclarecimentos também.

Acho que não seria na área da Agricultura, onde temos pessoas por demais entendidas, que seria uma área atingida pelo

não atendimento do Governador do Estado. Uma coisa os Srs. podem estar certos, o Governador Jaime Lerner está muito preocupado e fincou na sua campanha exatamente as propostas aos pequenos agricultores. E não seria, se porventura vier a acontecer a suspensão do "Panela Cheia", que nós não teríamos outros programas, até com melhores condições para atender o pequeno agricultor.

Por isso quero tranquilizá-los, mas reconheço a preocupação, é válida em todos os sentidos. Estivesse eu daquele lado agora teria feito as mesmas indagações, Deputado Orlando Pessuti. Porém tenho certeza que amanhã, se houver a Sessão desta Assembléia, teremos as informações, e se for o caso até, de livre e espontânea vontade vou fazer o convite ao Secretário, ao Presidente do Banestado para que compareça. Acho que ninguém vai ter constrangimento quanto a isso e aliás já vai se mostrar, a partir de agora, a maneira como vamos trabalhar neste Governo. Pretendo impôr, como líder do Governo, uma participação muito aberta, muito transparente, com todos os companheiros. Aliás uma prova disso é de que, muito embora sejam Deputados de Oposição, muitos dos Srs. já estão indo às Secretarias de Estado, muito antes de companheiros nossos deste lado aqui. E não estamos colocando nenhuma barreira nisso, absolutamente, devido a maneira com que Jaime sempre governou.

Eu sempre disse: "Vocês vão conhecer ainda o Governador Jaime Lerner." Sou a maior testemunha, como seu vice-Prefeito, a Câmara Municipal de Curitiba, e o Deputado Rosinha pode confirmar isso, nenhum Vereador, fosse de que Partido fosse deixou de ser atendido em alguma Secretaria ou deixou de ser atendido pelo Governador.

Então, podem ter a certeza absoluta que vamos fazer todo o esforço possível de fazermos uma extraordinária convivência nesta Casa, mas com o devido direito de cada um subir naquela Tribuna e questionar. Esse direito nós não queremos e nem podemos tirar de ninguém. Vossas Excelências têm toda a disposição, tem todo direito de nos questionar e nós deste lado como hoje, Governo, temos a obrigação de trazermos a esta Casa, todos os esclarecimentos que forem necessários.

Por isso, companheiros, parabenizo a todos, neste início de Legislatura, cumprimentando a cada um e vou procurar de todas as formas, dentro inclusive das minhas limitações procurar conviver da melhor maneira possível com todos, porque eu acho que este momento que o Paraná e o Brasil exige, se no Congresso Nacional, o Presidente da República pede a ajuda de todos os partidos para fazer as mudanças até um tanto quanto impopulares, mas que

se faz necessário.

Tenho certeza que aqui nesta Casa também teremos esta boa convivência, e acima de tudo, a boa vontade de ajudarmos este Paraná, continuar crescendo cada vez mais, e ser o exemplo de Estado moderno, de Estado de uma extraordinária produtividade, especialmente na área agrícola, que é o forte deste Estado.

Agradeço a atenção de todos.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Terminado o horário destinado às Lideranças. Passaremos a

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 17/95, subscrito pelo Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, comunicando que a Bancada do PP, indicou seu nome para liderança do partido e para a vice-liderança o nome de dois Senhores Deputados. - **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelos Senhores Deputados Cezar Silvestri, Beto Richa e Edgar Bueno, constante do expediente, comunicando o nome do Senhor Deputado para a liderança do PSDB. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Sérgio Spada, na qualidade de líder do PP, constante do expediente, encaminhando a relação dos Senhores Deputados do PP, que formarão nas Comissões Permanentes, durante esta legislatura. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de Resolução de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, com apoio dos Senhores Deputados José Tavares, Orlando Pessuti e 1 ilegível, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado César Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em nº de 05 (cinco) de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constantes do expediente. Necessitam de

apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, Requerimento nº 017, de autoria dos Senhores Deputados Anibal Khury e Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 095, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 018, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 019, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 020, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 021, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 022, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 016, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-

-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 023, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 024, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 025, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 026, de autoria do Senhor Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 027, de autoria do Senhor Deputado Celso Sâmis e Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 028, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 029 e 030, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 031 a 036, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 037 a 039, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 040 a 049, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 050, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** (A Matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimentos nºs 051 a 087, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 088, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, com apoio dos Senhores Deputados Edson Silva Lino, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 096 a 101, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 102, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 094, de autoria do Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli, com

apoio dos Senhores Deputados Ângelo Vanhoni, Orlando Pessuti, Caíto Quintana, Durval Amaral e 1 elegível. Retirado pelo autor.

Requerimento nº 004, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 105/94 e 107/94.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO, DO SENHOR DEPUTADO NELSON TURECK, EM SESSÃO DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 1995

"A REFORMA DO ESTADO"

Dr. Luiz Carlos Bresser Pereira.

O Brasil nestes últimos anos viveu uma grande crise econômica e política, cuja causa fundamental é clara a grande crise do Estado.

- crise fiscal do Estado, que perdeu crédito público e viu a poupança pública torna-se negativa;

- crise do modo de intervenção do Estado na Economia, o velho modelo de industrialização substitutiva de importações;

- uma crise do próprio aparelho estatal, definida pela desorganização e a desmoralização da burocracia estatal, que a onda conservadora, neoliberal, transformou na culpada por todos os males do país; e

- crise política de legitimidade do próprio Governo, na medida em que este não lograva formular um novo projeto de desenvolvimento nacional que unisse a sociedade.

Quinze anos de crise, mas, também,

quinze anos de conscientização da existência da crise e de suas causas;

quinze anos de reformas econômicas orientadas para o mercado - de ajuste fiscal, de liberalização comercial, de desregulação da economia, de privatização;

quinze anos de crítica neoliberal ra-

dical e utópica ao velho modelo de desenvolvimento, seguida da proposta do "Estado mínimo".

quinze anos de resistência infrutífera por parte das velhas forças populistas, que não haviam conseguido se modernizar, e, principalmente, quinze anos de busca de uma síntese social-democrática e pragmática, visando a reforma e a reconstrução do Estado;

1994 foi, afinal, o ano da grande virada, foi o sinal do fim da crise econômica, com o êxito do Plano Real, foi o marco da superação da crise política, com a eleição de Fernando Henrique, no bojo de um grande acordo nacional.

Surge agora uma coalizão de classes sociais, um novo pacto político voltado para a modernidade social-democrática e a inserção competitiva do Brasil na economia internacional, voltado para a estabilização, o desenvolvimento e a redução das desigualdades sociais.

O Pacto Social-Democrático, que a eleição de Fernando Henrique Cardoso assinalou, transforma-se a partir de agora em realidade de governo.

Transforma-se em poder político a serviço de um grande projeto nacional.

Se a causa principal da crise do Estado, a tarefa fundamental que inspirará o novo pacto está clara, a reforma do Estado

- uma reforma que já vem se processando em meio à crise, mas que agora deverá ser aprofundada e consolidada.

São três as reformas do Estado:

- a reforma fiscal do Estado, o ajuste fiscal profundo que, além de assegurar a estabilização, viabilizando a substituição da âncora cambial pela âncora monetária, restabeleça a poupança pública e assim desenvolva ao Estado a capacidade de promover o desenvolvimento econômico e social;

- a reforma da própria estratégia de desenvolvimento econômico e social do Estado, privilegiando, no desenvolvimento econômico, o papel do mercado e no desenvolvimento social, o papel do próprio Estado em parceria com a sociedade civil;

e, finalmente, a reforma do aparelho do Estado e da sua burocracia.

Quais são os princípios que nortearão esta tarefa? São poucos e simples.

Em primeiro lugar, é preciso unificar os mercados de trabalho no Brasil. É preciso reduzir o fosso existente entre o mercado de trabalho público e o mercado de trabalho privado.

Enquanto este, com um leque salarial amplo e a inexistência de estabilidade no emprego, estimula o trabalho e a produtividade; o leque reduzido de salários e a estabilidade excessiva dos funcionários é

um fator decisivo da baixa produtividade do setor público.

Este problema terá que ser amplamente debatido pela sociedade pelo próprio funcionalismo. O objetivo da reforma só pode ser, valorizar o funcionalismo, aumentar a sua produtividade, premiar mais adequadamente os mais competentes, e aumentar o nível de sua remuneração. Hoje o funcionalismo público vive o círculo vicioso da estabilidade, a ineficiência e a baixíssima remuneração.

Sem pôr em risco os direitos legítimos de cada cidadão, precisamos encontrar uma solução para esse problema que se baseie no princípio da defesa do Estado.

Sim, da defesa do Estado contra as tentativas de privatizá-los, de submetê-lo aos interesses de determinados grupos ao invés de servir toda a sociedade.

No século XVIII os filósofos iluministas desenvolveram a teoria liberal da defesa dos direitos individuais contra os abusos dos governantes. Estes direitos foram depois incluídos em todas as constituições dos países civilizados, constituindo-se na base das democracias liberais contemporâneas.

No século XIX, os socialistas e os moralistas, percebendo que as democracias liberais garantiam a liberdade, mas não asseguravam um mínimo de justiça social, deram um passo além quando desenvolveram a teoria da defesa dos direitos sociais contra os abusos dos poderosos.

No nosso século estes direitos se transformaram na base das social-democracias modernas.

Neste final de século XX estamos nos dando conta, em todo o mundo, da necessidade de uma terceira revolução nas idéias políticas. Percebemos, cada vez mais claramente, que além de defender o indivíduo como os governos autoritários, além de defender os mais fracos contra os mais fortes, é preciso também defender o Estado contra os abusos daqueles que querem usá-lo em seu benefício particular.

Estes abusos partem de todos os lados, dos ricos que não pagam impostos, dos empresários que demandam proteções e subsídios, dos funcionários que não trabalham na proporção do que ganham, e dos corruptos de todos os tipos que querem se aproveitar do Estado.

A estabilidade deve ser compreendida dentro desse quadro de referência.

Não apenas como um direito dos funcionários mas principalmente com uma defesa do Estado, contra os políticos que, ao mudar o governo, provocavam a "derrubada" dos funcionários pertencentes ao governo anterior, contra os poderosos que, sentindo seus interesses ameaçados pelos servidores públicos zelosos de sua função pública,

logravam sua demissão.

Entendida a estabilidade segundo esta perspectiva como uma defesa do Estado e da função pública, ela se justifica.

Entendida segundo a perspectiva de perpetuidade da ineficiência, não.

A unificação dos mercados de trabalho é fundamental também para acabar com o empreguismo ou o clientelismo do Estado. Por que, nos países desenvolvidos, o empreguismo estatal é um fenômeno do passado?

Porque todos os cargos são preenchidos por concurso público? Não, os concursos, por mais que sejam vigiados, não têm o condão de evitar o empreguismo.

Basicamente porque não é um privilégio ser funcionário do Estado. Porque um funcionário do Estado tem, basicamente, os mesmos direitos e deveres de um funcionário do setor privado.

Em segundo lugar, é preciso criar ou consolidar uma carreira de altos administradores públicos, com formação em nível de pós-graduação, que sejam efetivamente bem pagos. E, ao mesmo tempo, reservar, para esses administradores, os principais cargos de direção administrativa do Estado brasileiro. Quando examinamos os salários do setor público em comparação com os salários do setor privado, verificamos que os salários dos agentes administrativos são iguais aos maiores do que os do setor privado, enquanto que os salários dos gerentes públicos são muito menores. Este fato só deixa de ser verdade quando o administrador público tem, também, um salário de empresa estatal, mas esta situação é obviamente precária e não pode servir de base para a formação de um Estado realmente moderno.

Em terceiro lugar, é preciso completar o processo de descentralização administrativa para os estados e municípios, que a Constituição de 1988 estabeleceu, transferindo para eles atribuições que ainda permanecem sob responsabilidade federal. Temos o federalismo fiscal, precisamos do federalismo das atribuições.

Em quarto lugar, é preciso a própria noção de como deve funcionar e ser controlado o aparelho estatal. As modernas teorias administrativas, e a prática das grandes empresas que passaram por profundos processos de reestruturação nos últimos anos, abandonaram o princípio da hierarquia formal, e cada vez mais adotam os princípios da descentralização, da atribuição de responsabilidade a gestões que se pressupõem competentes, e do controle por resultados. A administração pública tradicional estava baseada na hierarquia rígida e nos controles formais rigorosos.

Dessa forma podia-se evitar a corrupção generalizada, mas a um custo de substancial perda da eficiência. Hoje, a

teoria moderna da administração tanto pública quanto privada busca limitar a organização burocrática central a um núcleo o menor possível de gestores que se coordenam com base no princípio da cooperação ao invés do princípio da hierarquia e do regulamento.

Fora desse núcleo burocrático temos os trabalhadores, as células de produção e o setor terceirizado, cujas atividades são avaliadas e controladas pelos resultados alcançados e pela competição no mercado. Em quinto lugar, é necessário reduzir o núcleo do próprio aparelho do Estado. Para isto, entretanto, a arma principal não é apenas a da privatização. Esta é fundamental para transferir para o setor privado as atividades produtivas voltadas para o mercado. Há uma segunda arma, que é a do desenvolvimento das organizações públicas não-estatais, das organizações voltadas para o interesse público que não visam o lucro nem agem exclusivamente segundo os critérios de mercado.

No Brasil é comum que as organizações ou são estatais ou são privadas. Na verdade podem também ser públicas mas não-estatais.

Estas são especialmente necessárias nas áreas de educação, da saúde, da cultura, das obras sociais e da proteção ao meio ambiente. Não é possível reduzir as atividades dessas áreas ao mercado, mas também não faz sentido separá-la totalmente do mercado e colocá-la dentro do Estado. Nos países desenvolvidos um número crescente de escolas, de hospitais, de museus são organizações públicas não-estatais. São fundações privadas, que recebem recursos do Estado, mas são autônomas em relação a ele. Que buscam recursos na sociedade, a qual servem. Que se inserem no mercado sem perder seu caráter público.

No Brasil, precisamos com urgência desenvolver esse tipo de organização pública não-estatal. Ao Estado caberá regulamentá-las, garantir que seus conselhos não sejam controlados por grupos que se auto perpetuam, garantir que não sejam meras empresas privadas disfarçadas. Ao Estado caberá, também, transformar um grande número de suas instituições em fundações de direito privado. E à sociedade caberá cada vez mas esse tipo de organização, cuja importância é fundamental para o bom funcionamento das social-democracias contemporâneas.

Estão aí os princípios do que espero constituam um programa de trabalho para minha gestão no Ministério da Administração e da Reforma do Estado. Princípios simples, mas princípios cuja implementação enfrentará obstáculos imensos. Estes obstáculos terão origem não apenas nos interesses corporativos reais, mas também em

interesses fictícios - em idéias e instituições velhas e superadas, que, de fato, não atendem aos interesses a médio prazo dos funcionários e dos políticos que os defendem."

"ESTABILIDADE SEM MEDO

Luiz Carlos Bresser Pereira
Janeiro 1995

Minhas declarações sobre a necessidade de se flexibilizar a estabilidade dos funcionários públicos causaram uma reação de medo que não faz o menor sentido. Primeiro porque flexibilizar a estabilidade não significa desproteger os servidores. Segundo, porque, aprovada a reforma constitucional flexibilizando a estabilidade nos termos que pretendemos propor, não haverá grandes demissões, pelo menos no setor público federal. Terceiro, porque os benefícios que terão os funcionários com a flexibilização serão muito maiores do que uma segurança absoluta que apenas os desmoraliza.

Não haverá demissões por duas razões. Primeiro, porque não há um excesso generalizado de funcionário da União. Os servidores ativos civis e militares são hoje cerca de 700 mil, e vem diminuindo, já que mais de 20 mil funcionários se aposentam ou se exoneram cada ano. Em segundo lugar, porque, mesmo sem a estabilidade formal, haverá uma grande resistência às demissões. Demitir funcionários não faz parte da cultura brasileira. Só acontecerá quando houver claro excesso, ou desmotivação e incompetência muito evidentes.

O objetivo da flexibilização não é demitir mas motivar os servidores e alcançar maior eficiência no trabalho. A partir dela cada funcionário e cada chefe sabe que a estabilidade é algo que se conquista dia a dia, é algo que se constrói com dedicação e espírito público, não é um privilégio que apenas protege os incompetentes.

A estabilidade é necessária na medida em que defende o Estado e seus funcionários contra os poderosos e os corporativistas. Mas deve ser uma estabilidade sensata, razoável. Já a estabilidade rígida e generalizada prevista na Constituição de 1988 é um obstáculo fundamental à reforma do Estado e à consolidação do Plano Real. Não é possível haver uma administração pública eficiente e moderna quando seus dirigentes não têm condições de exigir que o trabalho seja executado com competência e disposição, nem meios de adequar os quadros de funcionários às necessidades do trabalho a ser executado.

Só é aceitável uma estabilidade rígida para os servidores das carreiras de Estado, como juizes, promotores, procuradores, delegados, fiscais e militares. Nesses casos

a estabilidade é uma defesa do Estado e da função pública contra aqueles que podem se sentir prejudicados pelas decisões desses altos servidores e têm poder para lograr sua demissão. O custo dessa estabilidade, por sua vez, é pequeno, já que o número de funcionários nestas condições é reduzido. Por outro lado, estas carreiras são constituídas por servidores qualificados, que, em parte, se auto-controlam, e que, em qualquer hipótese, são facilmente controláveis pelos seus pares e superiores.

Já o argumento a favor da estabilidade indiscriminada para todos os funcionários é insubsistente. Há um velho argumento: dessa forma se evitaria que nas mudanças de governo houvesse a demissão em massa por motivos políticos. De fato, isto ocorreria no Império, e pode ainda ocorrer em um outro estado da federação ou em município muito subdesenvolvido. De um modo geral, entretanto, essa é uma prática superada e inviável no sistema público brasileiro. Inviável e caída em desuso. Tanto assim que não ocorreram demissões em massa em grande número de estados quando houve, em 1983, a mudança do regime militar para o civil, não ocorreu também em 1985, quando a mesma mudança ocorreu a nível federal. Tanto em 1983 quanto em 1985 havia ainda um enorme número de funcionários celetistas, não-estáveis.

Em compensação, o prejuízo causado à administração pública pela estabilidade inflexível e indiscriminada é enorme. Em cada ministério, em cada repartição da administração pública direta, em cada fundação ou autarquia, o número de funcionários que trabalha sem motivação, ou que não tem trabalho efetivo para realizar, é expressivo, ainda que constitua uma minoria.

Nos estados e municípios o problema é o mesmo, senão pior. Muitos municípios brasileiros, que foram vítimas do empreguismo de algum prefeito irresponsável, estão agora literalmente paralisados a manter um enorme número de funcionários desnecessários, que consomem toda a receita corrente. Basta um único administrador público irresponsável, que admita, via concurso, mais funcionários do que o necessário, e funcionários de nível mais baixo do que o minimamente aceitável, para que todas as administrações subseqüentes fiquem manietadas por muitos e muitos anos com funcionários estáveis e desnecessários.

Não há, entretanto, necessidade de extinguir a estabilidade. Basta defini-la em dois níveis: de forma rígida, para as carreiras de Estado, de forma flexível para os demais funcionários. A estabilidade rígida significa que o funcionário só poderá ser demitido por falta grave, via processo administrativo. A estabilidade

flexível, que o funcionário também poderá ser dispensado no interesse da administração, por excesso de quadros, ou por falta de competência ou motivação individual.

Da mesma forma que acontece no setor privado, os servidores que fossem demitidos sem alegação de falta grave não perderão todos os seus direitos. Não teríamos uma situação de tudo ou nada, como é hoje, mas uma situação intermediária, em que o funcionário terá direito a uma indenização razoável correspondente ao que receberia se tivesse o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, as férias e o décimo terceiro proporcional, e conservará o seu direito à aposentadoria do setor público proporcional ao tempo de trabalho. Além disso, depois de um certo tempo de exercício da função pública, o funcionário terá o direito de demitir-se levando consigo seu direito à aposentadoria proporcional.

Entendida a flexibilidade da estabilidade nestes termos não há razão para medo. O número de demissões será necessariamente pequeno. Em compensação haverá mais trabalho, já que ninguém terá seu emprego protegido de forma absoluta, monopolista. Hoje, para uma minoria, que não acredito seja maior do que 10 por cento do funcionalismo, o emprego público é um cartório ou um privilégio. Estes terão que mudar sua atitude e dedicar-se mais ao seu trabalho. Em consequência a grande maioria dos funcionários, que realizam seu serviço com competência e espírito público será beneficiada, já que poderão justificar junto aos contribuintes uma remuneração mais adequada e gozarão um maior respeito social.

Relação de Bens:

Curitiba, 06 de fevereiro de 1995.
Senhor Presidente.

Venho, através desta, aos fins legais, apresentar, em anexo, minha declaração de bens relativa a 31 de dezembro de 1994.

Atenciosamente,

ROLF KOERNER JÚNIOR

Ex-Secretário de Estado da
Segurança Pública

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado ANIBAL KHURY
Digníssimo Presidente da Assembléia
Legislativa do Estado do Paraná.
Nesta

RELAÇÃO DE BENS

01. Um lote de terreno sob o nº 17, da quadra 12, Planta Boa Vista, contendo uma casa de alvenaria, na rua Eduardo Geronasso nº 1.080, Bacacheri, em Curitiba, Paraná (prometida à venda);

02. Um apartamento nº 13, à rua 1121, nº 310, em Camboriu, Santa Catarina;

03. Um título do Santa Mônica Clube de Campo, em Curitiba;
04. Um título da Sociedade Duque de Caxias, em Curitiba;
05. Lotes de terreno sob os n°s 17 e 18, da quadra 14, da Planta Balneário Atami, Município de Paranaguá, Paraná, contendo uma casa de alvenaria;
06. Parte ideal de 50% do conjunto comercial n° 91, da Rua Comendador Araújo n° 143, 9° andar, em sociedade com Sérgio Botto de Lacerda;
07. Apartamento n° 1301, do Edifício Saint James, localizado à rua Manoel Eufrazio n° 279, em Curitiba, Paraná;
08. Um automóvel BMW, 325i, 4 portas, 1993, placas BCC-0014;
09. Um automóvel Corsa, 1.0, 1994;
10. Direitos de promissário comprador do apartamento sob n° 1901, do Edifício Solar Buenos Aires, da Rua Buenos Aires n° 600, em Curitiba, parcialmente quitados, em 1994, com a casa arrolada no item n° 1, supra.

COMISSÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR
PORTARIA N° 025/94-DG

EDITAL DE CHAMAMENTO

O Presidente da Comissão de Processo Disciplinar, instituída pela Portaria n° 025/94, da Diretoria Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 320, § 2º, da Lei 6.174/70, (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná), diante da impossibilidade de citação pessoal...

CITA e CHAMA a funcionária do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná Cintia Aparecida Pulner, indicada em Processo Disciplinar por Infração ao Art. 293, inciso V, letra "b", da Lei acima enumerada ABANDONO DE CARGO para apresentar defesa no prazo de dez dias, a contar da última publicação do presente Edital de Chamamento, sendo-lhe facultada vista do processo, durante decorrência do prazo acima, na dependência onde funciona a Comissão de Processo Disciplinar (COORDENADORIA DE SELEÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL).

Publique-se, na forma da Lei.

Curitiba, de fevereiro de 1995

(a) ANTONIO LOPES
Presidente da Comissão